



INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas

**Contributos da Tradução para a
Historiografia Portuguesa: Reflexões pré
e para-tradutivas em torno da “Narrativa
da Expedição a Portugal em 1832”**

Mestrando: Ivo Rafael Gomes da Silva

Orientadora: Doutora Clara Sarmiento

Ano de Conclusão: 2010

ÍNDICE

Introdução

Cap. I – Historiografia e Tradução

- 1 - A tradução na História
- 2 - A historiografia portuguesa a partir do séc. XIX
- 3 – As narrativas de viajantes como fonte historiográfica

Cap. II – A Narrativa Histórica e a Guerra Civil

- 1 - Contextualização histórica
- 2 – Portugal e a Guerra Civil na perspectiva militar homodiegética
- 3 – Análise de duas obras sobre a Guerra Civil
 - 2.1 - *A Guerra da Sucessão: D. Pedro e D. Miguel* (traduzido por Manoel Codina).
 - 2.2 - *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha* (notas e prefácio de Raul Brandão).

Cap. III – A Narrativa da Expedição a Portugal em 1832

- 1 - O autor: George Lloyd Hodges
- 2 - A Narrativa: *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*.
- 3 – A tradução por João Hickling Anglin
 - 3.1 – O tradutor
 - 3.2 – Análise crítica
 - 3.2.1 – Pressupostos linguísticos e culturais da tradução
 - 3.2.2 – Aspectos sintáticos e estilísticos da tradução

Cap. IV – Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa

Conclusão

Bibliografia

- Bibliografia Primária
- Fontes impressas anteriores a 1900
- Bibliografia Secundária
- Obras de Referência
- Webgrafia

Introdução

“Uma das leituras mais curiosas que pode haver é a de viagens feitas por estrangeiros de diversas nações na nossa terra”

Maria Amália Vaz de Carvalho

Partilhando da opinião da escritora e poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho, decidimos direccionar o nosso estudo pelas narrativas viajeiras do século XIX, como tema de dissertação do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas. Mas não nos prende o valor estético ou lúdico desses relatos, a mera curiosidade de “ver como nos viam”. Cativa-nos sobretudo o seu relevante teor historiográfico, a sua mais-valia enquanto *fonte*, o seu cariz documental de acontecimentos vividos, presenciados, testemunhados na primeira pessoa pelos respectivos autores.

Deste tipo de publicações, cingimo-nos exclusivamente às narrativas bélicas, àquelas cujo enfoque conteudístico tenha recaído sobre os acontecimentos da Guerra Civil (1828-1834), uma contenda à escala nacional que opôs frente-a-frente duas facções que defendiam diferentes concepções políticas de governação: os liberais, comandados por D. Pedro IV, e os absolutistas, seguidores e apoiantes de D. Miguel.

Tais relatos foram originalmente redigidos no seu próprio idioma por militares estrangeiros, sobretudo oficiais, de naturalidade britânica, que foram protagonistas directos e, nalguns casos mesmo, decisivos para o curso e desfecho deste relevante capítulo da História de Portugal. Assim sendo, tendo a generalidade dessas obras sido inicialmente publicadas em inglês, importa-nos reflectir sobre a tradução das mesmas para a língua portuguesa, identificando e analisando casos concretos, particularmente e com maior profundidade, a obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832* da autoria do Coronel George Lloyd Hodges.

Sendo por um lado abundantes os trabalhos sobre História da Tradução, são por outro escassos os que tratam essencialmente do impacto da Tradução na História e, especificamente, na sua escrita, enquanto objecto científico da Historiografia. É também esta escassez que a presente dissertação procurará, de certa forma, colmatar. Após uma análise geral e diacrónica da presença da tradução na História, investigaremos o impacto da transposição linguística na escrita da História em Portugal até ao séc. XIX. Debruçar-nos-

emos depois sobre um caso concreto - as narrativas bélicas -, relatos de uma muito peculiar forma de viagem, relativas a um dado contexto histórico, a Guerra Civil do séc. XIX. Das narrativas existentes – dispersas e a necessitar de compilação num todo documental - escolhemos um exemplo específico, a exigir matéria de reflexão e análise tradutiva: a narrativa de G. L. Hodges e a sua tradução portuguesa por João Anglin.

Reflectiremos, assim, sobre as diversas problemáticas linguísticas, historiográficas e mesmo editoriais do referido relato homodiegético, tendo em vista o melhor aproveitamento do teor da obra. Fá-lo-emos enquanto exercício de *pré* e *para-tradução*, recorrendo a alguns dos principais teóricos do actual panorama científico dos estudos da tradução. Estamos igualmente cientes da importância incontornável da componente cultural nos estudos de tradução contemporâneos.

E tendo nós aludido aos conceitos de *pré-tradução* e *para-tradução*, importa antes de mais defini-los. O primeiro consiste, de acordo com a definição de Gouadec, num trabalho preliminar de base que vai permitir ao tradutor conhecer em detalhe o texto original:

Pre-translation includes all the groundwork leading up to the translation itself; *i. e.* understanding the source document, finding all the relevant information as well as the terminology and phraseology [...] needed to carry out the translation the translation, and making the source material ready for translation.¹

Para além deste conceito, e como refere Christina Schaffner, a análise pré-tradutiva ajuda a definir uma estratégia apropriada para a tarefa que o tradutor pretende levar a cabo:

The aim of such a pre-translation source text analysis is to identify the specific translation problems and thereby decide on the most appropriate translation strategies. In this way, we stress the prospective orientation of translation, in contrast to a retrospective orientation which would focus on the source text and be concerned with as close as possible a reproduction of the source text.²

Para definirmos o conceito de *para-tradução* devemos, em primeiro lugar, ter presente o conceito de *paratexto* (ou *paratextualidade*), definido da seguinte forma por Gérard Genette:

Paratextuality: The subject of the present book, comprising those luminal devices and conventions, both within the book (*peritext*) and outside it (*epitext*), that mediate the book to the reader: titles and subtitles, pseudonyms, forewords, dedications, epigraphs, prefaces, intertitles, notes, epilogues, and afterwords.³

¹ GOUADEC, D. *Translation as a Profession*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins, 2007, p. 20.

² SCHAFFNER, Christina. "Programme at Undergraduate Level" in SCHAFFNER, C. ADAB, B. (edit.) *Developing Translation Competence*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins, 2000, p. 152.

³ GENETTE, G. *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. XVIII.

E é a partir do *paratexto*, ou seja, de todo o texto – na sua acepção mais lata – que se encontra na envoltória do texto principal (introdução, prólogo, epílogo, notas, dedicatórias, entre outros), que se desenvolve o conceito próprio de *para-tradução*. De acordo com Xoán Vilariño, a *para-tradução* prefigura-se como um espaço analítico envolvente ao original, que possibilita o estudo da adaptação ideológica que sofre o texto de partida ao ser incorporado, por via da transposição linguística, na cultura do texto de chegada:

The concept of paratranslation evolves from the different elements that surround and introduce a literary text in book form. It is considered as an analytical environment that allows us to study the ideological adaptation undergone by any cultural product in order to be incorporated to the target cultural wealth.⁴

Existe neste trabalho uma estreita interacção entre os Estudos de Tradução e os Estudos Culturais. Recorde-se que à fase dita “culturalista” (anos 60), em que os Estudos Culturais contestaram a apropriação do conceito de “cultura” por uma elite minoritária, seguiu-se a fase “estruturalista”, em que a cultura foi analisada nas suas relações com a hegemonia. A partir da década de 80, entrámos na fase de pluralismo cultural, dando-se a expansão internacional dos Estudos Culturais, que passaram, por razões de multiculturalismo, identidade cultural e pluralidade linguística, a direccionar-se para outras áreas disciplinares, como a Sociologia, a Etnografia e a História. E também os Estudos da Tradução, no sentido de analisarem com maior profundidade e rigor os factores envolvidos na produção de textos – factores que influenciam o processo de tradução ou de ‘transferência intercultural’ –, viraram-se para a Sociologia, a Etnografia e a História, numa renovada aproximação interdisciplinar. No nosso caso específico, é sobretudo com a História que a Tradução se relaciona do ponto de vista interdisciplinar.

Em *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation* (1998), André Lefevere e Susan Bassnett levantam uma série de questões no que concerne à direcção que os Estudos de Tradução devem seguir. E de entre as enumeradas seleccionamos aquelas a que, de alguma forma, este trabalho académico pretende fazer uma aproximação:

We need to know more about the history of translation, and not just in the West, but also in other cultures.⁵

⁴ VILARIÑO, X. M. G. “Texto e Paratexto. Tradución e Paratradución” in *VICEVERVS: Revista Galega de Traducción*, nº 9-10. Vigo: Universidade de Vigo, 2003-04, p. 31.

⁵ BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998, p. 10.

No âmbito da cultura ocidental, a cultura portuguesa nunca foi propriamente dominante, pelo que é possível considerá-la, de certo modo, como “outra cultura”. Este trabalho lançará luz sobre um momento específico da história da tradução na cultura portuguesa. Por outro lado, procurar-se-á ir ao encontro deste desafio de Bassnett/Lefevere, e invertendo a ordem sintáctica, há também que saber mais sobre “the translation of history”, que é o grande objectivo desta dissertação. Bassnett e Lefevere afirmam ainda:

We need to learn more about the acculturation process between cultures, or rather, about the symbiotic working together of different kinds of rewritings within that process, about the ways in which translation, together with criticism, anthologisation, historiography, and the production of reference works, constructs the image of writers and/or their works.⁶

Veremos, pois, como a imagem do autor da narrativa – George L. Hodges – foi qualificada por dois autores distintos, correlacionando as descrições de Rose Macaulay e Oliveira Martins com as práticas, juízos e idiosincrasias expressas na narrativa do próprio visado. Do mesmo modo, e apropriando-se do conceito de “capital cultural” de Pierre Bourdieu⁷, Bassnett e Lefevere propõem:

We also need to learn more about the texts that constitute the cultural capital of other civilizations, and we need to learn about them in ways that try to overcome, or bypass the kiss of death bestowed by acculturation through analogy.⁸

Veremos também como o capital cultural comum dos portugueses nem sempre reconhece aquilo que autores de outras nacionalidades (e com diferentes capitais culturais) sobre nós escreveram, mesmo após terem vivido tão de perto acontecimentos da História do nosso país, que defenderam como se fosse o seu próprio. Os textos que produziram arriscam-se a ficar “presos” (mortos?) noutras línguas (e respectivos capitais culturais), se não forem traduzidos e divulgados, de modo a integrarem também o nosso próprio capital cultural:

We need to find out how to translate the cultural capital of the other civilizations in a way that preserves at least part of their own nature, without producing translations that are so low on the entertainment factor that they appeal only to those who read for professional reasons.⁹

A análise da obra original e da sua tradução por João Anglin levar-nos-á em busca da correcção (ou falta dela), no que diz respeito à transposição o mais fiel possível do tom,

⁶ BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. *Constructing Cultures*, p. 10.

⁷ BOURDIEU, P. “The forms of capital”, in RICHARDSON, G. J. (org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, 1985.

⁸ BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. *Constructing Cultures*, p. 11.

⁹ *Ibid.*, idem.

das intenções, características, alusões, emoções, subentendidos, relativamente ao original. Iremos ao encontro, por exemplo, do conflito razão/emoção de Hodges face ao uso das punições físicas no exército britânico, e cujo registo deve manter-se claro na tradução. Trata-se, de resto, de um conflito característico do capital cultural da sociedade vitoriana. Sendo ambas as culturas em co-presença (portuguesa e inglesa) pertencentes à chamada “civilização ocidental”, as diferenças não são abissais, mas existem. Ainda mais tratando-se da Inglaterra vitoriana, imperial e ultra-poderosa, uma sociedade cujos princípios se reflectem constantemente na posição e idiossincrasia do autor ao longo de toda a sua obra.

Este conjunto de interrogações surge integrado no campo da redefinição do objecto de estudo da tradução – que Bassnett e Lefevere designam como *The Cultural Turn*¹⁰ –, dada a superação da fase formalista com um novo estágio em que é dada atenção ao texto tendo em conta a rede de signos culturais das línguas de partida e de chegada.

É, assim, com base nestes pressupostos, cientes da componente cultural dos estudos da tradução e da necessidade do recurso à interdisciplinaridade – designadamente o recurso à História – que, no final desta dissertação, pretendemos estar mais aptos à prossecução de um trabalho com dois grandes objectivos. O primeiro, que a obra de George Lloyd Hodges possa vir a ter uma tradução que corresponda às exigências científicas modernas da transposição linguística. O segundo, que esta narrativa, acompanhada do necessário enquadramento e contextualização de âmbito histórico e biográfico, possa enquanto *fonte* melhor servir a historiografia portuguesa.

¹⁰ BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. *Constructing Cultures*, p. 123.

Cap. I – Historiografia e Tradução

Este capítulo tem como objectivo fazer uma breve e concisa aproximação diacrónica ao papel da tradução, seu impacto e influência no curso da História da Europa e da própria Humanidade, até ao século XIX, época em que foram produzidas as narrativas bélicas que constituem o epicentro deste trabalho académico. Tentar-se-á ainda estabelecer a ponte entre a tradução e a historiografia, procurando saber, de uma maneira geral, até que ponto se relacionaram ou se influenciaram. Terminar-se-á este capítulo, como atrás foi referido, conferindo particular ênfase à centúria oitocentista, às narrativas de viagem e ao seu potencial enquanto fonte historiográfica, designadamente às que foram escritas por militares estrangeiros com o intuito de dar testemunho directo dos acontecimentos da guerra civil de 1828 – 1834.

1. A Tradução na História

A era actual de globalização, de evolução tecnológica e de proliferação dos meios de comunicação não veio propriamente inaugurar a comunicação entre línguas e culturas. Desde há muito que se estabelecem pontes entre povos de ‘mundos’ diferentes e, entre essas pontes, a tradução destaca-se como elemento fundamental ao entendimento e à convivência. Poder-se-á dizer até que as principais mudanças culturais da História estão indelevelmente ligadas à tradução. Assim aconteceu com a transposição dos textos budistas de sânscrito ou páli para chinês na Alta Idade Média. Elevado impacto teve também a transmissão da filosofia grega para a língua árabe, bem como a consequente tradução de alguns textos do árabe para latim, durante as primeiras centúrias medievais¹. Da idade moderna refira-se as traduções de textos ocidentais para japonês e chinês, que determinaram a aproximação desses dois países ao Ocidente nos séculos XIX e XX. E foi também nos grandes movimentos e correntes culturais europeias que a tradução ganhou relevância e visibilidade. Na Renascença (séc. XV e XVI), ao proplado ‘renascimento’ da cultura europeia não podia estar alheia a tradução de textos clássicos, bem como a nova forma de interpretar a visão

¹ BURKE, P., HSIA R. P. (edit.). *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. I.

do mundo, que o ambiente artístico em geral ilustrava. E, de acordo com Susana Kampff Lages em *Walter Benjamin: Tradução e Melancolia*, não foi de pouca importância o papel dos tradutores nesta altura, pois o seu trabalho “construiu o contexto de referências fundamentais para o pensamento e a sensibilidade da cultura ocidental”². Na Reforma e Contra-Reforma, as traduções de Erasmo, de Martinho Lutero, de Calvino, de Luís de Granada, de Roberto Bellarmino, entre outros, permitiram estender a vários países os conceitos, crenças e as ideias novas ou reformuladas dos seus autores, desempenhando um papel transformador com impacto directo na sociedade e no pensamento da época. Seria ainda difícil imaginar o curso da História se a tradução das obras de *Legenda Aurea* de Voragine, ou *A Vida de Cristo* de Ludolfo da Saxónia não tivessem chegado à tebaida de Inácio de Loyola, influenciando decisivamente a sua opção de vida religiosa, baseada na conversão e em novas concepções e métodos evangelizadores. É possível que o catolicismo se renovasse sem a Companhia de Jesus e sem o próprio fundador, mas torna-se difícil imaginar os contornos dessa renovação sem a sua decisiva influência e contribuição, da mesma forma que se torna quase inimaginável a expansão missionária da religiosidade católica neste período sem a tradução dos textos devocionais para as línguas dos povos a converter. A tradução era parte fulcral da estratégia de conversão dos Jesuítas, e importa ressaltar que houve mais de duas centenas e meia de tradutores desde a fundação da Ordem, em 1540, até finais do século XVIII³.

Jamais se poderia separar a tradução do catolicismo e da sua história, na medida em que a devoção e a religiosidade católica se encontraram e se encontram ainda inegavelmente ligadas ao texto escrito. Os livros desempenharam um papel determinante na transmissão de ideias, atitudes e padrões de comportamento, quer entre o clero quer entre fiéis da era moderna.

No período da Reforma Protestante é por demais conhecido o papel da tradução bíblica de Martinho Lutero. Porém, ainda antes disso, as famigeradas 95 teses sobre as Indulgências que Lutero escreveu e afixou à porta de uma igreja de Wittenberg foram amplamente copiadas e traduzidas.

² LAGES, S. *Op. Cit.*, p. 52.

³ BURKE, HSIA. *Cultural Translation in Early Modern Europe*, p. 15.

Certamente que estas traduções foram parte decisiva no impacto que o documento teve em diversos pontos do mapa europeu e na difusão das principais ideias nele contidas. Nos anos 20 do séc. XVI, Lutero traduz a Bíblia pela primeira vez para a língua alemã, possibilitando assim o acesso de milhares de pessoas ao Livro Sagrado. A partir daqui seguiram-se novas traduções, novos textos e catecismos, até como parte da estratégia de disseminação doutrinária. Os conceitos e os pensamentos Luteranos depressa criaram cisões profundas na Igreja Católica, obrigando mais tarde a que se desencadeasse o chamado movimento da Contra-Reforma, como resposta convulsa ao crescimento exponencial do Protestantismo. Dá-se nesta altura um encontro dramático entre a tradução e a História, com a condenação à fogueira de muitos dos que se ‘atreveram’ a transpor linguisticamente a Bíblia para outro idioma que não o latim. A condenação e morte do protestante William Tyndale (1494-1536), que traduziu a Bíblia para o inglês moderno (com o objectivo de tornar o Novo Testamento acessível a todo o povo e não apenas ao clero), foi um dos casos mais notáveis da História.

O avanço da Revolução Científica (séc. XVI e XVII) pode também, de certa forma, ser medido pelas traduções das obras de grandes vultos da Ciência, como Galileu ou Isaac Newton⁴. Neste período, as traduções de livros científicos não eram, no entanto, muito abundantes. Na área da medicina, por exemplo, as obras traduzidas tinham um propósito muito específico: eram feitas por especialistas e para especialistas, com o objectivo de divulgar novas e úteis informações sobre as mais perigosas e mortíferas enfermidades⁵. A transposição linguística era sobretudo do vernáculo para latim, e servia em primeira instância para inserir os autores na dignificante academia europeia, que tinha precisamente o latim como língua franca ("língua franca" que, na actualidade, será o inglês, depois de o francês ter já desempenhado esse papel).

Por outro lado, com a tradução verificava-se a redução do controlo dos autores sobre o conteúdo das suas próprias obras, que caíam assim em domínio público e ficavam facilmente sujeitas às opções tradutivas e às estratégias comerciais de livreiros. Entenda-se aqui a noção de “público”

⁴ BURKE, HSIA. *Cultural Translation in Early Modern Europe*, p. 10.

⁵ *Ibid.*, p. 167.

numa perspectiva restrita, elitista e em nada identificável com a actual noção massificada de “público”. Os leitores, neste contexto específico, seriam as elites letradas, versadas em latim e com possibilidade socioeconómica de acesso aos livros. Contudo, a tradução das obras para latim implicou mudanças junto desse público-alvo: o número de leitores aumentou - se bem que de forma sempre restrita e elitista - e as obras passaram a transpor fronteiras com maior frequência. Por vezes, ignoravam-se as circunstâncias da primeira publicação e os conteúdos passavam a possibilitar aqui e ali interpretações mais livres por parte dos leitores⁶.

Só mais tarde viria aquilo que se poderá apelidar de “democratização da cultura”, sobretudo pela alfabetização crescente da aristocracia, da burguesia e posteriormente até das classes populares, num processo evolutivo, apesar de tudo, bastante lento. Certo é que uma vez alcançado tal ‘estágio’ de alfabetização generalizada, tomam lugar, por via da literatura traduzida e desse meio de disseminação de ideias que era o livro, transformações e convulsões revolucionárias na História europeia e mundial. Na primeira metade do séc. XVII, algumas das obras que ganharam dimensão à escala mundial foram já inicialmente escritas e publicadas em vernáculo, de que é exemplo *Discours de la Méthode*, de René Descartes, um revolucionário tratado filosófico sobre os preceitos que deveriam inspirar o método científico⁷. Na centúria seguinte, mais concretamente em 1787, a influente obra *Kritik der reinen Vernunft* (Crítica da Razão Pura) de Immanuel Kant, também inicialmente publicada no idioma do autor, conheceu três traduções para língua inglesa no séc. XIX (1838, 1855 e 1881) e mais quatro no séc. XX. O mesmo fizeram outros pensadores, filósofos e cientistas em oitocentos, casos de Friedrich Nietzsche ou Karl Marx, publicando primeiro no seu próprio idioma e depois vendo os livros vertidos para outros idiomas. A histórica obra *O Capital* de Marx, datada de 1867, recebeu a sua primeira tradução para francês e russo entre 1872 e 1875, com revisão e algumas alterações introduzidas pelo próprio autor. A partir de então a obra difundiu-se à escala global e foi sucessivamente traduzida e reeditada em diversas línguas, datando uma das primeiras, senão a primeira, edição em

⁶ BURKE, HSIA. *Cultural Translation in Early Modern Europe*, p. 179.

⁷ PEREIRA, D. C. *Nova Educação na Nova Ciência para a Nova Sociedade: Fundamentos de uma Pedagogia Científica Contemporânea*. Porto: Universidade do Porto, 2007, p. 88.

língua portuguesa (Rio de Janeiro, Brasil) de 1968, pela editora Civilização Brasileira, um século depois da edição alemã original⁸.

Nesta fase – séc. XVIII e XIX – estávamos já, curiosamente, como que perante uma inversão da lógica comercial actual, que por sua vez se assemelha em certa medida à lógica primitiva. Presentemente, os textos científicos só circulam no mercado global após tradução, sobretudo para língua inglesa, tal como acontecia na fase inicial com a transposição para latim. Não será esta uma nova forma de elitização do saber? Não será contrária à “democratização cultural” a divulgação ou captação de trabalhos científicos exclusivamente por parte de quem domine o inglês, e sobretudo a um patamar de fluência oral e/ou escrita que corresponda às exigências do rigor e das especificidades da terminologia científica?

Mas o século XVIII trouxe também novas interrogações relativamente ao dever moral do tradutor face ao leitor da sua época. Ganha importância a consciência da necessidade de clarificar e transmitir a essência ou espírito dos textos, o que leva mesmo a um crescente número de reedições de obras de autores de grande nomeada como Shakespeare ou Racine⁹. Mais relevante ainda, e de acordo com Bassnett, é o facto de esta centúria ficar marcada pelo surgimento da noção do direito de qualquer indivíduo à leitura de textos no seu próprio idioma, o que veio, como facilmente se compreende, potenciar a prática tradutiva:

The right of the individual to be addressed in his own terms, on his own ground is an important element in eighteen-century translation and is linked to changing concepts of originality.¹⁰

O século seguinte (XIX) fica marcado pela reacção artística e cultural ao racionalismo e à harmonia formal, emergindo uma visão individualista do mundo, onde há um claro predomínio do sentimento sobre a razão: o chamado *Romantismo*. No âmbito tradutivo estabeleceu-se então um debate em torno da própria definição de ‘tradução’, distinguindo-se dois pólos claramente dissonantes: por um lado, a ideia inglesa que defendia a tradução como acto criativo – o *tradutor criador* – e, por outro, a concepção germânica

⁸ MARTINS, J. T.; MOREIRA, V. “Introdução” in MARX, K. *O Capital – Livro I*. J. Teixeira Martins e Vital Moreira (trad.) Coimbra: Centelha-Produção do Livro SARL, 1974.

⁹ BASSNET, Susan. *Translation Studies*. Revised edition. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991, p. 61.

¹⁰ *Idem, ibid.*

que encarava a transposição linguística como uma prática exclusivamente ‘mecânica’¹¹. E foi precisamente desses dois países – Inglaterra e Alemanha – que nasceu o Romantismo, corrente que depressa se espalharia por todo o velho continente, influenciando as diversas áreas do saber, incluindo a História e a sua escrita, a Tradução e o seu *modus operandi*.

Relativamente ao nosso país, considera-se que a historiografia portuguesa propriamente dita começou a ser produzida durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), sobretudo através de dois géneros: *Livros de Linhagens* e *Crónicas*. E vemos desde logo que a tradução surge intimamente ligada ao nascimento da própria escrita da História, porquanto a mais antiga *Crónica* que se conhece se trata precisamente de uma tradução¹². A *Crónica do Mouro Rasis* é uma compilação árabe de natureza histórica e geográfica, traduzida pelo clérigo Gil Peres, que aborda a História peninsular antes da ocupação árabe (período romano e visigótico), bem como uma descrição geográfica da Espanha¹³. Foi apenas uma de várias traduções para o galego-português empreendidas pela escola historiográfica de Afonso X de Castela, avô do rei D. Dinis. Dessa escola saíam também *General Estoria*, traduzida parcial senão totalmente por duas vezes para a língua portuguesa, bem como a *Crónica de Espanha*, que veio servir de base a toda a produção cronística subsequente. Depois da tradução – que parece ter entrado em progressivo abandono – passou-se à fase da refundição das obras históricas, compilando-se textos de diversas origens e géneros (árabe, cristã; prosa e poesia), resultando daí a primeira compilação histórica portuguesa de grande vulto: *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da autoria de D. Pedro, Conde de Barcelos¹⁴. Foi, pois, a partir desta colectânea que, no séc. XV, se redigiu a primeira *Crónica de Portugal*, uma “desintegração” da perspectiva histórica peninsular, certamente influenciada pelo “fortalecimento do sentimento de independência em relação ao resto da Península resultante da crise política de 1383-1385”¹⁵. Posteriormente, será o tabelião-geral do Reino, Fernão Lopes, quem transformará radicalmente a historiografia (até então do ramo

¹¹ BASSNET, Susan. *Translation Studies*, pp. 65-6.

¹² *DICIONÁRIO da Literatura*, Vol. II, Porto: Figueirinhas, 1990, p. 401.

¹³ “Crónica do Mouro Rasis” in Infopédia [Online]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [http://www.infopedia.pt/\\$cronica-do-mouro-rasis](http://www.infopedia.pt/$cronica-do-mouro-rasis). Último acesso a 7 de Junho de 2010.

¹⁴ *DICIONÁRIO da Literatura*, Vol. II, p. 402.

¹⁵ *Idem, ibid.*

ou estilo afonsino) numa produção original. Não será ilógico pensar-se relativamente à historiografia que ganhando corpo próprio, sob a forma de produção nacional, a importação de fontes tenha perdido relevância e que tenha diminuído proporcionalmente o recurso à tradução. A mudança é no entanto lenta e as primeiras *Crónicas* de Fernão Lopes vêm ainda no seguimento da anterior escola historiográfica. O autor vai introduzindo todavia alguma novidade, como o aproveitamento de documentos notariais e a confrontação de fontes, para extrair do conjunto a “verdade” dos acontecimentos. Mas será sobretudo a sua visão, muito própria e fracturante, que marcará a diferença. Fernão Lopes procurará nivelar a importância das massas face ao indivíduo e o papel dos guerreiros face às transformações sociais e económicas do país no seu todo. Sucede-lhe no cargo de guarda das escrituras e de cronista o também célebre Gomes Eanes de Zurara. A sua carregada erudição e centralização de escritos na exaltação de feitos heróicos e nobiliárquicos fez de certo modo retroceder a historiografia ao estilo anterior a Fernão Lopes. Coube-lhe, no entanto, o papel vanguardista de realizar a *historiografia directa*, ou seja, aquela em que o historiador é coetâneo dos acontecimentos ou nos quais chega a participar directamente. Os séculos XV, XVI e XVII ficam marcados pela *Expansão* marítima, pelos *Descobrimentos* e pela descrição das aventuras nos *Cercos e Defesas*, que potenciarão a perspectiva heróica dos acontecimentos e fomentarão o cariz ou estilo narrativo/viajeiro no âmbito da escrita da História. Na época setecentista surgem as sumas ou compilações e as várias tentativas de criação de uma obra capaz de abranger toda a História de Portugal. Registamos neste período a tradução para português – a primeira? – de uma *História de Portugal*. A obra, originalmente escrita em inglês “por uma sociedade de literatos”¹⁶, foi traduzida em 1788 para o idioma de Camões por António de Morais Silva¹⁷.

O séc. XVIII fica também associado ao surgimento das ciências auxiliares da historiografia (Paleografia, Diplomática, Numismática, Esfragística, Filologia, Epigrafia, entre outras), e à necessidade de produção de uma História capaz de acompanhar uma sociedade europeia em transição e mesmo em revolução.

¹⁶ *DICIONÁRIO da Literatura*. Vol. II. p. 401.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 401 e ss.

O séc. XIX com as suas convulsões políticas e ideológicas será o herdeiro de todas estas transformações, de todo o trabalho setecentista, designadamente no âmbito historiográfico, mas de resto também no âmbito literário e filosófico.

2. A historiografia portuguesa a partir do séc. XIX

O *Romantismo*, essa marcante e transversal corrente artística da centúria de oitocentos e do princípio do século XX, veio a reflectir-se na literatura portuguesa em geral e também, como não poderia deixar de ser, na própria escrita da História. Também a tradução parece ter acompanhado o movimento e, entre 1835 e 1850, traduz-se sobretudo autores como Alexandre Dumas, Lamartine, Victor Hugo, D'Arlicourt, Soulié, Walter Scott, Augustine Scribe ou Voltaire. Referência também para a existência nesta altura de um crescente número de traduções da Bíblia. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do séc. XX, surge um leque vasto de obras traduzidas de Vicente Blasco Ibañez, Maksim Gorki, J. Goethe, E. Hornung, Paolo Mantegazza, Catulle Mendès, William Shakespeare, Leon Tolstoi, ou Emile Zola, além de continuar a traduzir-se com frequência os já citados Alexandre Dumas e Victor Hugo¹⁸. No âmbito meramente historiográfico, da Revolução Francesa (séc. XVIII) e do crescimento das nações adeptas do regime liberal havia nascido o interesse pela exaltação e glorificação do passado nacional, através da ascensão e assunção da própria consciência histórica. Surgiu na Alemanha, pela obra de Niebuhr, a primeira abordagem da História como ciência independente. Da penumbra que revestia o período medieval nasce a centralização e valoração do 'documento', da fonte essencialmente documental como corpo do qual partirá todo o estudo diacrónico da vida do Homem em sociedade, abandonando-se mitos e concepções lendárias que ilustravam as obras até então conhecidas. Niebuhr criou escola e foi seguido por vários autores de grande nomeada, um pouco por toda a Europa. A sua *Monumenta Germanica Historica* terá servido inclusivamente de inspiração ao romancista e historiador Alexandre Herculano, que coligiu em quatro partes a famigerada

¹⁸ Com base na obra *A Tradução em Portugal* de A. A. Gonçalves Rodrigues (1992-1999), Vols. I-V.

Portugalliae Monumenta Historica. Herculano é, na opinião do também historiador Joaquim Veríssimo Serrão, “o maior historiador português de todas as épocas”¹⁹, a quem coube “a honra de ter criado em Portugal a História como disciplina científica”²⁰. Era liberal e foi parte activa na contenda que opôs D. Pedro a D. Miguel. Os seus volumes de História de Portugal, editados a partir de 1846, tornaram-se epicentro dos estudos que lhe sucederam, criando-se a partir de então uma verdadeira escola de historiadores que tomaram a sua obra como modelo. Influenciado ou não por Herculano, Simão José da Luz Soriano, seu contemporâneo e companheiro de armas e de luta política, escreveu aquela que será a principal obra alguma vez feita sobre o celeberrimo episódio do Cerco do Porto, de resto decisivo para a vitória final das tropas de D. Pedro IV. A monumental *Historia do Cerco do Porto: Precedida de uma Extensa Noticia sobre as Diferentes Fases Políticas da Monarquia*²¹ é a grande e incontornável referência para onde remetem como fonte praticamente todos os estudos que versam o referido episódio histórico. Da sua autoria, e não menos célebre, é a obra *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*²², editada em 19 volumes, versando detalhadamente três épocas distintas, desde o reinado de D. Maria I ao desfecho das lutas entre liberais e absolutistas. A sua enorme valia advém não só da narração dos acontecimentos como também do conjunto de documentos que nela foram compilados. Importa referir que Soriano fez parte da Expedição Liberal, integrando o Batalhão de Académicos de Coimbra, tendo podido testemunhar *in loco* praticamente todas as incidências que rodearam a empresa que levou o Exército Libertador à tomada, resistência e defesa do burgo portuense. Não obstante o poder que *a priori* lhe confere esse factor testemunhal, importa sublinhar que não escapou à sua pena a crítica mordaz e o panegírico, variando de acordo com a perspectiva nem sempre imparcial, dado o interesse político do próprio autor. Os escritores contemporâneos da Guerra Civil, de Herculano a Soriano, passando, entre

¹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1962, p. 247.

²⁰ *Idem, ibid.*

²¹ SORIANO, Luz. *História do Cerco do Porto: Precedida de uma Extensa Noticia sobre as Diferentes Fases Políticas da Monarquia*, Volumes I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849.

²² SORIANO, Luz. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866 – 1884.

outros, por autores como o Visconde de Santarém, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Manuel Pinheiro Chagas ou Luciano Cordeiro, constituíram um movimento de historiadores que é ainda nos nossos dias referência obrigatória para quem se debruça sobre a centúria de oitocentos. Nos últimos anos do séc. XIX, devido aos tumultuosos acontecimentos do período liberal, ao avanço das ideias republicanas e ao surgimento das concepções socialistas, aumenta o interesse pela “história recente” ou contemporânea, contrariando-se assim a tendência historiográfica de abordagem maioritariamente centrada na era antiga e medieval²³. O movimento não foi porém continuado por razões ideológicas:

E, se esse movimento historiográfico não teve sequência, foi porque, mais tarde, acabou por vir ao de cima a «memória tradicional» portuguesa e porque o Estado Novo, além de dificultar ou mesmo impossibilitar o curso das grandes polémicas historiográficas, elegeu, «naturalmente» (...), outros períodos para análise dos historiadores.²⁴

Seguiu-se um certo conservadorismo liberal, contrário a transformações e conflitos, que veio reavivar os velhos mitos e o tradicionalismo histórico. Já no século XX, e por ventura contrariamente ao que seria de esperar, com a queda da monarquia e a instauração do regime republicano, a tendência nacionalista, patriótica e tradicional manteve-se. Não se tratou somente de uma ‘preferência’, mas acabaria por impor-se quase que como uma obrigatoriedade uma vez que as leis censuradoras chegariam pouco depois do 5 de Outubro de 1910. Decorridos apenas dois anos desde a revolta que levou à implantação da República, e de certa forma como resposta às insurreições monárquicas que se fizeram sentir, foi aprovada aquela que ficaria conhecida como a “lei do garrote”:

A título de garantir a «defesa da República» e «assegurar a ordem no país» são aprovadas leis especiais, que no seu conjunto ficaram conhecidas como a «Lei do garrote», efectuando limitações à liberdade de imprensa e admitindo a possibilidade de apreensão de jornais e outras publicações.²⁵

²³ TORGAL, L. R., ROQUE, J. L. “Introdução” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*. Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 17.

²⁴ *Idem, ibid.*

²⁵ GARCIA, M. G. *I Guerra Mundial: Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional*. Bibliografias BN. Lisboa: BNP, 2004, p. 208.

Entre 1910 e 1915, no período de maior fervor republicano, como em todos os períodos pós-revolucionários, importava romper, criticar, diabolizar o passado recente, que é como quem diz, a monarquia constitucional ou liberal. Surge posteriormente como contra-corrente a filosofia *Integralista*, apostada em fazer uma “renovação intelectual”²⁶ de âmbito conservador e anti-liberal, como se pode ler no texto de Rui Ramos, em *História de Portugal* (Vol. 6) de Mattoso (org.):

Os integralistas portugueses, inspirados também pelos neotomistas católicos, voltar-se-iam contra quatro séculos da história europeia, a Reforma protestante, o cartesianismo, a Revolução Francesa, tudo o que representara a ruptura individualista da ordem autoritária que, imaginavam eles, existira na Idade Média.²⁷

Um dos homens que melhor corporizou o movimento foi António Sardinha, que fundou nesta corrente uma escola histórica que “se dedicou a corrigir a versão liberal da história”²⁸, uma atitude igualmente seguida na época pela *Revista de História* dirigida por Anselmo Braamcamp Freire. Seguiu-se-lhe o “Estado Novo”, de índole autoritária, igualmente tradicionalista, integralista e com forte pendor católico, que se opunha a qualquer tipo de concepção do tipo ‘liberal’. Assim, procurou-se ocultar e esquecer as transformações revolucionárias do séc. XIX, centrando-se a escrita da História na glorificação episódica dos longínquos e heróicos ‘feitos lusitanos’. Nos livros e programas liceais, e em jeito de exaltação patriótica, tratou-se grandemente das imagens que importava recordar, como a ‘fundação da nacionalidade’, a ‘batalha de Aljubarrota’, o regresso de ‘o Desejado’ ou a ‘idade de ouro’ dos Descobrimentos. Por outro lado, tomava-se o liberalismo e a I República por períodos ‘negros’ da História de Portugal, a outra face da moeda, de um país todavia ‘refeito’ pela ‘ressurreição’ salazarista com a criação do Estado Novo²⁹. Este ‘ambiente’ de controlo foi criado, uma vez mais, pela censura, uma arma que como vimos atrás havia sido experimentada, mais recentemente, pela I República e

²⁶ RAMOS, Rui. “A Cultura Republicana” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*, Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 474.

²⁷ *Ibid.*, p. 475.

²⁸ *Ibid.*, p. 476.

²⁹ TORRAL, L. R., ROQUE, J. L. “Introdução” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*, Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 16

agora restaurada com vigor pela Ditadura Militar. A censura, então já constitucionalmente prevista, ganhou maior eficácia com a circular de 21 de Fevereiro de 1934, enviada aos proprietários livreiros de todo o país. Até então “o livro sempre se movimentara com algum à vontade”³⁰. Nesse documento, a Direcção Geral de Censura e Informação exigia o envio de uma listagem com todas as publicações que “infringissem os códigos determinados pela função social que, segundo o pensamento da Constituição de 1933, deveria ser desempenhada pela Censura”³¹. Isto levou a que os agentes culturais se tornassem eles próprios também agentes do crivo censurador do Estado, apertando-se o cerco à circulação de temas susceptíveis de criar fractura relativamente à ordem oficial nascida do golpe militar de 28 de Maio. Desde 1932 que entre os vários pontos a observar na análise ‘prévia’ às publicações estava a “propaganda ou doutrinas políticas consideradas perigosas para a segurança do Estado”, onde poderemos encaixar facilmente o pensamento liberal ou liberalizante, tão intimamente ligado às narrativas bélicas e ao sentimento político dos seus autores, que eram, como veremos adiante, acérrimos partidários e defensores desse tipo de pensamento e de comportamento político e social. A censura perdeu como instituição inseparável e fundamental do regime durante décadas, e foi de tal forma incisiva ao ponto de criar na sociedade literária um espírito de auto-censura, fomentando um ambiente ao qual Régio se referiu usando um elucidativo adágio popular: “O medo é que guarda a vinha”³². Nas “novas directivas” de 1961 renovaram-se os ‘alvos’, como se pode ver pela circular oficial reproduzida por Cândido de Azevedo:

A censura propriamente de carácter político e social continua a exercer-se com os indispensáveis cuidados, como até aqui. As páginas literárias, atendendo que focam frequentemente problemas políticos, continuam sujeitas a censura.³³

No ano de 1968, o despacho de 14 de Outubro não deixava dúvidas quanto às questões de âmbito religioso e que já há muito vinham sendo tidas em

³⁰ ABREU, M. L. D. A. “O subsistema da literatura ficcional traduzida em Portugal no ano da Constituição do Estado Novo e da Censura – 1933” in SERUYA, Teresa (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009, p. 108.

³¹ *Ibid.*, p. 108-9.

³² AZEVEDO, C. *Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 14.

³³ *Ibid.*, p. 44.

conta: “Não será permitida a divulgação de notícias, artigos, crónicas ou comentários ou de quaisquer outros textos que (...) ofendam a moral cristã tradicional do país”³⁴.

Como teremos oportunidade de evidenciar na análise detalhada que mais adiante se fará, quer da edição original da narrativa de George Hodges quer da sua tradução por João Anglin, são múltiplas as referências ou passagens do texto que ferirão, digamos assim, algumas das orientações da Censura relativamente à moral, à religião e à política. Posto isto perguntar-se-á: sendo certo o estabelecimento apertado da censura no nosso país – censura, aliás, desde há muito instituída, mas com maior incidência e rigor depois do golpe que instaurou a Ditadura Militar (28 de Maio de 1926) –, como se justificaria então que na década de 50 – em pleno *Estado Novo*, portanto – tivesse sido publicada a tradução portuguesa de *Narrative of the Expedition to Portugal* de George Lloyd Hodges, no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira? Sendo certo que, por mais apertado e eficaz que o acto censório pudesse ter sido, seria praticamente impossível conseguir que nenhum texto escapasse ao controlo oficial. Além disso, existe pelo menos um factor que poderá ter justificado que a tradução de Anglin tenha passado incólume aos censores do regime ditatorial. Terá a ver desde logo com o seu âmbito muito restrito, dado tratar-se de uma tradução publicada num boletim de distribuição limitada, que circularia entre um número de leitores muitíssimo reduzido. Ao encontro desta ideia parece ir uma justificação clara expressa pela Censura relativamente ao livro *Os Irmãos Karamazoff*, de Dostoiewsky e dado como exemplo na obra de Cândido de Azevedo que temos vindo a citar. Escreveu o censor: “Como a tradução deste romance implica a sua divulgação, entendo ser o mesmo de proibir”³⁵. Ora, esta predisposição pode significar, ainda que o carácter arbitrário da censura não nos permita sair do campo da hipótese³⁶, que o seu contrário poderia ser permitido, ou

³⁴ AZEVEDO, C. *Mutiladas e Proibidas*, p. 59.

³⁵ *Ibid.*, p. 202.

³⁶ Apesar das várias legislações, determinações ou orientações dadas quanto a motivos específicos no sentido de inibir ou autorizar publicações, a Censura manteve, como refere Cândido de Azevedo em *Mutiladas e Proibidas* (p. 43), um “carácter abstracto, ilimitado, imprevisível e arbitrário”, o que torna bastante difícil qualquer tentativa de determinar, sem ser sempre com reservas e na base meramente hipotética, as razões específicas que levavam à proibição ou à autorização de publicação em cada caso. O próprio Chefe de Estado, António de Oliveira Salazar, numa entrevista a António Ferro, classificou a censura como “uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às

seja, que desde que a tradução não implicasse “divulgação” o conteúdo ‘proibido’ poderia ser dado à estampa. Se por “divulgação”, entendermos o conhecimento e acesso a algo por parte do público em geral, vemos que a tradução de Anglin caberia perfeitamente nesta exceção, dado que ela se destinava não à generalidade do público mas sim ao reduzido âmbito científico do boletim e do instituto regional que o publicava.

Vejamos em seguida a natureza literária do tipo de obras de que a já citada narrativa de Hodges é exemplo, e que terão sido verdadeiras ‘mártires’ da obliteração historiográfica e literária de dois períodos histórica e politicamente adversos às ideias, práticas ou juízos nelas contidos.

3. As narrativas de viajantes como fonte historiográfica

Os relatos de viagens tornaram-se ao longo da História campo vasto e rico de informação, e por isso mesmo de importância transversal em vários domínios do conhecimento, áreas de estudo e investigação.

Inicialmente assumiam um carácter meramente lúdico e revelaram-se como moda literária, sobretudo no século XVIII. Os relatos de viagem eram lidos na Europa, mormente em França, Inglaterra e Alemanha – em Portugal para que a moda pegasse em definitivo seria necessário esperar até ao século seguinte – por quem queria viajar e não tinha meios para o fazer. As descrições dos países, dos monumentos, de outros povos e culturas, entretinham, espantavam e apaixonavam o público a que se destinavam.

Como refere Castelo Branco Chaves, novas realidades e diferentes perspectivas eram dadas a conhecer, por via das narrativas, àqueles que estavam mergulhados numa realidade única, numa perspectiva residual que era a sua e que a sua conjuntura política havia determinado:

A variedade das crenças, a multiplicidade de religiões, a diversidade moral, as diversas formas de governar e de os homens se constituírem em sociedade, o «bom selvagem», ajudavam os filósofos a minar a Autoridade, consubstanciada na Igreja Católica e na instituição monárquica”³⁷.

variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor” (in FERRO, A. *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1993, pp. 46 e ss.).

³⁷ CHAVES, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*. Col. Biblioteca Breve nº 15. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1987, p. 11.

O relato de viajantes enquanto “acto de tradução”³⁸, ou seja, enquanto transposição da realidade vivida para a realidade descrita, não pode ser visto sem que se tenha em conta a possível transformação do que foi percebido em obediência ao que era expectável pelo seu autor. Os locais e os acontecimentos vivenciados acabam também por interferir e condicionar as expectativas com reflexo na própria narração. Invariavelmente, as narrativas mostram-nos também a forma como a própria realidade é encarada, construída ou até mesmo aqui e ali ocultada³⁹. Importará assim, no âmbito tradutivo, como exercício de pré e para-tradução, conhecer bem o autor original do texto, as suas expectativas, a sua cultura, os seus interesses e motivações, tendo em vista o alcance da mais correcta e fidedigna transposição para a mensagem e para as ideias que o autor do texto pretende fazer passar.

A perspectiva dos viajantes europeus, nomeadamente sobre a Península Ibérica, vinha já moldada por ideias preconcebidas. Preconceito adquirido pela leitura de obras de Voltaire ou Montesquieu, grandes escritores e descritores da Península Ibérica e dos seus autóctones, que nunca tinham, contudo, atravessado os Pirenéus e tido contacto com a suposta realidade que descreviam e adjectivavam. O objectivo dos novos narradores era então agora o de comprovar aquilo que já pensavam ser a realidade do “Outro”, tomar contacto directo com esses países e povos, dos quais tinham uma imagem pré-determinada por influência, como atrás se disse, meramente literária ou romanceada.

Após o terramoto de 1755, altura em que a cidade de Lisboa, então uma das maiores metrópoles europeias, se encontrava mergulhada em ruínas, a já de si exótica e por isso atractiva população portuguesa passou a ser o centro das atenções.

Não foi ainda nesta altura, porém, apesar de tamanho cataclismo poder ter sido imediatamente encarado como acontecimento histórico incontornável, que o rigor da descrição passou a ser tido em conta pelos viajantes, antes

³⁸ DUNCAN, James; GREGORY, Derek. “Introduction” in *Writes of Passage. Reading Travel Writing*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, pp. 1-13.

³⁹ SANCHES, M. Ribeiro. “Viagens: da certeza de si à reflexividade etnográfica. Os relatos de La Pérouse e de Chamisso sobre a Califórnia”, in BUESCO, Helena C. e DUARTE, João F. (coord.). *Narrativas da Modernidade: a Construção do Outro*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 77-101.

pelo contrário. O preconceito de que atrás falámos toldou grande parte da crítica, falseando-se naturalmente a realidade do tempo e do espaço, da própria cidade, das gentes, das classes políticas e dos governantes.

Tal facto não afasta, todavia, a possibilidade de se extrair dos relatos a imagem social do português-médio da época. Isso obriga porém, como refere Castelo Branco Chaves, que tais livros sejam “criticamente expurgados do que neles ficou de tendencioso e improvisado, quando não propositadamente mentido”⁴⁰.

E se, como refere o mesmo autor, “no século XVIII viajou-se muito pelo simples interesse de conhecer outras terras e outras gentes, diferentes leis e diversos costumes”, na centúria seguinte, muito por via das contendas militares na Europa, prosseguiu a ‘moda’ da narrativa de viagem, desta feita não só pelo seu carácter lúdico e enquanto experiência individual ou pessoal, mas também pela sua peculiar dimensão bélica, política e historiográfica. Este tipo de publicações assumiu-se verdadeiramente como testemunho dos acontecimentos vividos por cada narrador. E importa aqui evidenciar o sentido da narrativa no âmbito da escrita da História, nos testemunhos que directa ou indirectamente vieram a ser fonte de múltiplas obras de carácter científico, sem nunca, no entanto, deixar de se referir, ainda que superficialmente, a relevância que tais relatos possam ter tido para demais áreas da literatura e do conhecimento em geral:

Le voyage est alors consubstantiel à l’histoire, à la mythologie et à la littérature, sans parler bien sûr de l’ethnographie. Le voyage est l’un des archétypes thématiques et symboliques parmi les plus productifs de la littérature. Toujours renouvelable, tourné vers un lieu par excellence variable, le voyage offre à la littérature une de ses grandes matières premières⁴¹.

A emergência do *romantismo* como reacção ao pensamento *abstracto* e *racional* das correntes *iluministas* do século XVII e XVIII veio centrar atenções sobre o indivíduo, sobre a sua visão e o seu papel na sociedade. Também a própria escrita da história seria naturalmente influenciada pela corrente romântica: “The romantic movement also bred the cult of the individual and, in historiography, a passionate interest in individuals and the heroism

⁴⁰ CHAVES, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal*, p. 13.

⁴¹ KRYSINSKI, Wladimir. “Discours de Voyage et sens de L’ Altérité” in SEIXO, M. Alzira (coord.). *A Viagem na Literatura*. Mem Martins: Europa-América, 1997, pp. 236-60.

of their stories”⁴². É, pois, neste contexto que a narrativa assume o seu lugar de destaque na literatura, também enquanto *fonte* ou enquanto conjunto descritivo de factos históricos vivenciados na primeira pessoa pelo seu autor/narrador:

Sources are thus those materials from which historians construct meanings. Put another way, a source is an object from the past or testimony concerning the past on which historians depend in order to create their own depiction of that past. A historical work or interpretation is thus the result of this depiction. (...) A source provides us evidence about the existence of an event; a historical interpretation is an argument about the event.⁴³

No âmbito das fontes escritas importa reconhecer desde logo a tipologia do documento, pois o seu enquadramento e forma são fundamentais para valorar o seu conteúdo. Os diversos tipos de fonte não podem ser lidos ou interpretados de igual forma, devendo antes ser analisados quanto às suas propriedades formais e quanto à sua substância. Enquanto fonte histórica, a narrativa em si insere-se no conjunto de textos cujos propósitos nem sempre surgem bem definidos. Uma descrição pessoal de acontecimentos pode ser uma tentativa ‘justiceira’ do próprio autor: “the so-called ego document or personal narrative such as a diary or memoir might be composed in order to persuade readers of the justice of the author’s actions”⁴⁴. Impõe-se, pois, a necessidade de analisar profundamente o texto, o seu enquadramento, as circunstâncias em que foi redigido, o percurso, a vida e as motivações do seu autor, para interpretar o conteúdo e a finalidade da forma mais fidedigna possível. A falta destes pressupostos acaba por ‘isolar’ a narrativa no tempo e no espaço. Perde-se a sua origem, o seu significado e a sua razão de ser. Daí que, como veremos na análise à única tradução existente da narrativa de George Lloyd Hodges, a falta do devido enquadramento e das necessárias anotações contextualizadoras da acção narrada – aliada às questões linguísticas não menos importantes – acabam por retirar à obra de Hodges o seu real potencial historiográfico enquanto *fonte*.

⁴² HOWELL, M., PREVENIER, W. *From Reliable Sources: An Introduction to Historical Methods*. Ithaca e Londres: Cornell University, 2001, p. 9.

⁴³ *Ibid.*, p. 19.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 20-21.

Como vimos, a historiografia portuguesa oficiosa da I República e do Estado Novo, subtraindo propositadamente o período e os acontecimentos históricos da guerra e instauração da monarquia liberal (1828-1834), desvalorizou essas fontes de informação que eram e são as narrativas bélicas, independentemente de haver ou não a respectiva tradução para português, o que era raro. Porém, ainda durante o período liberal, o historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins recorreu⁴⁵, entre outros intervenientes directos na Guerra Civil, aos militares britânicos – nomeadamente Hodges, Shaw e Napier – e respectivas narrativas, quer para a elaboração da sua *História de Portugal*⁴⁶, quer da obra que lhe veio a dar continuidade: *Portugal Contemporâneo*⁴⁷. Mesmo nos anos que se seguiram à guerra civil não parece ter havido, *a priori*, grande preocupação editorial e historiográfica em traduzir esses relatos para português, quase todos eles escritos e publicados originalmente em inglês. Situação excepcional será porventura a obra de Hugh Owen, como veremos pormenorizadamente noutra capítulo desta dissertação. Owen, uma vez radicado em Portugal e de certa forma familiarizado com a nossa língua decidiu relatar a sua experiência também em português, isto para que a sua versão dos acontecimentos chegasse mais facilmente ao seu destinatário, ou seja, ao povo da cidade do Porto, como o autor declara na própria introdução à obra.

Mas foi sobretudo no séc. XX que se deu maior atenção às memórias redigidas por militares estrangeiros sobre a Guerra Civil. Como veremos adiante, Raul Brandão decidiu aperfeiçoar, prefaciá-lo e anotá-lo a obra do coronel Hugh Owen atrás referida, no ano de 1915. De então para cá, só depois de 25 de Abril de 1974 é que se recentraram atenções sobre tais relatos, com alguns estudos e traduções, trabalhos essencialmente elaborados no âmbito historiográfico. Teresa Seruya chama no entanto a atenção para a necessidade da confluência bibliográfica/memorial de traduções que se encontram dispersas ou mesmo ignoradas, de forma a configurar-se um todo de ‘documentos’ e ‘fontes’ de bom proveito para a investigação:

⁴⁵ *DICIONÁRIO de Literatura*, p. 853.

⁴⁶ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. [1879] Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, 1977.

⁴⁷ MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. [1881] 3ª ed. Lisboa: Livraria de António Mª Pereira, 1895.

A tradução sempre constituiu uma parte significativa dessa [portuguesa] cultura literária, conquanto nem sempre reconhecida e interiorizada. Falta, porém, um “local de memória” que o registre de forma não casuística. É que os livros/traduições publicados provavelmente existem todos ainda, pelo que o seu esquecimento não é irreversível, mas trazê-los da dispersão completa para integrarem um todo, ainda que *in progress*, confere-lhes novo estatuto: por um lado, documento de uma determinada realidade – a da forte presença das culturas estrangeiras na textualidade nacional, por outro a sua constituição como fonte para um leque variado de pesquisas.⁴⁸

Certamente que a inexistência deste *corpus* específico no nosso país terá também contribuído para o parco aproveitamento das narrativas a que nos temos vindo a referir, muitas delas absolutamente desconhecidas e nem sempre tidas em conta nas obras de referência que versam a *literatura*. Um dos objectivos desta tese é também contribuir para a constituição de um todo documental, a partir das obras dispersas sobre a realidade da Guerra Civil em Portugal.

Foi A. A. Gonçalves Rodrigues quem fez a primeira e até à data única tentativa de recolha bibliográfica de todas as publicações traduzidas para a língua portuguesa. Esta vasta obra abarca um período de mais de cinco séculos de publicações, ou seja, entre 1495 e 1950. Ficou-se todavia pelo 5º volume, contemplando traduções publicadas em Portugal até ao ano de 1930. É ainda, tendo em conta o panorama actual no que diz respeito ao *corpus* de livros vertidos para português, uma produção bibliográfica de referência incontornável, como salienta, apesar das naturais reservas, a introdução que J. A. Flor faz ao 5º volume da própria obra:

Temos dificuldade em acreditar que, em termos absolutos, se possa atingir a exaustividade; nem sabemos se esta constituirá um valor em si mesmo, mas é imperativo reconhecer, nesta obra, a tendência marcada para uma espécie de exaustividade qualitativa, de extrema importância.⁴⁹

Convém referir que, anteriormente à Revolução dos Cravos, algumas diegeses haviam servido como *fonte*, mas neste caso, de inspiração, para a elaboração de romances no âmbito da literatura lúdica e pouco mais. Referimo-nos designadamente a romances de Camilo Castelo-Branco ou de Maria Amália Vaz de Carvalho. Esta última escreveria até no seu livro *Em*

⁴⁸ SERUYA, Teresa. “Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo” in SERUYA, T. (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009, p. 72.

⁴⁹ FLOR, J. A. “Apresentação do 5º Volume” in RODRIGUES, G. *A Tradução em Portugal: 1901-1930*. Volume V. Lisboa: ISLA, 1999.

Portugal e no Estrangeiro que “uma das leituras mais curiosas que pode haver é a de viagens feitas por estrangeiros de diversas nações na nossa terra”⁵⁰.

A literatura viajeira em geral é, de resto, campo aberto para vários tipos de leituras, análises ou interpretações. Assumem-se, neste tipo de textos, desde simples traços de carácter do autor até à forma como a complexidade da sua própria mundividência se reflecte nas palavras, influenciada naturalmente pela posição cultural, pela origem e pela educação recebida. A aparente “inocência” pode revelar-nos até, por exemplo, dimensões de natureza ideológica, como nos sugere Susan Bassnett: “While an account of a journey may seem to be innocent, there is always an ideological dimension, for the traveller is approaching his or her material form a particular perspective, the perspective of the outsider (for the time and space of the journey) writing for an inside group back home”⁵¹.

É certo que existem já algumas, embora poucas, narrativas traduzidas sobre a Guerra Civil (1828-1834)⁵² e alguns estudos científicos publicados dentro desse contexto histórico, político e social. Contudo, torna-se uma matéria de inegável importância para a historiografia portuguesa sobre aquele período específico incidir atenção, análise e interpretação sobre as narrativas bélicas que faltam ainda traduzir e estudar, ou rever as que já foram alvo de abordagem à luz dos conceitos e métodos científicos actuais. Tendo-se aqui anteriormente aludido às fontes e à sua importância, importa ressaltar a conjugação e a multiplicidade das mesmas para o historiador, segundo a obra de Howell e Prevenier:

Typically, historians do not rely on just one source to study an event or a historical process, but on many, and they construct their own interpretations about the past by means of comparison among sources

⁵⁰ CARVALHO, M. A. Vaz de. *Em Portugal e no Estrangeiro: Ensaio crítico*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira - Livraria Editora, 1899, p. 4.

⁵¹ BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon, Multilingual Matters, 1998, p. 33

⁵² Narrativas traduzidas: HODGES, G. L. *Narrative of the Expedition to Portugal* (1833) traduzida parceladamente por João H. Anglin no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira entre 1950 e 1956; NAPIER, C. *An account of the war in Portugal between Don Pedro and Don Miguel* (1836) traduzida por Manoel J. P. Codina em 1841 (reedição pela Caleidoscópico em 2005); ALEXANDER, J. E. *Sketches in Portugal, During the Civil War of 1834* (1835) traduzida por Teresa Pinto Coelho em 2003; SAINT-PARDOUX (Barão de) *Campagnes de Portugal en 1833 et 1834* traduzida anonimamente de forma resumida em 1836 (reedição pela Caleidoscópico em 2007).

– by sifting information contained in many sources, by listening to many voices.⁵³

É neste sentido que a conjugação das várias narrativas, das várias interpretações, visões e versões dos acontecimentos vivenciados na primeira pessoa, pode constituir-se como um todo relevante de *fontes* para o desenvolvimento da historiografia portuguesa sobre a guerra civil.

Recapitulando, a tradução fez sempre parte quer da História propriamente dita quer da Historiografia, porquanto tomou lugar na primeira, influenciando decisivamente o curso de vários acontecimentos à escala mundial. A partir do séc. XVIII, e inicialmente com carácter meramente recreativo, popularizaram-se as narrativas viajeiras, que evoluindo para relato de acontecimentos históricos passaram a assumir-se também elas como *fonte*. Exemplo disso são as narrativas de militares estrangeiros sobre a Guerra Civil (1828-1834), que se constituíram de resto como importante e incontornável fonte interdisciplinar, mas sobretudo histórica, que nos importa aqui evidenciar. Parece-nos igualmente que, do ponto de vista da escrita da História, os estudos dos acontecimentos a que se reportam essas narrativas se encontram actualmente em fase de desenvolvimento, após dois contextos politicamente adversos e contrários à sua livre abordagem: I República e Estado Novo. Destes dois factores decorrerá a necessidade de se estabelecer uma ponte, i. e., conferir *fontes* às lacunas historiográficas. Essa ponte, no caso das narrativas de militares britânicos e do contributo que possam dar ao estudo dos acontecimentos e do contexto a que se reportam (Guerra Civil – 1828 a 1834), pode e deve passar por uma tradução linguisticamente eficaz e devidamente contextualizada do ponto de vista histórico, político e social.

Façamos então, em seguida, uma incursão mais aprofundada a essas narrativas históricas realizadas no contexto específico da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), com recurso ao necessário enquadramento histórico-político e à análise sucinta de dois exemplos práticos.

⁵³ HOWELL, PREVENIER. *From Reliable Sources*, p. 69.

Capítulo II – A Narrativa Histórica e a Guerra Civil

1. Contextualização histórica

As invasões napoleónicas, ocorridas no final da primeira década do séc. XIX, fizeram despertar o ‘nacionalismo’ português ao mesmo tempo que fomentaram tendências liberais¹. O conjunto das transformações ocorridas é também sinónimo do fim do império colonial que perdurava desde o século XV, sendo a independência do Brasil, concedida por D. Pedro IV em 1822, o exemplo mais marcante da perda de soberania nacional nos vastos territórios de além-mar. Numa fase já adiantada da ocupação francesa, um corpo militar inglês composto por cerca de 10 mil homens comandados pelo general Wellesley, duque de Wellington, chega a Portugal por pressão do embaixador português em Londres. A intervenção da ‘velha aliada’ foi decisiva para infligir grande número de baixas ao invasor e conseguir que Junot, general que liderou a primeira invasão, assinasse a rendição e o abandono de Portugal. Igualmente sem lograr o sucesso, em Março de 1809, dá-se a segunda investida do exército napoleónico, desta feita sob comando do general Nicolas Soult. No Verão de 1810, decorre a terceira investida francesa liderada pelo marechal Massena com um numeroso corpo de 50 mil homens. As linhas de Torres impediram o avanço até à capital e proporcionaram a concentração das acções de guerra na região da Estremadura. As barreiras militares, a hostilidade da população e a falta de provisões contribuíram para a deserção de tropas e para a capitulação do marechal às ordens de Napoleão Bonaparte. A participação decisiva dos ingleses nesta contenda iria conferir-lhes posteriormente um enorme poder político no governo do país, destacando-se duas figuras principais neste contexto político e militar: Arthur Wellesley e William Beresford. O rei D. João VI, que havia fugido em 1808 para o Brasil, deixava assim Lisboa nas mãos de uma regência governativa sob tutela britânica. No entanto, depressa os ingleses ganharam opositores entre os autóctones, que esperavam com crescente impaciência o regresso definitivo do rei à metrópole. Entretanto, emerge na Europa e na América do Norte a consciência liberal, edificada sobre os valores

¹ TORGAL, L. R., ROQUE, J. L. “Introdução” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*. Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 18.

da liberdade, da igualdade, da tolerância, da segurança, da propriedade, dos direitos e deveres dos cidadãos, entre outros. Em Portugal, a repressão e a desinformação absolutistas não impediram que o novo ideal singrasse e emergisse nalgumas camadas, embora restritas, da população. Um governo em Lisboa votado ao imobilismo, o sentimento nacional anti-britânico e um rei em tudo distante acabariam por conduzir à revolta armada que eclodiria no Porto em 1820. O pronunciamento militar ocorreu a 24 de Agosto e originou um movimento de mudança na sociedade portuguesa e que poria em causa as instituições de um estado de “Antigo Regime”. O movimento – apelidado “vintista” – repercutiu-se durante três anos. Porém, as suas consequências transformadoras estender-se-iam até ao século seguinte, logrando a convocação de Cortes Gerais e Extraordinárias, com vista à elaboração de uma Constituição. Entretanto, a 4 de Julho de 1821, o monarca com toda a sua comitiva regressava à metrópole, não sem antes ter recebido as incumbências da corte. Chegado a Lisboa, D. João VI jurou – como já o havia feito no Brasil – as bases da Constituição, e a partir dessa data passa a vigorar em Portugal um novo regime baseado nos ideais emergentes do liberalismo. No entanto, os sectores mais tradicionais e conservadores da sociedade portuguesa começaram a conspirar contra o novo rumo do reino. A rainha D. Carlota Joaquina recusa jurar a Constituição, definindo assim a sua posição política neste contexto. Tornou-se figura central da contra-revolução e da apologia do regresso à monarquia de estilo absolutista. Ao seu filho D. Miguel estaria reservado o papel operacional num plano que arrastaria Portugal para uma guerra civil. Após uma primeira tentativa de insurreição – a “Abrilada” –, D. Miguel e D. Carlota foram obrigados a sair do país, aquele a título de “fazer uma viagem de estudo na Europa”². Em 1826, D. João VI morre inesperadamente, estando o projecto constitucional ainda por definir. Em Abril desse ano, D. Pedro IV remete do Brasil a Carta Constitucional. D. Miguel é chamado a assumir a regência até que se complete a maioria da herdeira legítima ao trono. Havia sido estabelecido entre os dois irmãos o casamento de D. Miguel com D. Maria II, sobrinha deste e filha de D. Pedro, comprometendo-se o primeiro a assumir o plano do Imperador e a jurar a Carta Constitucional. Pouco depois, no mês

² VARGUES, I. N., TORRAL, L. R. “Da Revolução à Contra-Revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*, Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 62

de Março de 1828, rompendo todos pactos previamente estabelecidos, D. Miguel dissolve a Câmara dos Deputados e convoca, à maneira antiga, os três estados do Reino: Clero, Nobreza e Povo. O objectivo era claro: aclamar o infante como “rei absoluto”, o que foi assinalado, com pompa e circunstância, em cerimónia solene realizado no dia 7 de Julho. Nessa cerimónia, D. Miguel ostentou os vetustos símbolos da realeza – manto e ceptro –, o que “ilustra bem o regresso ao passado que ele significa”³. A situação foi internacionalizada e a “questão portuguesa” depressa mereceu a atenção de vários países. No entanto, o poder do cognominado *Usurpador* só foi reconhecido pela Espanha, pelo Vaticano e pelos Estados Unidos, um isolamento diplomático que viria a ser extremamente prejudicial à causa miguelista. No entanto, a partir de Março de 1828, iniciam-se os actos hostis ao absolutismo de D. Miguel, com tentativas – embora fracassadas – de revolta militar. Não demoraria muito até que o governo desencadeasse forte perseguição e repressão violenta aos seus opositores, naquilo que ficaria conhecido como o “terror miguelista”⁴. A entrada na década de 30 do século XIX faria soprar ventos favoráveis às aspirações liberais, dando-se em França a revolução dos *Três Dias Gloriosos*, em Inglaterra a chegada do governo liberal ao poder, e o regresso de D. Pedro IV à Europa, para lutar pela Constituição Liberal e para entregar o trono português à sua filha D. Maria. É, pois, a partir de Inglaterra e França, onde de resto se haviam exilado vários liberais ‘ilustres’, que se prepara a incursão armada ao território português. Contraíram-se elevadíssimos empréstimos, contrataram-se ‘militares’ – grande parte deles mercenários e foragidos da lei –, armaram-se homens e embarcações e, no dia 10 de Fevereiro de 1832, a *Empresa Liberal* rumou ao arquipélago açoriano. Estavam lançadas as bases para a formação do *Exército Libertador*, ao qual, à procura de fama, honra e glória, se juntariam vários oficiais britânicos, boa parte deles veteranos anteriormente intervenientes nas acções da Guerra Peninsular contra as tropas napoleónicas. Entre eles estava o coronel irlandês George Lloyd Hodges, autor da narrativa que está na base deste trabalho académico. Nos Açores, o *Imperador* proclamase regente, nomeia ministros, forma governo e procede a importantes reformas legislativas. Reunidos cerca de 8000 homens e cerca de meia centena de navios, a imensa comitiva parte para o continente, desembarcando a 8 de Julho na

³ VARGUES; TORRAL. “Da Revolução à Contra-Revolução...”, p. 65.

⁴ *Ibid.*, p. 66.

Arenosa de Pampelido, freguesia de Perafita, concelho de Matosinhos, num acontecimento histórico que ficou do ponto de vista toponímico erroneamente conhecido como “Desembarque do Mindelo”. O exército chega sem dificuldades à cidade do Porto, dentro da qual porém seria obrigado a permanecer por cerca de um ano. Estávamos perante o famoso *Cerco do Porto*, ao qual militares e população foram forçados a resistir, entre trincheiras e redutos, num cenário de escassez de mantimentos e de flagelo de epidemias mortíferas. Com esta estratégia de “asfixia”, as tropas absolutistas pretendiam a capitulação do inimigo pelo desespero e pelo cansaço, o que contrariamente ao esperado não veio a acontecer. Entretanto, os liberais tomaram o Algarve, e pouco depois a capital, que se encontrava abandonada. D. Pedro rumou a Lisboa e D. Miguel, que se encontrava anteriormente em Braga, aquartelou-se depois em Santarém. As tropas liberais somavam vitórias: foi conquistada toda a zona litoral centro e norte, por acção do almirante Charles Napier. O duque de Saldanha, por sua vez, ocupara-se com sucesso do descerco da cidade do Porto e respectivas regiões periféricas. Com a vitoriosa *Batalha da Asseiceira* onde, sob comando do marechal duque da Terceira, os constitucionais desbarataram e puseram em fuga as tropas leais a D. Miguel, possibilitou-se o avanço das tropas de D. Pedro até Santarém, onde se encontrava o *Usurpador*. Os sucessivos desaires levaram D. Miguel a refugiar-se em Évora, onde um conselho de generais absolutistas aprovou por larga maioria a rendição e a proposta de armistício. A 26 de Maio terminaria a Guerra Civil em Portugal com a assinatura da “Concessão (ou Convenção) de Évora Monte”, na qual foi garantida a capitulação miguelista, concedida clemência aos vencidos e ordenada a extradição de D. Miguel sem qualquer possibilidade de retorno.

Dos que presenciaram ou viveram na primeira pessoa total ou parcialmente este conjunto de acontecimentos incontornáveis da História portuguesa, houve quem deixasse por escrito o seu testemunho, a sua perspectiva, a sua “verdade” sob a forma de narrativa. E é precisamente o testemunho e a perspectiva de alguns dos intervenientes directos – militares britânicos – que vamos analisar no seguinte subcapítulo.

2. Portugal e a Guerra Civil na perspectiva militar homodiegética

É sabido que, na primeira metade do séc. XIX, boa parte dos oficiais britânicos nutria especial simpatia pelo ideário liberal. É certo que os unia a intenção de combater o conservadorismo no nosso país, encarnado na pessoa de D. Miguel I, tido como um tirano que se preparava para tomar à força o poder da nação, cuja constituição liberal os ingleses haviam jurado defender. Entre as altas patentes as motivações eram sobretudo militares e políticas, sem que se deva descurar o simples interesse pela aventura, pela fama e o desejo de interromper vidas ‘cinzentas’ e inglórias. A guerra por uma causa de libertação e de restauração de um regime monárquico constitucional configurava também a esperança de lançamento (ou relançamento) de uma carreira social e política de mérito e prestígio. Já entre os soldados ou voluntários ‘da causa’, o interesse era meramente económico ou financeiro. Aos alistados prometiam o papel de agentes colonizadores, garantiam-lhes a posse de propriedades nos locais de desembarque, o direito a remuneração pelos serviços prestados e, a muitos insubordinados, a conveniente oportunidade de poderem fugir do país onde viviam. Para outros ainda, como é o caso do oficial James Edward Alexander⁵, havia no horizonte a perspectiva da obtenção de algumas vantagens comerciais, designadamente a exploração de regiões africanas de possessão portuguesa. Foi nesse espírito de missão e com o apoio da *Royal Geographical Society*, organização a que pertencia, que este inglês partiu para Portugal, resultando da sua experiência mais uma narrativa⁶, *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*, focalizada no enquadramento histórico a que nos temos vindo a referir.

Foram sobretudo oficiais - capitães, tenentes-coronéis, almirantes - quem nos deixaram em livro⁷ as suas memórias sobre a Guerra Civil, como por exemplo:

⁵ Caso alvo de estudo de Teresa Pinto Coelho e publicado em livro sob o título *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil vistos por um inglês*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

⁶ *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*. Londres: J. Cochrane & Co, 1835.

⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, Under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*. Londres: James Fraser, 1833; BADCOCK, L. *Rough Leaves from a Journal Kept in Spain and Portugal During the Year 1832, 1833 & 1834*. Londres: Richard Bentley, 1835; YOUNG, W. *Narrative of the persecution and imprisonment in Portugal of William Young*. Londres: Henri Colburn, 1833; KNIGHT, T. *The British Battalion at Oporto: with Anecdotes, and Exploites in Holland, at Waterloo and in the Expedition to Portugal*. Londres, Edimburgo e Glasgow: Effingham Wilson, Waugh and Innes, Thomas Murray, 1834; MINS, P. *A Narrative of the Naval Part of the Expedition to Portugal*. Londres: Sherwood, Gilbert and Piper, 1833; OWEN, Hugh. *The Civil War in Portugal and the Siege of Oporto*. Londres: Edward Moxon, 1836; SHAW, C. *Personal Memoirs and*

George L. Hodges em *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832* (1833); Hugh Owen em *The Civil War in Portugal and the Siege of Oporto* (1836); Lovell Badcock em *Rough Leaves from a Journal Kept in Spain and Portugal* (1835); Charles Shaw em *Personal Memoirs and Correspondence* (1837); Thomas Knight em *The British Battalion at Oporto* (1834); Peter Mins, em *A Narrative of the Naval Part of the Expedition to Portugal* (1834); Charles Napier, em *An Account of the War in Portugal Between D. Pedro and D. Miguel* (1836); William Young, em *Narrative of the persecution and imprisonment in Portugal of William Young* (1833).

Não é propósito nosso abordar correspondência ou outro tipo de documento avulso mantido no idioma original, que tenha constituído forma de comunicação dos oficiais britânicos. Apesar do seu potencial como fonte para eventuais trabalhos historiográficos, as missivas vindas a público ou os artigos publicados nos jornais da época são, por oposição às diegeses, bastante mais limitados, sucintos e de teor meramente informativo, tratando em geral de situações episódicas. Por seu turno, as narrativas são de maior abrangência, de amplo teor histórico, informativo, descritivo, humano, testemunhal, documental, sociológico, estratégico e até literário.

Importará aqui, antes de mais, definir e identificar a tipologia da generalidade das narrativas bélicas elaboradas no âmbito ou na sequência dos acontecimentos de 1828 a 1834. De acordo com Gérard Genette, distinguem-se “dois tipos de narrativas: uma de narrador ausente da história que conta, a outra de narrador presente como personagem na história que conta”⁸. Ao primeiro tipo de narrador designou por *heterodieético*, ao segundo por *homodieético*. Dentro deste último e de acordo com o mesmo autor existem duas vertentes: “uma em que o narrador é o herói da sua narrativa, e a outra em que não desempenha senão um papel secundário, que acontece ser, por assim dizer sempre, um papel de observador e de testemunha”⁹. No nosso caso de estudo – *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832* – e apesar de ter sido interveniente directo na Empresa Liberal, George Lloyd Hodges não é o ‘herói’ da sua própria narrativa, porquanto ele foi apenas parte de um todo – a Expedição –, ao serviço de um Rei (D. Pedro IV) e de uma causa colectiva

Correspondence of Colonel Charles Shaw. Londres: Henry Colburn, 1837; NAPIER, Charles. *An account of the war in Portugal between Don Pedro and Don Miguel*. Londres: T. & W. Boone, 1836.

⁸ GENETTE, G. *Discursos de Narrativa*. Maria Alzira Seixo (orient.) Fernando C. Martins (trad.). Lisboa: Vega Universidade, s/d, pp. 243-44.

⁹ *Ibid.*, p. 244.

(Liberalismo). O teor da narrativa centra-se maioritariamente na observação e testemunho imediato das várias incidências e múltiplos intervenientes da Expedição e da Guerra Civil. É possível concluir assim que o autor do relato, George Lloyd Hodges, se enquadra na figura narratológica que Genette identificou e apelidou por *homodiegético*.

Neste tipo de memórias da autoria de oficiais britânicos sobre a Guerra Civil portuguesa (1828-1834) encontramos a mundividência dos respectivos narradores. Nestes relatos, todos eles homodiegéticos, se expressa o seu reparo e a sua cultura reflectida na apreciação à cultura do “Outro”. São feitas apreciações sobretudo no aspecto político e bélico, sendo em menor número as referências a costumes, ao quotidiano local, a monumentos ou paisagens. A excepção será a obra do Capitão Edward Boid¹⁰ - também traduzida por Anglin em 1949¹¹ -, que se ocupa exclusivamente da descrição geográfica, paisagística, social e estatística do arquipélago e da população açoriana, não se configurando portanto como narrativa essencialmente bélica ou descritiva dos acontecimentos históricos da guerra que opôs liberais a absolutistas. Convém acrescentar que, nesta altura, para a maioria dos oficiais britânicos, o país, o seu povo e a sua paisagem não constituíam grande novidade. A maioria desses militares já por cá havia passado anos antes no âmbito da Guerra Peninsular, pelo que pouco daquilo que agora viam e sentiam lhes era estranho ou digno de grandes notas.

É, no entanto, possível extrair alguns exemplos de reparos críticos que os estrangeiros não deixavam de fazer ao contexto social que os rodeava. Importará, antes de mais, fazer notar que na forma como descreviam, como observavam e como comparavam, havia um conjunto de traços comuns, identificáveis por isso em quase todas as narrativas dos diferentes ‘actores’ ao serviço de ambas as causas em confrontação. As observações relativamente à pobreza e à ruralidade, por exemplo, são frequentes nas suas narrativas. Fica claro, através dos juízos e da forma como são feitos, que o britânico se considera e se vê a si próprio como alguém que é originário de uma civilização

¹⁰ BOID, E. *A Description of the Azores or Western Islands from Personal Observation*. Londres: Edward Churton, 1835.

¹¹ BOID, E. “Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais”. João H. Anglin (trad.), *in* *Insulana*. Ponta Delgada, 1949.

‘superior’, de gente esclarecida e culta, que se passeia agora por entre o obscurantismo e a ignorância.

Trata-se de resto de uma visão muito própria da sociedade britânica da época, a denominada ‘era vitoriana’, que teve início precisamente na década de 30 do séc. XIX e que perdurou até ao início do séc. XX. Jorge de Sena descreve esse mesmo período no seu ensaio sobre Literatura Inglesa, utilizando um conjunto de qualificações que se encaixam perfeitamente na idiossincrasia e na postura dos narradores a que nos temos vindo a referir:

O vitorianismo é esse orgulho, a presunção definitiva (...) de que Deus era inglês... Orgulho, pudor hipócrita, generosidade, humanitarismo, mediania cautelosa, mediocridade brilhante, conforto, progresso técnico, pastiches do medievalismo Tudor (...), e um império que a Inglaterra recebera como prémio de ser a mais branca e a mais cristã das raças... Londres era a maior e mais civilizada cidade do mundo; e, nele, a City era, desse mundo, a capital financeira. Este dogma da autoridade – autoridade de ser-se inglês, de ser-se superior, de ser-se mais poderoso, ou mais rico – e da respectiva subordinação é a base intocável da sociedade vitoriana: autoridade do «espírito» sobre o corpo, da igreja sobre a religião, do patrão sobre o empregado, do pai sobre os filhos, do corpo político sobre as massas, de «moral» sobre a vida.¹²

Naquele contexto artístico e literário – *romantismo* –, compreendem-se ainda as referências e os múltiplos adjectivos associados à paisagem, mas também ao que de pior nela havia, desde a falta de esgotos à insalubridade, passando pela falta de cuidados hospitalares até às rudimentares vias de comunicação: “Chega-se mesmo a suspeitar de que era de bom-tom incluir esse tipo de comentários: elogios à natureza, porque feita por Deus; críticas aos costumes, porque resultantes da acção do homem!”¹³.

A perspectiva dos viajantes em geral era, como já vimos, clara e notoriamente influenciada pelo preconceito, pela ideologia, pela educação, pela própria fé ou ausência dela. Relativamente aos militares britânicos em missão na Guerra Civil, essa evidência tornara-se inequívoca no que concerne às apreciações à ‘criticável’ ou mesmo ‘abominável’ prática religiosa dos portugueses:

¹² SENA, J. de. *A Literatura Inglesa: Ensaio de Interpretação e de História*. Lisboa: Cotovia, 1989 [1963], pp. 263-4.

¹³ DIAS, F. Sequeira. *Os Açores na História de Portugal: Séc. XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 138.

Como resultado natural da extrema ignorância, mostram-se supersticiosos e fanáticos até ao último ponto e humilhanamente sujeitos ao clero e suas manhas.¹⁴

Sente-se o domínio das ordens religiosas em todas as famílias, domínio este que se estende às acções mais comuns da vida e tem uma influência paralisante no melhoramento de maneiras mais polidas ou adiantamento intelectual.¹⁵

De pensamento liberal e assente na ideia de que a Inglaterra era a nação ‘correcta’ por oposição à nação ‘incorrecta’ e ‘inferior’, no caso, a portuguesa, faziam-se avaliações que eram, não obstante um ou outro reparo elogioso, sobretudo críticas em sentido pejorativo. Criticavam, entre outros aspectos e além da religiosidade, a preguiça do povo, a rudeza dos autóctones e a manutenção de velhos hábitos e costumes.

Feita esta análise genérica façamos agora incidir a nossa particular atenção sobre dois casos práticos de narrativas homodieéticas resultantes da experiência bélica dos respectivos autores em Portugal.

3. Análise de duas obras traduzidas sobre a Guerra Civil

Não cabe nem é pretensão deste estudo levar a cabo uma análise sistemática e detalhada ao conteúdo das duas obras que em seguida se abordarão. Queremos apenas identificar duas edições com várias semelhanças, não obstante a distância temporal que as separa. Une-as desde logo o mesmo ponto de partida – uma diegese militar do séc. XIX da autoria de um oficial britânico – e o mesmo objectivo historiográfico – relatar experiências e memórias sobre a Guerra Civil em Portugal –, da qual os seus autores originais foram directos intervenientes. Ambas as reedições partem, pois, cada uma *per si*, de uma narrativa original contemporânea dos acontecimentos retratados, poucos anos decorridos portanto desde a contenda retratada. A primeira a ser analisada é uma edição muito recente, na verdade, uma reedição de uma tradução datada de 1841. A segunda, mais antiga, data dos primórdios do século XX e tem o cunho muito pessoal de uma proeminente figura da nossa cultura – Raul Brandão –, o que lhe confere, a nosso ver, acrescido interesse. Esse cunho é

¹⁴ BOID, E. “Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais”. João H. Anglin (trad.), *in* *Insulana*. Ponta Delgada, 1949.

¹⁵ WEBSTER, J. W. “A Ilha de S. Miguel em 1821” *in* *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: s/n, 1983.

visível nas tarefas encetadas pela referida personalidade no texto original, mais propriamente na respectiva análise paratextual e sequente correcção linguística do texto.

3.1 - *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*

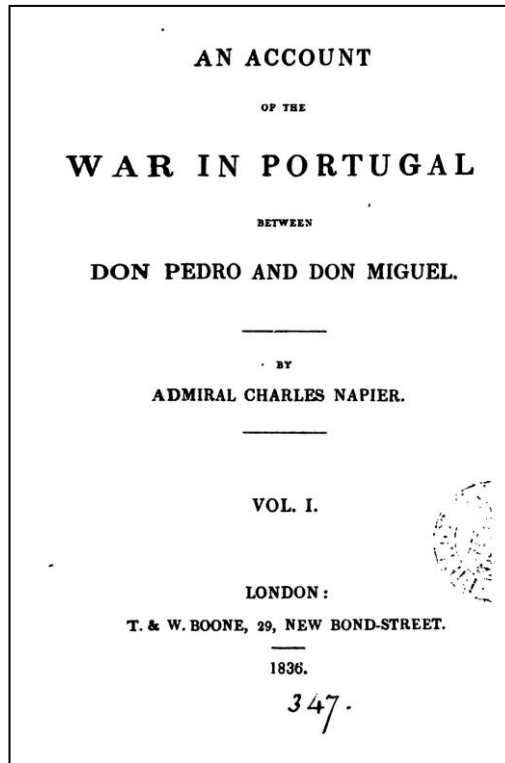


Fig. 1 – Folha de rosto da edição original da narrativa de Charles Napier

Em Março de 2005, a editora Caleidoscópio publicou *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*, tratando-se de uma reedição da obra *Guerra da Sucessão em Portugal pelo Almirante Carlos Napier, Conde do Cabo de São Vicente*. Esta última era, por sua vez, a tradução portuguesa da narrativa homodiegética *An Account of the War in Portugal Between Don Pedro and Don Miguel*, em dois volumes, publicada em Londres no ano de 1836 por T. & W. Boone, da autoria do Almirante Charles Napier. A primeira edição em português foi publicada também em dois volumes, em 1841, pela Tipografia Comercial. O responsável pela tradução foi Manuel Joaquim Pedro Codina, nascido a 22 de Fevereiro de 1791 e falecido a 21 de Fevereiro de 1853, que além de oficial do Tribunal de Justiça Militar e empregado da Repartição Civil, era tradutor do Supremo Tribunal da Marinha. Começamos, antes de mais, pela obra original, a fonte da qual partiram as edições posteriores, e pelo seu autor.

Charles John Napier, almirante britânico que rumou a Portugal no contexto da Guerra Civil, onde desempenhou um papel decisivo ao serviço da causa liberal, deixou o seu depoimento escrito e publicado sob a forma de narrativa, tal como o fizeram os seus homólogos George Lloyd Hodges, Hugh Owen, Lovell Badcock, entre outros. Se estas narrativas nos dão sobretudo um ponto de vista pessoal e partidário, reflectido na descrição das operações em que os seus autores intervieram directamente, Napier procura por seu turno atingir a imparcialidade e a neutralidade, assumindo o papel de narrador-historiador, dando conta dos acontecimentos da ‘guerra dos dois irmãos’ em toda a extensão do território português. O seu prefácio é elucidativo:

Various accounts have been given of the war in Portugal, both by French and English officers who served in the armies of the Queen and of Don Miguel, but they relate chiefly the operations which came under their own observation, and touch little on what was going on in other parts of the country. I have endeavoured to give an impartial account of the whole war, praising and blaming where it is due without favour or affection. I am not accustomed to write histories or prefaces, therefore the less I say the better – the reader may judge for himself.¹⁶

Almejando, assim, a perspectiva alargada do conflito e porque não testemunhara directamente tudo o que relata no seu livro, Napier socorre-se, naturalmente, de testemunhos de terceiros, entre os quais se incluirão, por certo, os dos seus compatriotas e/ou companheiros de armas. Nos assuntos em que interveio directamente ou nos episódios relatados a que assistiu *in loco*, não se coibiu de usar a descrição objectiva, e por vezes em tom crítico, de forma assertiva, inclusive para com oficiais da sua própria facção. A edição não teve, porém, muito sucesso junto do público em geral:

O livro *An Account of the War in Portugal Between Don Pedro and Don Miguel* foi publicado em 1836 (...) alcançando um êxito reduzido, talvez por já terem sido publicadas outras obras sobre o mesmo tema. Embora tenha sentido algumas dificuldades na redacção do livro por estar longe das fontes documentais, ele não deixa de ser um interessante depoimento, em especial naquela parte que foi pessoalmente testemunhada, assumindo

¹⁶ NAPIER, Charles. *An Account of the War in Portugal Between Don Pedro and Don Miguel*. Londres: T. & W. Boone, 1836, pp. 7-8.

Napier um notável distanciamento, não deixando de criticar quem julgava dever ser criticado.¹⁷

Poucos anos depois da sua edição em Inglaterra, mais concretamente em 1841, o livro foi traduzido para português pela mão de Manuel Codina. Realizou o tradutor e nas palavras do próprio “a laboriosa tarefa de dar a público a tradução da interessante obra *Guerra da Sucessão em Portugal*” não se limitando à transposição linguística – que o próprio diz ser literal – mas elaborando ainda várias notas de rodapé que expressam os seus pontos de vista ou opiniões meramente pessoais. A este respeito justifica-se, introdutoriamente, da seguinte forma: “Longe está uma tradução de atingir a beleza e energia do original cingime contudo ao texto, o mais literalmente que permitem as diferentes locuções das duas línguas”¹⁸.

Como dissemos atrás, às notas do original, somou o tradutor as suas próprias anotações. Mais do que emitir opiniões pessoais, Codina não deixa de condenar ou exaltar apaixonadamente o que Napier, ou os autores citados por este, referem no decurso da narrativa, como o demonstra o seguinte e elucidativo exemplo:

Com repugnância, e sem convicção transcrevemos estas linhas ao que nos obriga o nosso restrito encargo de tradutor. Nunca tivemos um ‘tête-à-tête’ com o Sr. Carvalho, que não é, ‘nec beneficio, nec injuria cognitus’; diremos contudo que se não coadunam com o nosso entender estas gratuitas expressões, que de alguma forma vão ofender, só pode ser ofendida, a ilustre memória do augusto chefe, que conservava aqueles ministros. Se o senhor D. Pedro, atilado como era, conhecesse que aqueles não convinham, teria por certo escolhido outros. Não somos apologistas de ninguém; mas não podemos compreender como, homens identificados, por assim dizer, com a causa, de que dependia a sua própria vida, pudessem, ‘bona fide’, querer ser-lhe obnoxios. Nota do tradutor.¹⁹

Em 2005, como dissemos, decidiu a Editora Caleidoscópio reeditar esta tradução portuguesa da obra de Napier, atribuindo-lhe um novo título: *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*. Como critério editorial optou-se pela transcrição integral da tradução de Codina, havendo a preocupação única

¹⁷ VENTURA, António. “Introdução” a NAPIER, Charles. *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*. Manuel Codina (trad.). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, p. 7.

¹⁸ CODINA, M. J. P. (trad.). *Guerra da Sucessão em Portugal pelo Almirante Carlos Napier, Conde do Cabo de São Vicente*. Lisboa: Tipografia Comercial, 1841.

¹⁹ NAPIER, Charles. *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*, p. 73.

de actualizar a grafia “para melhor compreensão do texto”²⁰. Foram mantidas todas as notas e documentos. Acrescentou-se-lhe uma introdução de oito páginas da autoria de António Ventura, uma biografia de Charles Napier – o “Mad Charley” –, e um breve texto sobre a edição original e o seu tradutor.

Consideramos que, do ponto de vista historiográfico, as palavras, o testemunho e a visão de Napier são importantíssimas. Desde logo pela tentativa assumida pelo próprio autor - e comprovada ao longo da obra - de querer manter equidistância e imparcialidade face aos eventos narrados. Essa ‘novidade’, face aos restantes relatos de britânicos relativamente ao mesmo contexto político e bélico, torna esta narrativa numa fonte primordial para a compreensão da Guerra Civil.

Se relativamente à obra original não restam dúvidas quanto à necessidade e à importância histórica de uma reedição – o que veio a acontecer –, o mesmo não o poderemos dizer da opção editorial quanto à sua tradução, ou melhor dito, quanto à transcrição da edição portuguesa de 1841. Assumindo os editores que “a tradução de Pedro Codina, que ele assume como literal, não está isenta de erros”²¹, não podemos deixar de nos questionar sobre a utilidade da transcrição de uma tradução que se assume e se identifica à partida como errónea, bem como sobre a utilidade da manutenção de notas de rodapé que serão prescindíveis por, como atrás se disse, apenas relevarem a posição pessoal do tradutor, seu sistema de valores e idiossincrasias.

Esta ‘intromissão’ ou intervenção visível ao longo de toda a obra por parte de quem traduz choca, por exemplo, com aquilo a que Venuti apelidou muito criticamente de “*Translator’s Invisibility*”. Esta importante ‘invisibilidade’, que segundo o mesmo autor é aceite por editores, revisores e leitores, proporcionaria uma fluência que confere a quem lê a sensação de estar perante uma versão original e não traduzida:

A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers, and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign writer's personality or intention or the essential meaning of the foreign text--the appearance, in other words, that the translation is not in fact a

²⁰ VENTURA, António. “Introdução” a: NAPIER, Charles. *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*. Manuel Codina (trad.). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, p. 22.

²¹ *Idem, ibid.*

translation, but the 'original.' The illusion of transparency is an effect of fluent discourse, of the translator's effort to insure easy readability by adhering to current usage, maintaining continuous syntax, fixing a precise meaning.²²

Muito pelo contrário, nesta edição o tradutor assume-se e assume as suas preferências, opiniões e considerações marcando na narrativa uma posição própria que nada tem que ver com a obra original do Almirante Charles Napier. Codina recusa-se assim a ser um simples “eco do original”, num efeito criado deliberadamente por um tradutor que resiste a ser “derivative, ultimate, ideational”, para citar Walter Benjamin, no seu célebre “The Task of the Translator”²³.

2.2 - *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha: O Coronel Owen*

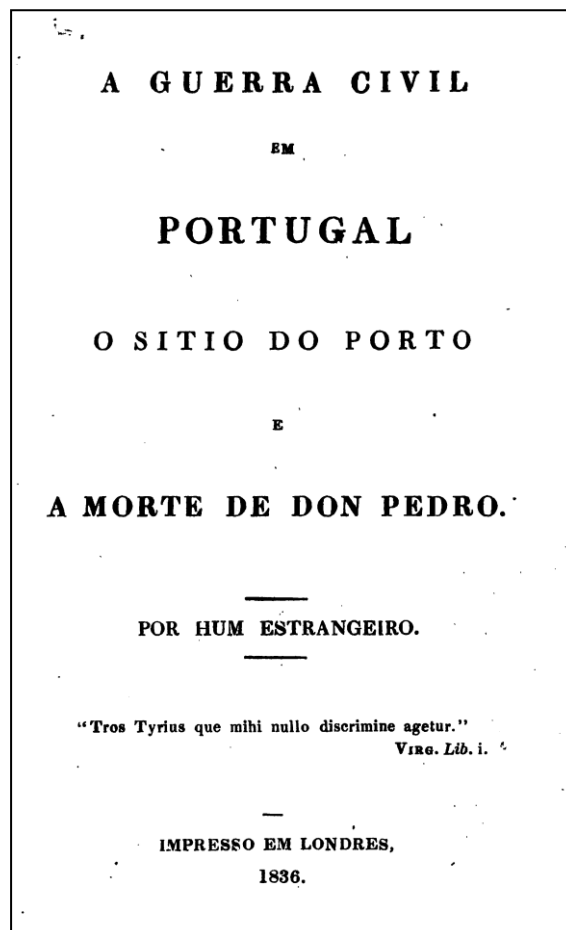


Fig. 2 – Folha de rosto da edição original (versão portuguesa) da narrativa do Cor. Owen

²² VENUTI, L. *The Translator's Invisibility*. Londres: Routledge, 1995, p. 1.

²³ BENJAMIN, W. "The Task of the Translator", in Rainer Schulte and John Biguenet (eds.), *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, p. 77.

A edição de *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha: O Coronel Owen*, existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, é constituída por 351 páginas, impressas em papel de formato 20,2cm x 12,2cm. Terá sido reencadernada com capa grossa dado que, no seu interior, se conserva ainda a capa mole original. Contém algumas ilustrações, tais como desenhos ou pinturas dos principais intervenientes nos episódios históricos narrados (militares, monarcas, entre outros); diversos mapas; ilustrações de edifícios; e ainda páginas de jornais com as notícias às quais o texto se refere. A obra foi prefaciada, revista e anotada por Raul Brandão e editada em Dezembro de 1915 pela Renascença Portuguesa. Trata-se, assim, de uma reedição corrigida e complementada de um relato homodiegético escrito em 1836, por um militar britânico de seu nome Hugh Owen, intitulado *A Guerra Civil em Portugal, o Sítio do Porto e a Morte de Don Pedro por Hum Estrangeiro*. A mesma obra foi publicada em duas línguas, quer na língua materna do autor, quer no idioma com o qual este se familiarizara, desde que no âmbito das campanhas da Guerra Peninsular (1807-1814) decidira fixar-se e constituir família no Norte de Portugal²⁴. No texto introdutório refere que é sua intenção expressar-se numa “língua que não é a sua”, relatando as “heróicas façanhas” daquilo que considerou ser a explanação de “uma luta memorável para os vindouros”²⁵. Trata-se de uma opção linguística que dentro do mesmo contexto difere do que fizeram os demais militares britânicos, uma vez que estes empreenderam a tarefa de escrever as suas memórias unicamente na sua língua materna. Não se conhece, pois, outra obra em que o próprio autor sendo estrangeiro se tenha ‘aventurado’ pela língua portuguesa. A edição inglesa data do mesmo ano e tem o título *The Civil War in Portugal and the Siege of Oporto*. Parece-nos provável que, com a versão portuguesa, Owen tenha querido tornar a sua obra acessível àqueles a quem introdutoriamente diz serem os seus destinatários: “os portuenses”, ou seja, os leitores da cidade do Porto. Naquilo a que intitula de “Aviso ao Público” é notória a intenção do Coronel em ressaltar a importância da substância ou teor meramente historiográfico em detrimento de questões linguísticas propriamente ditas. É inclusivamente o próprio quem, nessa

²⁴ BRANDÃO, Raul (Prefácio e notas). *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha: O Coronel Owen*. Porto: Renascença Portuguesa, 1915, p. 37.

²⁵ OWEN, Hugh. “Aviso ao Público” in *A Guerra Civil em Portugal, o Sítio do Porto e a Morte de Don Pedro por Hum Estrangeiro*. Londres, 1836.

mesma nota, em jeito de justificação, apela ao ditado popular “mais vale pouco que nada”. E o “pouco” era na verdade um texto repleto de erros assim descrito por Raul Brandão: “(...) o livro sempre me encantou, apesar de escripto numa língua de trapos. E talvez a língua arrevezada lhe augmentasse ainda o prestígio...”²⁶. A importância que lhe era conferida pediria nova edição, que exigia por sua vez uma correcção ou ‘limpeza’ linguística. Assim sendo, recebeu como complemento diversas “observações” por parte do próprio Raul Brandão, recorrendo a obras homólogas: “Limpei-o aqui e alli para o tornar legível, procurando completá-lo com observações doutro inglez, Napier, e com algumas notas mais”²⁷.

Foi então que, quase oito décadas após a publicação da obra original, Brandão decidiu, nas palavras do próprio, “ressuscitar” a versão portuguesa do livro, com o objectivo de inaugurar a colecção *Biblioteca Histórica*, da Editorial Renascença Portuguesa. Começa por esclarecer no prefácio os vários motivos que então justificaram a sua escolha. Aparte o aspecto sentimental decorrente do facto de o livro lhe trazer à lembrança as histórias sobre a Guerra Civil que a sua avó lhe contava, refere aquilo a que chama de “prestígio da desgraça” como uma das características principais da narrativa. Rotula-a e enaltece-a pela simplicidade, não deixando contudo de assinalar a importância adjacente da interculturalidade, designadamente da forma como um estrangeiro vê e descreve o país que visita: “É também o depoimento dum estrangeiro sobre as nossas coisas, e dum estrangeiro que sabe ver, encontrar o traço preciso, ou pôr de pé um retrato em seis linhas flagrantes”²⁸.

O factor testemunhal, a perspectiva na primeira pessoa, é também, segundo Brandão, uma das ‘forças’ da obra: “Eu estive lá, eu vi, é uma grande força. Leiam os quadros, as anotações, os descriptivos. São rápidos e curiosos”²⁹.

O prefácio constitui uma mais-valia para o leitor, na medida em que se faz nele, embora resumidamente, o devido enquadramento histórico, a biografia do autor da obra original e a leitura política e crítica dos acontecimentos. Se Owen não limitara o seu livro aos episódios que pôde vivenciar, não deixando de o pautar por críticas ao desenrolar dos eventos políticos no nosso país, também

²⁶ BRANDÃO, Raul. *O Cerco do Porto*, p. 14.

²⁷ *Ibid.*, p. 43.

²⁸ *Ibid.*, *Idem.*

²⁹ *Ibid.*, p. 21.

Brandão o fez no prefácio da reedição de 1915. Desta feita, claro está, aplicado à sua contemporaneidade e em jeito de comparação com os êxitos e fracassos das convulsões do século XX.

Faça-se apenas uma breve nota relativamente a uma característica de estilo muito evidente no prefácio de Raul Brandão, sobretudo quando o autor toca em aspectos de carácter biográfico. Para a descrição e qualificação da vida do coronel e sua família – mulher e filhas –, usa um conjunto de adjectivações romanescas e pinta cenas imaginárias do quotidiano, bem ao jeito da sua época:

Para completar o retrato imaginem a figura secca com duas poupas brancas de cada lado da calva, o bigode tizado, o olho azul. Palavras poucas – tom de commando. Só na intimidade ou na *Feitoria*, com dois ou três amigos, gosta de contar uma anedota, de sublinhar uma scena, de remexer no passado, n'uma língua que entenece como a das creanças que não sabem ainda fallar. Há homens que conservam até à última uma ingenuidade admirável. O velho soldado foi assim³⁰.

Solidão, repouso e um ar salino que dilata de todo os pulmões. Velha casa portugueza, com muros para craveiros, árvore, horta e o ar acolhedor das coisas desprezenciosas. Decerto foi alli feliz. Alli se lhe crearam as filhas, louras e direitas como vimes, tal qual essas raparigas inglezas que se encontram a cada passo nas ruasinhas tristes de Leça, com o vestido claro, olhos ingénuos e só diferindo dellas no sorriso molhado de ternura – esse bem portuguez³¹.

Em suma, poder-se-á dizer que a reedição da obra do Coronel Hugh Owen, com o novo título *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha: O Coronel Owen*, constitui um exemplo de excepcional atenção e abertura, nas primeiras décadas do século XX, aos relatos de militares britânicos intervenientes na contenda que opôs liberais a absolutistas. É sobretudo no campo historiográfico que lhe encontrámos maior número de referências, o que demonstrará a sua importância e credibilidade nesse domínio em específico. Exemplos disso mesmo são as referências que se lhe fazem obras como a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* ou o *Dicionário da História de Portugal* de Joel Serrão; obras temáticas de outros autores e historiadores consagrados, como Oliveira Marques, por exemplo em *Portugal e a Instauração do Liberalismo* (2002); passando por obras periódicas de carácter essencialmente científico, como a *Revista das Ciências Históricas*, da Universidade Portucalense, ou o *Boletim da Sociedade*

³⁰ BRANDÃO, Raul. *O Cerco do Porto...*, p. 17.

³¹ *Ibid.*, p. 37.

Geográfica Portuguesa; ou ainda em monografias como *O Porto e a Revolta de 31 de Janeiro* (1977) de Fernando de Sousa, *Subsídios para uma Bibliografia do Memorialismo Português* (1981) de João Palma-Ferreira, ou *Escravidão: A Empresa de Saque, o Abolicionismo 1810-1875* (1974) de José Capela. De acordo com a pesquisa bibliográfica na base de dados PORBASE, é possível ver ainda que a obra de Owen, prefaciada por Brandão, conheceu pelo menos mais duas reedições: uma datada de 1920, “com novos documentos” e outra de 1985, editada pela editorial A Regra do Jogo com uma introdução de Fernando Pereira Marques. Se quer a narrativa de Napier quer a de Owen mereceram atenção ao ponto de serem reeditadas, traduzidas (no 1º caso), corrigidas, alvo de complementos introdutórios ou paratextuais – ainda que insuficientes – e até de correcção linguística, o mesmo não poderemos dizer da obra do coronel britânico George Lloyd Hodges. Redigida no mesmo contexto e tendo sido alvo de uma tradução – pouco conhecida e pouco divulgada – em meados da década de 50, não mais mereceu qualquer tipo de atenção tradutiva, historiográfica ou editorial.

Vamos por isso analisar em seguida a obra *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832*, em primeiro lugar com o objectivo de demonstrar a sua importância e o seu potencial enquanto *fonte*. Para que isso aconteça, para que esse ‘documento’ esteja mais facilmente ao alcance, quer de investigadores ou historiadores, quer do próprio leitor comum, será absolutamente necessária uma reedição que responda desde logo ao verificado problema do seu difícil acesso. Por outro lado, será ainda necessária, como veremos, uma retradução adequada, devidamente contextualizada, e que, à luz dos conceitos e das metodologias actuais do processo tradutivo, de encontro às teses e ideias de alguns dos principais teóricos da tradução, resulte numa tradução eficaz, capaz de resistir a problemas linguísticos correntes como a “terceira língua”, a colagem ao original ou a própria arcaização do texto, que tão nitidamente marcaram a única tradução existente da referida obra. Conjugados estes factores, iremos assim ao encontro do objectivo deste nosso trabalho académico de pré e para-tradução, que é o de demonstrar que, com a devida contextualização política, histórica e social, com uma metodologia tradutiva coerente e adequada, esta obra pode vir a ser efectivamente um relevante contributo para a historiografia portuguesa sobre a Guerra Civil (1828-1834).

Cap. III – A Narrativa da Expedição a Portugal em 1832

*A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam.
E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa.*
José Saramago

1. O autor: **George Lloyd Hodges**



Fig. 1 – George Lloyd Hodges¹

George Lloyd Hodges, de seu nome, nasceu na localidade irlandesa de Old Abbey, Limerick, no ano de 1790. Alistou-se no exército aos 16 anos de idade, tendo servido na Guerra Peninsular de 1810 a 1814. Esteve ainda em

¹ Foto retirada de http://www.gac.culture.gov.uk/search/Object.asp?object_key=22249, Government Art Collection Website, acesso a 5 de Julho de 2010.

Waterloo, na Bélgica, onde o exército a que pertencia, comandado por Arthur Wellesley, Duque de Wellington, levava de vencidas as tropas de Napoleão Bonaparte. Durante as incidências deste conflito Hodges foi ferido por três vezes. Depois da guerra, em 1830, foi colocado em regime de vencimento parcial, mas pouco tempo depois aceitaria o comando dos auxiliares estrangeiros de D. Pedro. A partir deste momento, a vida do coronel Hodges confunde-se com a própria história do *Exército Libertador*. Tomou parte *ab initio* nos preparativos para o arranque da Expedição em Londres, em finais de 1831. Em Janeiro do ano seguinte reúne-se em Paris com vários agentes da empresa liberal, entre os quais, D. Pedro IV, regente de Portugal em nome de sua filha D. Maria II. O monarca tê-lo-á recebido de forma tão fria e com tão pouca cortesia que não fosse a sua declarada e inabalável devoção à causa liberal, Hodges teria abandonado a comitiva naquele preciso momento. A 10 de Fevereiro, a expedição ‘libertadora’ largava o porto de Belle-Isle, tendo o arquipélago dos Açores como destino, seguindo Hodges a bordo do navio-chefe. No dia 22, desembarcou na ilha de S. Miguel, e cinco dias depois na Terceira, onde se encontravam há três dias os demais oficiais e soldados que compunham o Batalhão Britânico. Ali foi confrontado com um cenário de tremenda desordem e amotinação entre as tropas, o que o levou a agir com firmeza, ordenando de imediato a convocação de um tribunal militar para julgamento dos delinquentes. Restabelecida a ordem, nessa mesma ilha reorganizou e preparou o regimento militar a seu cargo. No mês de Maio, por ordem do Imperador, a Expedição concentrou-se em S. Miguel. Foi, pois, de Ponta Delgada que saiu a empresa rumo ao norte do continente, para aquela luta ‘libertária’ tão ansiosamente desejada, quer por D. Pedro quer pelos oficiais estrangeiros ao seu serviço. O famigerado desembarque das tropas, historiograficamente descrito, de forma errónea, como tendo acontecido no Mindelo, ocorreu a 8 de Julho de 1832, na Arnosa do Pampelido, freguesia de Perafita, concelho de Matosinhos. Hodges foi, de acordo com a sua própria narrativa, um dos primeiros a pisar terra firme. Dali seguiu para a cidade do Porto, onde os liberais entraram sem encontrar qualquer tipo de resistência. A 16 de Julho, o coronel irlandês receberia ordem para comandar o 1º Batalhão do Regimento de Infantaria nº18, com a missão de reconhecimento às imediações de Carvoeiro. Tal movimentação resultara de um informe chegado

ao General do Exército, o Conde de Vila-Flor, segundo o qual nos arredores daquela localidade uma força miguelista havia passado o Rio Douro. No dia seguinte, Hodges marchou sobre Valongo, tendo sido, na pequena localidade de Recarei, informado de que três companhias de linha e um batalhão de voluntários absolutistas haviam passado efectivamente o rio na noite anterior, marchando agora sobre Penafiel. No regresso a Valongo recebeu novas ordens no sentido de seguir com as suas tropas ao encontro do exército inimigo. Foi bem sucedido nessa incursão, obrigando as milícias de D. Miguel a fugir de Penafiel em direcção a Amarante. Hodges regressou ao Porto no dia 19 de Julho, onde se quedaria, de resto, por pouco tempo. Três dias depois, os militares sob seu comando voltariam aos arredores de Valongo e, no dia 23, seriam protagonistas de uma das mais famosas batalhas da História da Guerra Civil em Portugal. Nas imediações de Ponte Ferreira, entre as actuais freguesias de Campo (Valongo) e Gandra (Paredes), as duas facções entram em confronto directo. Esta longa luta de várias horas causou grande mortandade, sem que no final resultasse proveito algum para qualquer das partes envolvidas. Pela distinta conduta dos seus homens, o Coronel Hodges foi agraciado com a Ordem da Torre e Espada. De volta ao Porto, o indispensável reduto da causa liberal, o exército concentra esforços na defesa da cidade face às incursões miguelistas em preparação. A 29 de Setembro, dia do santo homónimo de *O Usurpador*, esperava-se uma forte investida às *linhas* do Porto. Assim aconteceu, tendo Hodges lutado bravamente ao comando dos exércitos estrangeiros e de dois batalhões de tropas portuguesas. Dos duríssimos confrontos travados na zona das Antas e do Bonfim, de onde resultou grande número de mortos e feridos que entupiram os hospitais existentes, os liberais levaram a melhor sobre o exército miguelista, sem que, no entanto, Hodges ou qualquer um dos heróicos intervenientes na batalha tivesse recebido da parte do Imperador ou das altas chefias do exército qualquer sinal de apreço ou reconhecimento por tão valorosa vitória. Esta acção deixara naturalmente marcas profundas no destacamento britânico, pelo que se multiplicaram insistentes pedidos por parte de Hodges no sentido de ser dado necessário e urgente apoio logístico, militar e financeiro aos *bravos* sob seu comando. Após frustradas e repetidas solicitações, uma das quais teve inclusivamente aceitação expressa de D. Pedro – porém nunca levada a efeito –, o coronel ponderou comunicar a sua

demissão do cargo e regressar logo que possível a Inglaterra. No entanto, antes mesmo que tomasse tal atitude, recebe Hodges, inesperadamente, a exoneração do cargo que ocupava – comando dos exércitos inglês e francês e de dois batalhões portugueses – passando exclusivamente a comandante do regimento britânico. A demissão nunca foi, segundo o próprio, acompanhada de qualquer tipo de explicação, o que agravou de forma determinante o seu estado de insatisfação que vinha já crescendo de dia para dia. Recusando-se a aceitar as funções que lhe eram agora confiadas, apresentou ele próprio, no dia seguinte, a sua demissão ao Imperador. Além disso, enviou ainda uma nota ao Marquês de Palmela, com o pedido expresso de que entregasse também a D. Pedro a sua demissão da Ordem de Torre e Espada, distinção esta que, como já foi dito, lhe havia sido conferida pela sua conduta no famoso recontro de Ponte Ferreira. A 16 de Novembro de 1832, a bordo do navio Liverpool, Hodges abandona Portugal. Leva consigo uma enorme mágoa pela forma abrupta como terminara a sua missão militar ao serviço da causa liberal, na qual tinha posto toda a sua determinação, conhecimento, experiência, dedicação e empenho, e de cujo valor de liberdade era tão acérrimo defensor. Cinco anos depois, inicia a sua carreira diplomática, recebendo a sua primeira nomeação para serviço consular. Foi colocado inicialmente na Sérvia, depois no Egipto (1839), e acompanhou ainda o Almirante *Sir* Charles Napier numa incursão militar à Síria. Em 1841 foi nomeado Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral para a Liga Hanseática, cujo posto deteria até 1860. Nesse ano reformou-se, tendo recebido a alta condecoração militar da *Order of the Bath*. A sua personalidade era a de um homem rígido e exigente, “disciplinador da velha escola” e líder tão respeitado quanto temido. Rose Macaulay descrevê-lo-ia elucidativamente da seguinte forma:

O coronel Hodges dava instrução, com cuidado e energia, às suas tropas [...] transformando-os em soldados que se bateram com valentia e tenacidade [...]. Hodges, oficial disciplinador da velha escola, mandava açoutá-los ferozmente pela mais pequena coisa; não é fácil compreender como pôde haver homens capazes de sobreviverem a duzentas chibatadas, mistério da história dura e desumana do homem. Hodges não era um coronel de génio brando; teve muito de que se queixar: do pagamento do soldo, do comando, do tratamento desleixado dos feridos no hospital (na realidade ele interessava-se pelos seus homens) mas as suas queixas ficavam no esquecimento. [...] Soldado valente e oficial popular, levou consigo a simpatia dos ingleses, as cicatrizes de um ferimento e de cem rixas, a honra de vários combates felizes com o inimigo e

uma grande dívida de soldos em atraso, que jamais recebeu. [...] «Pessoa excelente em toda a acepção da palavra» escreveu o Capitão Shaw quando se conheciam havia ainda pouco tempo.²

Em *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins também lhe fez breves considerações:

Hodges, oficial do exército, a quem foi confiado o comando dos mercenários ingleses, era também um homem digno e bravo, bom disciplinador e calmo sectário da liberdade. Batalhara ao lado de Mina nas revoluções de Hespanha; e com o cabecilha foi a Paris receber a bênção do patriarca Lafayette, antes de partir para Belle-Isle, onde a expedição se organizava.³

George Lloyd Hodges morreu em Brighton, Inglaterra, a 14 de Dezembro de 1862. Além de *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832* (2 volumes) onde relata, como adiante veremos com mais pormenor, a sua jornada militar em Portugal ao serviço da causa liberal, publicou ainda e antes disso *A Collection of Peninsular Melodies* (2 volumes). Esta última obra trata-se, como o próprio nome indica, de uma colectânea de músicas recolhidas aquando da sua passagem por Portugal e Espanha no âmbito da Guerra Peninsular, o que denota o particular interesse do autor pela cultura musical dos locais que visitou. No oitavo volume da revista de música *The Harmonicon* (1830), publicou também *Mary's Glance Epigrama etc.* Sobre o seu trabalho consular na Sérvia, da autoria de Steven K. Pavlowitch, foi publicada a obra *Anglo-Russian Rivalry in Serbia, 1837-1839: The Mission of Colonel Hodges*.

2. A Narrativa

Neste subcapítulo far-se-á a análise sintetizada ao teor conteudístico e formal da narrativa de Hodges. Extrair-se-ão passagens consideradas significativas para suportar conclusões relativamente à finalidade e ao âmbito da diegese. Dar-se-á relevo à mundividência e à idiossincrasia do próprio autor, por reflexo das suas palavras, das suas opiniões e dos actos que descreve. Retirar-se-ão ainda informações e interpretações devidamente justificadas relativamente à sua posição e ao relacionamento com os diversos intervenientes ao longo da narrativa. Um dos objectivos desta abordagem é o

² MACAULAY, Rose. *Ingleses em Portugal*. Maria F. Gonçalves e António A. Dória (trad.). Porto: Livraria Civilização, 1950, pp. 289-90.

³ MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*, 3ª ed. Lisboa: Livraria de António Mª Pereira, 1895, p. 241.

de identificar os padrões linguísticos, retóricos e estilísticos do autor e da própria narrativa, constituindo uma base interpretativa geral que, facilitando o entendimento, assumam um papel auxiliar no processo tradutivo.

O relato de Hodges é também inseparável do contexto político, social e bélico que nele é descrito e que esteve na base da sua redacção e publicação. É pois fundamental, para o correcto entendimento e interpretação dos factos nele relatados, que os antecedentes, as questões políticas centrais que desencadearam e alimentaram o conflito, a posição, os interesses e a personalidade do próprio autor, estejam presentes antes e durante o processo tradutivo, designadamente enquanto parte inerente ao exercício de pré e para-tradução.

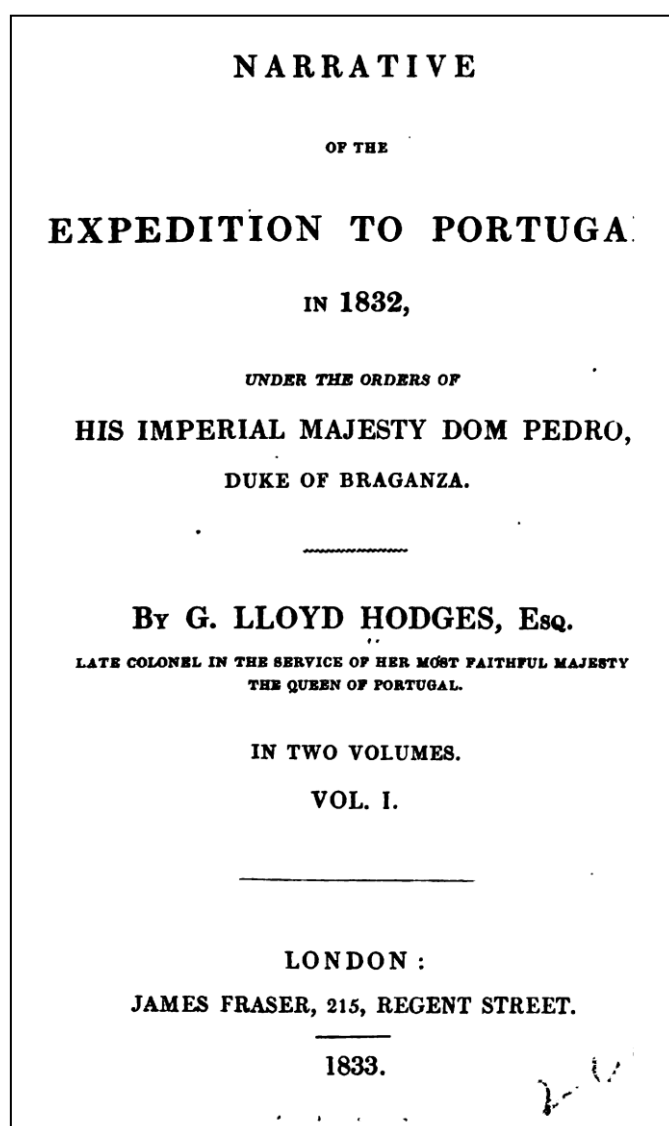


Fig. 2 – Folha de rosto da narrativa de George L. Hodges

O prefácio da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, não assinado mas

provavelmente da autoria do próprio George Lloyd Hodges, dá resposta imediata a duas importantes questões. Sobre a importância do seu conteúdo: “The Work here presented to the Public embraces the chief movements of an enterprise which, whether eventually it succeed or fail, will prove interesting in the annals of our own times, after the actors of the scene itself shall themselves have ceased to exist”⁴. E sobre as razões que levaram o autor a avançar com a sua publicação:

The inducements which have led the Author to the composition of the following Narrative are to be found as well in the romantic character, and the variety of incident, pertaining to the subject, as in the zealous desire of attempting some commemoration of what his own country-men and others (...) were enabled, under difficulties of no common description, to sustain and accomplish.⁵

Além deste desejo expresso de reconhecimento pelo desempenho heróico do autor e dos demais cidadãos que integraram a *Empresa Liberal*, o prefácio deixa ainda clara, entre outras, a pretensão ‘não literária’ do autor:

It [the Work] has been undertaken by the Author, not in consequence of any pretension to literary ability in himself, but in consequence of his position having enabled him to ascertain with accuracy the facts which it narrates. Neither is it designed to answer any partial purpose of flattery or incrimination, of justification or defense.⁶

Vemos aqui um típico exemplo de *Captatio Benevolentiae*, uma prática textual introdutória em voga à época desta narrativa e elaborada com o intuito de captar, como o próprio nome indica, a benevolência ou a simpatia do leitor, diminuir as suas expectativas e reduzir aparentemente as ambições literárias do autor.

No primeiro capítulo desta dissertação (3. “As narrativas de viajantes como fonte historiográfica”), fizemos menção à necessidade de identificação das intenções do autor quanto à elaboração deste tipo de narrativas, desde logo para se identificar se se trata de um testemunho que respeita a idoneidade e a veracidade dos factos ou se, pelo contrário, a narrativa não passa no fundo de

⁴ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, Under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, Vol. I. Londres: James Fraser, 1833, pp. V-VI do prefácio.

⁵ *Ibid.*, p. V do prefácio.

⁶ *Idem, ibid.*

uma atitude justiceira do autor, possivelmente revisionista e/ou egocêntrica. Hodges nega expressamente este segundo possível intento (“Neither is it designed to answer any partial purpose of flattery or incrimination, of justification or defense”⁷) o que, por sua vez, acaba também por denunciar implicitamente a existência desse comportamento por parte de autores homólogos. A narrativa tornar-se-á, assim, na interpretação do próprio autor, uma possível (e credível) fonte historiográfica, com claros propósitos testemunhais.

No sentido de melhor identificar este nosso objecto de estudo – *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832* – enquanto fonte historiográfica, importa desde já descrever fisicamente e em detalhe a edição original.

A obra foi publicada em dois volumes, ambos editados em Londres por James Fraser, em 1833, um ano depois portanto da ocorrência dos principais acontecimentos nela narrados. O exemplar da edição original que pudemos consultar e estudar encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto (Cota X⁵-1-98). Ambos os volumes possuem as mesmas características físicas, excepção feita à existência de um mapa desdobrável da cidade do Porto que precede apenas o primeiro, ao número de páginas e ao facto de o volume II conter um *Appendix* de documentos na parte final. Assim, a capa é de espessura grossa, com as medidas de 20,2cm x 12,2cm; as páginas medem 19,5cm x 12cm; a mancha de texto ocupa, geralmente, 13,5cm x 7,5cm, sendo cada página encimada por um título correspondente ao assunto nela tratado. O volume I tem 342 páginas e o volume II 384, incluindo o *Appendix*. Existem notas de rodapé nas quais o narrador faz apontamentos explicativos, alguns apartes ou onde conta breves e curiosos episódios: as “anedoctes”. Há ainda remissões para os documentos (correspondência, proclamações régias, decretos, entre outros) reunidos na parte final do último volume. Importa ainda referir que o exemplar existente na BPMP possui apontamentos manuscritos em língua inglesa, desconhecendo-se a autoria dos mesmos.

Depois do prefácio de nove páginas, onde se inscrevem motivações e onde se apresenta e anuncia o teor das páginas seguintes, tem então início a *Narrativa da Expedição a Portugal em 1832* (tradução nossa).

⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, p. VI do Prefácio.

O autor começa por abordar as dificuldades na preparação da referida empresa. Realça os esforços dos *tories* ou conservadores para dissuadir os militares de embarcar rumo ao continente, bem como a conspiração hostil à iniciativa protagonizada quer pelos *Lords* Aberdeen e Beresford, quer pelo Cônsul-Geral de Portugal em Londres, Francisco Teixeira de Sampaio. Um pouco mais adiante, na página 7, Hodges redige umas linhas que não deixaram de causar polémica até mesmo entre os seus compatriotas⁸:

It cannot be too clearly insisted on, that in Portugal, with few exceptions, faction of the worst description, tyranny of the deepest dye, selfish ambition, and mean intrigue, are mingled, as it were, in the very blood of the inhabitants, from the palace to the convent, and are yet farther traceable down to the cottage of the meanest peasant.⁹

Importa sublinhar a alusão à vigência quase permanente do intriguismo – comportamento que mais vezes é invocado ao longo de toda a narrativa – que é nas palavras do autor “a vice apparently irremediable in the nation”¹⁰, de resto uma perspectiva habitual dos viajantes europeus sobre a Península Ibérica em geral e Portugal em particular (ver Cap. I. 3. “As narrativas de viajantes como fonte historiográfica”).

Ao longo de todo o livro, Hodges critica a religiosidade extremada, o fanatismo e as atitudes dos próprios responsáveis clericais, realçando desde início a necessidade de alterar concepções e comportamentos. Fica desde cedo explícito, como já foi de resto por nós notado no Cap. II desta dissertação (2. “Portugal e a Guerra Civil na perspectiva militar homodiegética”) e tão bem descrito por Jorge de Sena¹¹, muito daquilo que é a mundividência de um britânico em Portugal, de um esclarecido no meio do obscurantismo, da auto-proclamada superioridade e inteligência ante a ignorância e a cegueira religiosa. Exemplo evidente de que o autor é ele próprio portador desses sentimentos de orgulho desmesurado e de altivez patriótica é o excerto que se segue:

⁸ No periódico inglês *The Gentleman's Magazine* (1834), pág. 407, num artigo de Sylvanus Urban que analisa a narrativa de Hodges, escreve-se relativamente a este mesmo parágrafo que o seu autor “has here fallen into the error so frequent in writers on Portugal, of forming strong conceptions from hasty glances, as the exorcists of old did of the spirits they raised – in imagination”.

⁹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 7.

¹⁰ *Ibid.*, p. 267

¹¹ Vide SENA, J. de. *A Literatura Inglesa*, pp. 263-4.

It is, I believe, customary with an Englishman, above the native of any other soil, to experience certain twinges of regret, confessed or concealed, on quitting the shores of his own country. I cannot say that I was myself exempt from these sensations, however sanguine I was as to the result of the bold experiment I was about to contribute my humble aid to.¹²

É possível encontrar diversos ‘tons’ prosódicos e retóricos ao longo da narrativa, que variam consoante o cenário a descrever, a situação a revelar ou a personalidade a visar. A ‘fina’ ironia, por exemplo, é em jeito de óbvia contestação e crítica uma presença frequente nas páginas da narrativa, o que não deixará certamente de causar imediata reacção no leitor, quanto mais não seja, um breve sorriso. Veja-se, por exemplo, como se refere o autor a uma peripécia em torno de reuniões que serviram apenas para atribuir nomes aos navios que integrariam a expedição:

It is curious here to observe how much the cavilling and trifling spirit of the Portuguese shewed itself in this re-baptism of the two frigates. At a moment when it is to be presumed that more weighty matters were at least *sharing* their attention, three councils (if so they may be seriously styled) were held in Paris to decide on this momentous question! The young queen and the empress themselves were not absent from the discussion.¹³

Este relato assume importância de base enquanto fonte historiográfica porque constitui em si mesmo um testemunho de toda a expedição liberal, desde a preparação até à vitória sobre o absolutismo. O autor não esquece a narração dos preparativos em Inglaterra e França, o embarque, a viagem e estadia nos Açores, as decisões políticas do rei, a partida e o desembarque no continente, as posteriores incidências do Cerco do Porto e ainda as decisivas batalhas travadas nas imediações da cidade portuense. Além disso, e com igual pendor historiográfico, o autor contextualiza e descreve diálogos e comportamentos dos principais intervenientes políticos e militares da demanda, começando desde logo pelo próprio monarca a quem servia, o rei D. Pedro IV. A narrativa contempla um conjunto de personagens complexas e contraditórias, uma plêiade de descrições sinestésicas, minuciosas, que sustentam esse factor de credibilidade que é ser fruto de uma vivência na primeira pessoa.

¹² HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 39-40.

¹³ *Ibid.*, p. 29.

Deixando Inglaterra, a expedição concentrou-se em terras gaulesas, onde Hodges viria a ser recebido – e pelos vistos, mal recebido – por D. Pedro, que lhe mostrou nada mais que desprezo. Foi assim fortemente confrontada a posição altiva e o orgulho do coronel com a não menos altiva frieza e falta de cortesia do soberano da Casa de Bragança. É bem possível que este encontro tenha determinado decisivamente a imagem da personalidade de D. Pedro IV aos olhos de Hodges, que recorda várias vezes ao longo da narrativa essa mesma frieza, o distanciamento, a falta de consideração, a vaidade e um certo espírito de ‘intromissão’. No entanto, não se fica pelos reparos negativos. O narrador não se coíbe de elogiar igualmente as qualidades de D. Pedro IV e de o distanciar de qualquer tipo de semelhança com seu irmão – e inimigo! – D. Miguel, apesar de ao longo da obra muito pouco se deter sobre este último:

It is well that such traits should be made known, in contradiction of the comparisons that are sometimes ignorantly made between the two brothers by persons who would maintain that their characters run together in a close parallel.¹⁴

Há, pois, um elevado investimento retórico feito na construção de um personagem modelado e complexo (D. Pedro), por oposição à simplificação extrema da caracterização disfórica de um personagem plano (D. Miguel), cujo único qualificativo é o repetido “tirano”. Esta dicotomia e respectivas opções lexicais têm de ser tidas em conta numa correcta tradução.

De Belle-Isle, a comitiva rumou aos Açores, abordando-se na obra as diversas actividades e ligeiros percalços da viagem. Ali chegados, o autor concentra as suas atenções no que o rodeia, nos autóctones, aqui e ali na paisagem, mas carregando na feroz crítica, uma vez mais, à vivência e organização religiosa da Ilha Terceira:

Numerous nests of ecclesiastical hornets infested these little islands, and with the most arbitrary and unrestrained tyranny trampled upon the industrious people, and by degrees reduced them to a state of unbridled superstition, ferocious bigotry, and licentiousness of the most degrading nature. A state of moral depravity to this day exists in the convents and monasteries in the Azores, happily unknown, in its extent, in even the mother country in the Peninsula.¹⁵

¹⁴ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, p. 121.

¹⁵ *Ibid.*, Vol. I, pp. 134-35.

Vemos aqui algumas características discursivas – a adjectivação, a metáfora plena de sentido e intenção, o tom crítico e mordaz – que não podem ser ignoradas na tradução do relato para língua portuguesa.

Outro exemplo marcadamente revestido de comicidade e ironia:

The immoral habits of these women [freiras] was a matter of general notoriety; and an Irish physician, who had for some time been medical attendant at the convent, informed me that it was no unusual part of his duty to officiate as accoucheur; and that at that very time several illegitimate children of the nuns were within the walls of the convent. It is a curious fact, that one of these children is quite black, although its reputed mother is altogether fair, and one of the prettiest nuns of the party.¹⁶

No facto de o autor considerar que a obra se dirigia e interessava sobretudo aos seus compatriotas, encontramos a justificação para esta evidente necessidade de criticar ferozmente os males do catolicismo. Trata-se de uma recorrente característica das narrativas viajeiras do séc. XIX da autoria de escritores britânicos, que se limitavam a espelhar o profundo anti-clericalismo ou anti-catolicismo vigente à data no Reino Unido. Na obra *Masked Atheism*, a autora Maria LaMonaca define, a propósito da romancista evangélica Charlotte Tonna, o pensamento anti-católico da época da seguinte forma: “(...)a concept frequently articulated in Victorian literature and culture, that Roman Catholicism was a fake religion – a mask or “sanctified face” concealing the most profane excesses and tendencies of a fallen human nature”¹⁷. Mais do que defendida, a ideia com contornos políticos era alvo de verdadeira propaganda, também visível em diversas narrativas, como é referido por Susan M. Griffin:

Reading widely and closely in Victorian anti-Catholic narrative makes clear that well-known stories and figures provide a narrative language for discussion and analysis of a range of cultural ideas and problems, including the roles of women, shifting definitions of masculinity, the status of marriage, education and citizenship, and literary professionalism, and, most importantly, Protestant self-critique.¹⁸

¹⁶ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 238.

¹⁷ LAMONACA, M. *Masked Atheism: Catholicism and the Secular Victorian Home*. Ohio: Ohion University Press, 2008, p. 1.

¹⁸ GRIFFIN, S. M. *Anti-Catholicism and Nineteenth-Century Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 2.

Tal como referimos no Cap. I (3. “As narrativas de viajantes como fonte historiográfica”), as narrativas de viagem davam a conhecer realidades e perspectivas sobre países e povos estrangeiros que os leitores ‘locais’, neste caso britânicos, desconheciam, o que os podia conduzir à criação de representações preconceituosas da realidade. Daí ter Hodges o cuidado de situar e descrever geográfica e socialmente alguns dos locais por onde passa. Distende-se particularmente na descrição da Ilha Terceira, dedicando-lhe várias páginas, e fá-lo sobretudo com objectividade, ou seja, recorrendo a dados numéricos, a topónimos, à adjectivação simples (substantivo + adjectivo), à justaposição de frases sem uma complexa articulação entre si, à enumeração de dados e de informação quantitativa. Podemos ainda identificar esta ‘objectividade’ pela ausência de figuras de estilo, pelo retrato visual da paisagem com tónica no aspecto (“appearance”, “aspect”, “effect”), pelos verbos no *simple present*, pela hiper-utilização do verbo “to be”, que exprime um estado permanente, uma essência contida no predicativo do sujeito. A sintaxe é simples e o léxico restrito e objectivo, como aliás podemos ver no seguinte excerto:

Terceira, which is 40 leagues distant from St. Michael’s, is in circumference seven leagues, and in width about three. Its appearance from the sea is very imposing, chiefly through the steep and projecting Monte Brazil, which adjoins the city of Angra, the capital of the Azores. The city itself wears a beautiful aspect from the roads. Its effect is greatly conduced to by the palace and by the convents and public buildings.¹⁹

Descreve também, em breves linhas, a Ilha do Faial, que conhece em visita. Dá ao leitor o número de habitantes e faz, entre outras ligeiras observações, um pequeno retrato social dos seus habitantes. Encontramos-lhe ainda, em nota de rodapé, um apontamento que pode muito bem traduzir uma chamada de atenção para o valor eventualmente comercial de um determinado líquen que ali crescia em abundância:

Among the vegetable products of the cliffs of Terceira, there is a peculiar kind of herb, or rather moss, called *Urzála* [Urzela], which is valuable as a dye. It grows in abundance, and is made an article of export. The commercial dealings in it, which are of considerable amount, are a monopoly in the hands of the

¹⁹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 137-38.

Government. It is very plentiful in the Cape de Verd islands, but is rarely found in any other part of the Azores except Terceira.²⁰

Trata-se, como vimos, de uma descrição de teor meramente informativo, um estilo que a par da comicidade, da crítica, do tom sério ou irónico, surge várias vezes no decurso da narrativa. Sublinhe-se esta mudança intercalada de tons, um aspecto a considerar no exercício de pré-tradução, para compreensão do que é descrito e para uma fiel transposição linguística da mensagem e da intenção do autor.

Quando confrontado com um cenário de amotinação entre as tropas a seu cargo, o coronel procura de imediato repor a ordem. Através da forma e método como o faz e como na própria narrativa ajuíza e descreve o episódio, evidencia certos traços de personalidade e de comportamento enquanto oficial militar. Convoca então um tribunal que condena os soldados à pena de trezentas varadas. Sobre este tipo de punição, Hodges reage de forma muito curiosa. Primeiro, começa por condenar a sua prática classificando-a como um meio degradante de manter a disciplina:

On this point I will aver, that there is no man who possesses the common feelings of our nature that can witness the degradation of a human being, exposed with bare back, tied up to the halberds, in the gaze of a whole regiment, without himself participating in the sentiment of degradation, and turning from the odious sight in disgust. For my own part, I am not ashamed to confess, that on the occasions of such military executions, at which my duty obliged me to attend, I have been so far overcome by the distressful feelings produced by the resort to this punishment, that I have felt myself compelled to quit the parade-ground; and I have known many of the most distinguished officers of the British service who have expressed themselves to the same effect.²¹

Apesar da repulsa que parece *a priori* provocar nos seus decisores e executantes, tal prática não deixou porém de ser levada a efeito. Até porque, e segundo o próprio Hodges, “have not hitherto been devised any means which I consider altogether adequate as a substitute for the present practice”²². Esta aparente contradição de uma personagem complexa e dividida entre o ‘dever’ e a

²⁰ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 188.

²¹ *Ibid.*, pp. 143-44.

²² *Ibid.*, p. 144.

‘misericórdia’ deve merecer a atenção do tradutor, que deve por isso respeitar o tom emotivo e confessional que o autor explicita na narrativa.

Dos reparos do autor face ao país que agora visita, encontramos-lhe frequentes críticas no plano pessoal e político, no plano militar e também no plano judicial. No plano pessoal e político são variadíssimas, encontrando-se um pouco por toda a obra considerações negativas a respeito dos generais, dos conselheiros e dos ministros que rodeavam D. Pedro IV. Esse influente núcleo que orbitava em torno do Imperador parecia provocar-lhe até um certo ciúme ou inveja: “But I regret, to say that on no occasion has His Majesty condescended to manifest towards me any of those ordinary attentions of which he has at times been even lavish to men of inferior rank (...)”²³.

Vejamos ainda outro exemplo:

When his Majesty had been received in review order, and had inspected the ranks, I put the battalion through several manoeuvres, at the termination of which he simply said, - “Très bien: je suis bien content” – words by no means discouraging in themselves, but certainly amounting to no more than faint praise, when contrasted with that which had been just before accorded to the claims of others.²⁴

Importa sublinhar um aspecto que nos parece essencial: todos estes apontamentos emotivos, pessoais, característicos, devem ser mantidos na tradução, pois contribuem para a construção do retrato humano e complexo do autor.

Militarmente, o comportamento dos portugueses parece advir ou estar intimamente ligado, na idiosincrasia do narrador, à sua própria maneira de ser:

Stratagem in war is very little known to the Portuguese. They have neither the ingenuity of thought to devise it, nor the determination of purpose to put it into practice. Procrastination, moreover, is one of their besetting sins. To all propositions for action, or demands the most urgent, “Amanha!” (tomorrow) is their habitual reply.²⁵

A apreciação negativa também aos seus próprios militares surge na narrativa quase sempre pelo mesmo motivo: o mau comportamento, a doença e até a morte provocadas pela embriaguez constante (“It is painful to recur to the

²³ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 183.

²⁴ *Ibid.*, p. 198.

²⁵ *Ibid.*, pp. 204-05.

mischiefs produced amongst our men by the pernicious habit of drinking”²⁶). Porém, até neste facto parece haver uma mensagem subliminar, ou pelo menos é possível uma interpretação que não destoará de resto do pensamento de superioridade de um britânico face aos portugueses. O mal que afecta o brio dos primeiros é apenas influência ‘externa’, é provocado pelo álcool, e por seu próprio consentimento. Por outro lado, o ‘mal’ do português, numa perspectiva essencialista, não é provocado por nenhuma alteração momentânea nem consentida, é-o sempre de raiz, de maneira de ser, de nascença e de espírito. Ainda assim o autor aponta ao português o mesmo hábito, mas em muito menor monta: “The Portuguese soldier is greatly addicted to drunkenness, although not so much as the British; but he is never known to sell his clothing or other necessaries in order to indulge in this pernicious and degrading vice”²⁷. Não obstante o que atrás se disse, há também elogios aos militares portugueses: “The Portuguese soldier is tractable and obedient, quick in acquiring the use of arms and in leaving military movements, always clean in his person, and careful of his arms and his clothing (...)”²⁸.

No plano judicial, por exemplo, e relativamente aos esforços desencadeados no sentido de se descobrir o autor do assassinato de um dos seus soldados, Hodges refere: “The difficulty of detecting and punishing crime in Portugal and its dependencies is well known (...)”²⁹.

O bom humor – um outro tom discursivo bem presente na narrativa – parece evidenciar-se nos rocambolescos episódios que Hodges testemunhou e que fez questão de não omitir no seu relato. É disso exemplo o curioso apontamento que faz sobre um teatro que, para sua própria distração, o Corpo Militar de Voluntários da Rainha organizava duas vezes por semana:

There prevailed in the Portuguese army the practice of wearing the beard long, and to behold a Juliet with an awfully black beard gravely receiving the tender compliments of her equally bearded Romeo, was beyond idea comical.³⁰

Quando a expedição, por ordem do Imperador, se concentra desta feita na Ilha de S. Miguel, para rumar, finalmente, a Portugal, o coronel não encontra

²⁶ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 215-16.

²⁷ *Ibid.*, pp. 262-63.

²⁸ *Ibid.*, pp. 263-64.

²⁹ *Ibid.*, p. 148.

³⁰ *Ibid.*, pp. 176-77.

motivos para tal movimentação: “The arrangement proceeded entirely from the Emperor himself, and the only discoverable motive to it was the amusement he might individually derive from a series of reviews and inspections of the several regiments, previously to their final departure from the islands”³¹. Questionamo-nos nós, a título de breve anotação, se sendo D. Miguel o irmão e inimigo de D. Pedro, não tenha querido este provocar aquele com o facto de a grande investida ‘libertadora’ ter partido de uma ilha homónima. Terá esta suposição escapado a Hodges, que mais adiante na narrativa não descurará previamente a eventualidade e, depois, a efectiva concretização, de um forte ataque miguelista à cidade do Porto no dia litúrgico, precisamente, de S. Miguel.

Após a chegada à cidade do Porto, Hodges e os seus homens ficaram aquartelados num convento. Os frades haviam fugido à chegada dos liberais tendo apenas lá ficado um criado. No quarto do guardião, onde se instalou, o coronel britânico encontrou um pergaminho onde se podia ler “Dom Miguel Primeiro, de este Convento Padroeiro”³². Para ser servido e servir as suas tropas, Hodges usou a inscrição para chantagear o único ‘resistente’, recorrendo uma vez mais ao tom irónico, a que atrás já nos referimos:

This precious piece of calligraphy, which I scrupulously preserved, stood me in excellent stead by way of a monitor to the aforesaid reluctant lay brother. Upon any refusal of comforts required for the soldiers, I shewed it to that worthy, with the assurance that if the requisition were not immediately complied with, I would forward it for the inspection of the minister of justice. This demonstration on my part had always the happiest effect.³³

Durante a narrativa o autor não se detém muito sobre a indumentária dos autóctones. No entanto, a dada altura da obra, Hodges entendeu dar destaque, em nota de rodapé, às roupas “pitorescas” de uma milícia de camponeses armados que encontrou pelo caminho, quando rumava a Penafiel:

The costume, or species of uniform, worn by the armed peasantry whom we met with on our march to Penafiel, was picturesque, as well as becoming. It consisted of a short white jacket and trowsers, a waist belt, in which they carried their ammunition, pistols, and bayonet, and a large straw-hat begirt with ribbons of the national colours, dark blue and red. A long knife (a customary

³¹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 243.

³² *Ibid.*, pp. 314-15.

³³ *Ibid.*, p. 315.

weapon with the Portuguese) was secreted near the breast. Those did not carry muskets had a long pole with a sharp-pointed spear at the end of it.³⁴

E impõe-se uma breve reflexão sobre a noção do termo “pitoresco” para um britânico no séc. XIX. Trata-se, na verdade, de um conceito estético nascido ainda em setecentos, referente inicialmente às artes plásticas, à pintura de paisagens mas que, como refere Reinhold Schiffer, veio a ser naturalmente aplicada pelos britânicos à própria descrição:

To British travelers the parallel between landscape painting and landscape description came naturally. If the landscape architect sought to embody painterly shapes into his creation, then the visitor of taste was quick to spot these analogies and to describe them in terms of artistic theory.³⁵

Não sendo todavia consensual entre teóricos, o conceito era por um lado tido como um tipo de beleza que ficaria bem num retrato ou numa pintura, e por outro, em apreciações de certo modo mais vastas e abrangentes, como estando presente em representações de rudeza, contraste e irregularidade; cores de infinita variedade, luz e sombra³⁶. Terá sido, pois, com base nessa ‘irregularidade’, no sentido de algo estranho ou incomum que o termo traduz, que o autor decidiu descrever como ‘pitoresca’ a indumentária daquelas gentes que muito diferia dos uniformes militares usuais.

Ao longo da obra não fica clara a orientação religiosa do narrador, uma discrição religiosa típica do comportamento protestante que, por oposição ao católico, raramente verbaliza a sua fé. Vimos já que o autor critica acerrimamente o clero instituído em Portugal e a influência deste na sociedade. No entanto, após os duríssimos confrontos com o inimigo na acção de 29 de Setembro, o coronel faz um agradecimento – o único nesta narrativa, diga-se – à “Divina Providência”.

After this painful scene, I returned to my quarters, with a heavy heart, though, I trust, a grateful one to Almighty Providence, who had given us the victory, and preserved us from a merciless and ferocious enemy.³⁷

No dia 16 de Novembro de 1832, o coronel Hodges abandona Portugal. No entanto, a narrativa prossegue, e a partir da página 246 do vol. II, o relato passa

³⁴ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, p. 6-7 (Nota de Rodapé).

³⁵ SCHIFFER, R. *Oriental Panorama: British Travelers in 19th Century Turkey*. Amsterdam-Atlanta: Rodopi B.V., 1999, p. 137.

³⁶ *Ibid.*, *Idem*.

³⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, p. 168.

a fazer-se não por via de factos vivenciados pelo narrador na 1ª pessoa, mas sim por via de informes e documentos por si recolhidos:

For the details of my Narrative subsequently to the period of my own departure from the scene of operations, I have drawn principally on the communications I have received regularly from my friends and correspondents at Oporto. The facts I have verified, as far as possible, by public documents; independently of which, my readers may rest assured, that the reports made to me have been from sources whose respectability affords the best guarantee for their impartiality and accuracy.³⁸

O autor passa a recorrer assim às *fontes* (“sources”), de que já falámos no Cap. I, ou seja, ao conjunto de informações a partir das quais se constrói a imagem dos factos, no fundo a imagem da própria História. O testemunho faz-se agora de forma distinta: deixa de haver descrição de factos vivenciados na primeira pessoa, antes agora de suporte documental, i. e., do conjunto de informes, cartas ou relatórios (“reports”³⁹) às quais o autor pôde recorrer para narrar os acontecimentos. A *Narrativa da Expedição a Portugal em 1832* deixa a partir daqui de ser em si mesma uma *fonte* historiográfica e passa a ser produto de outras fontes. Estando assim o narrador ‘fora de cena’, no domínio da classificação narratológica o relato passa de *homodiegético* a *heterodiegético*. A partir do momento em que deixa o país e decide dar continuidade à sua diegese, Hodges coloca-se numa posição de quem “não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão”⁴⁰, o que contrasta com aquela que havia sido a sua ‘posição’ na narrativa até então.

Recapitulando, dos aspectos estruturais da obra original, importa reter que: ao elaborar/publicar a *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832*, a finalidade do autor foi, como vimos no início deste subcapítulo, a de dar testemunho de eventos históricos às gerações futuras, na qualidade de interveniente directo e observador privilegiado, ou seja, há uma clara função historiográfica nesta diegese que é, no fundo, uma memória histórica, testemunhal, de um conjunto de acontecimentos incontornáveis na História do nosso país. Vimos ainda os traços característicos da personalidade e idiosincrasia do autor, reflectidos sobretudo na observação ao que o rodeia e nas práticas que descreve enquanto militar. Vimos pelos exemplos atrás apresentados que, no que diz respeito ao

³⁸ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, pp. 245-46.

³⁹ *Ibid.*, p. 246.

⁴⁰ REIS, C.; LOPES, A. (dir.). *Dicionário de Narratologia* (2ª ed). Coimbra: Almedina, 1990, p. 255.

tom da narrativa, não se verifica uma linearidade discursiva constante, antes uma variação de ‘tons’ ou de ‘estilo’ ao longo da obra, uma evidência que não pode ser de forma alguma ignorada aquando da tradução. Se a todas estas informações somarmos os aspectos biográficos do autor, e toda a componente histórica, toda a contextualização social e política descrita no capítulo anterior, teremos uma base bastante sólida para um eficaz entendimento pré-tradutivo da obra no seu conjunto.

A substância histórica da narrativa de George L. Hodges diz respeito ao nosso país e a um importante acontecimento da História de Portugal (Guerra Civil, 1828-1832). Não admira, pois, que não obstante originalmente escrita e publicada em inglês, a *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832* tenha entretanto sido traduzida para a língua portuguesa. Foi precisamente a essa tarefa que se dedicou o açoriano João Hickling Anglin, em meados do séc. XX. Qual o resultado da tradução? Onde e em que moldes foi publicada? Em que circunstâncias foi realizada? Que processos ou práticas terão justificado as opções tradutivas? O que se ganhou e o que se perdeu com a tradução? Que importância historiográfica tem, ou que importância poderia vir a ter? Qual o resultado da forma da sua publicação para leitores em geral e para especialistas (investigadores, historiadores)? Estas são apenas algumas das questões que nos colocámos a respeito da única tradução portuguesa desta narrativa e que, a partir de uma análise devidamente fundamentada, vamos em seguida tentar responder.

3.1 – A tradução por João Hickling Anglin

Entre 1950 e 1956, João Hickling Anglin traduziu integralmente os dois tomos da obra *Narrative of The Expedition to Portugal in 1832*, de George Lloyd Hodges. Foram publicados em seis partes ou excertos no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. A cada um deles decidiu atribuir um novo título. O primeiro, “A Terceira na época da Expedição Liberal” (13 págs.), corresponde à tradução das páginas 228 a 251 do Tomo I da obra original. O segundo, “De Belle-Isle aos Açores” (55 págs.), corresponde à tradução das páginas 1 a 127 do Tomo I. O terceiro, “O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal” (69 págs.), corresponde à tradução das páginas 127 a 228 e da 252 a 290 do mesmo Tomo. Por fim, o quarto, quinto e sexto excertos, todos sob o título “Dos Açores às Praias de

Portugal” (vol. I, 72 págs., vol. II, 52 págs. e vol. III, 36 págs.), correspondem à tradução das páginas 290 do Tomo I a 287 do Tomo II.

3.1 – O tradutor

João Hickling Anglin nasceu em Ponta Delgada, arquipélago dos Açores, no dia 17 de Abril de 1894. Licenciou-se em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi professor e reitor do Liceu de Ponta Delgada e director da Escola do Magistério Primário. Foi presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada e presidente substituto da Junta Geral de Ponta Delgada. No âmbito militar foi oficial miliciano de Infantaria, tendo combatido em Angola, em 1917. Tornou-se sócio honorário do Instituto Histórico da Ilha Terceira e sócio-fundador do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Publicou as seguintes obras: *O Liceu de Ponta Delgada e a sua Acção Cultural nos Anos de 1926 a 1935*, Ponta Delgada, 1936; *Flores com Fruto* (poesias), Ponta Delgada, 1945; *Leituras para os Meus Alunos*, Ponta Delgada, 1946; *Alocações Escolares*, Ponta Delgada, 1947; *Novas Alocações Escolares*, Ponta Delgada, 1953; *Novas Leituras para os Meus Alunos*, Ponta Delgada, 1954; *Notas de um Professor Liceal*, Ponta Delgada, 1955. Traduziu do inglês: *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, de José e Henrique Bullar, Ponta Delgada, 1949; *Descrição dos Açores*, do capitão Boid e a *Narrativa da Expedição a Portugal em 1832*, de George L. Hodges. Foi colaborador de vários jornais e revistas, entre os quais o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, onde publicou a obra anteriormente referida. Recebeu a comenda da Ordem de Instrução Pública e a Medalha de Prata da extinta Legião Portuguesa. Faleceu a 28 de Dezembro de 1975⁴¹.

3.2 – Análise crítica

O filólogo João Anglin levou a cabo a primeira – e até à data, única – tradução para português da narrativa de George Lloyd Hodges. A tarefa teve desde logo o mérito de tornar o teor da obra acessível a um público mais alargado. No entanto, qualquer investigador, historiador ou simples leitor que queira aceder actualmente à única tradução portuguesa desta narrativa depara-se desde logo com grandes

⁴¹ AA.VV. *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 38. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, s/d, p. 367.

dificuldades no seu acesso. Em primeiro lugar, importa referir que nem a tradução obedeceu à forma do original (dois tomos) nem o seu título tem qualquer correspondência com qualquer um dos títulos atribuídos aos diferentes segmentos traduzidos. A cada um deles deu, pois, o tradutor um novo título, o que também terá contribuído para que, nas bases de dados bibliográficas disponíveis ao público em geral, Anglin apareça normalmente referenciado como autor e não como tradutor. A Biblioteca Pública Municipal do Porto dispõe apenas de três separatas, ou seja, dispõe de três dos seis excertos traduzidos. Os boletins periódicos onde foram publicados originalmente os excertos podem de facto ser solicitados na referida biblioteca, mas isso obriga à requisição prévia com antecedência mínima de uma semana (tempo médio normal), dado que os boletins do Instituto Histórico da Ilha Terceira se encontram fisicamente depositados na biblioteca Almeida Garrett. A tudo isto se junta ainda a limitação da requisição máxima de três boletins por cada pedido, o que obriga a que o leitor tenha de fazer várias deslocações para consultar a tradução na íntegra. São dificuldades de base, a nosso ver só ultrapassáveis com uma nova e compacta edição, disponibilizada ao público em geral e às várias bibliotecas, e que se tornasse assim de mais fácil acesso e consulta. Uma das problemáticas que este trabalho pretende levantar é se, aliada a esta necessidade evidente de reedição física, será ou não necessário levar a cabo uma nova edição no que concerne ao seu conteúdo, ou seja, fazer uma tradução nova, adequada e contextualizada. Vamos contudo e antes de mais, analisar a tradução existente.

A importância do trabalho que Anglin levou a cabo nos anos 50 do séc. XX acresce sobretudo tendo em conta que surgiu numa época em que o inglês não era, de forma alguma, um idioma lido e compreendido pela esmagadora maioria dos portugueses. Esta tradução foi, como atrás se disse, publicada em excertos no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* e, mais tarde, pelo menos três deles foram publicados em separata do mesmo. A sua simples existência expressa desde logo a importância que o conteúdo da narrativa de Hodges assume do ponto de vista sociológico e historiográfico. A necessidade de transposição para a língua portuguesa sentida pelo tradutor e pelos editores aponta nesse mesmo sentido, porquanto o teor do texto de partida se acha, em primeiro lugar, relacionado com aquele que era, no caso, o objecto de estudo do referido *Boletim*: os Açores, a Ilha Terceira e a sua História. No âmbito da temporalidade a que se reportam os

factos, das várias narrativas militares britânicas existentes, poucas mereceram a tradução para a língua portuguesa para fins declaradamente historiográficos. Também aqui, em nenhum dos contextos ou formatos (boletim e separata) em que se publicou a tradução dos excertos da narrativa de Hodges houve lugar a texto introdutório, enquadramento histórico, biografia do autor ou qualquer tipo de justificação para a referida tradução e publicação. Não houve sequer tradução do prefácio da obra original, que é de resto onde Hodges explica, como vimos no início do subcapítulo 2 (“A Narrativa”), as razões que o levaram a escrever e publicar o seu próprio relato dos acontecimentos. Dá-se, por isso, com esta omissão, a perda de informação quanto à intencionalidade do autor: a narração meramente factual, de carácter assumidamente não-literário, o reconhecimento pela heroicidade do próprio e dos compatriotas e a rejeição de qualquer tipo de pretensões revisionistas ou egocêntricas. O facto de o livro de Hodges se tratar – e daí parte da sua importância – de um relato descritivo e testemunhal de uma série de acontecimentos directamente relacionados com o passado do arquipélago açoriano, fez com que, por certo, os editores do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* entendessem por desnecessária qualquer tipo de informação preambular. Certo é que, face à distância temporal e cultural entre o texto original e a tradução, exigir-se-ia a contextualização necessária como trabalho de pré-tradução e para-tradução, indispensáveis a qualquer obra de um determinado contexto histórico e situacional. A importância do paratexto em si mesmo fica clara num parágrafo de um artigo de Ana Gaspar em *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, onde se compilaram afirmações de vários autores:

O que podemos verificar é que o paratexto, enquanto espaço de transição entre o interior (o texto) e o exterior (o público), deverá expressar intencionalidade por parte do autor ou da editora (Genette e Maclean, 1991: 262). Também para Kaempfer o paratexto é um esforço pragmático determinante para o pacto de leitura (Kaempfer, 2000: 191). Semelhante é afirmado por Viviana Figueiredo que, ao analisar os paratextos de traduções de James Joyce para Português, afirma: “as funções de todos estes paratextos são variáveis, mas todos são **mediadores** entre o texto e o leitor e podem potencialmente influenciar a leitura e a recepção do texto” (Figueiredo 2004:1). Da mesma forma, Stephen Brandon indica o contexto paratextual como sendo uma forma de tornar o texto mais útil e significante (Brandon s/d: 1).⁴²

⁴² GASPAR, A. “Gulliver’s Travels – Definição paratextual de públicos-alvo em traduções publicadas em Portugal durante o Estado Novo” in SERUYA, Teresa (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009, p. 299.

No que diz respeito ainda à distância entre a obra original e a tradução deve haver, como refere o escritor e *Nobel* da literatura José Saramago, uma ponte espaço-temporal que passe sobretudo pelo reconhecimento entre culturas:

O diálogo entre o autor e o tradutor, na relação entre o texto que é e o texto a ser, não é apenas um diálogo entre duas entidades individuais que hão-de completar-se, é sobretudo um encontro entre duas culturas colectivas que devem reconhecer-se.⁴³

Importaria também, e desde logo, como refere Alan Duff, proceder à identificação do *leitor-alvo* ou *público-alvo*, tendo em conta que o público ao qual se destina a tradução será em tudo diferente daquele a quem se destinou a obra original:

Whatever discipline he may be working in, the translator will have to consider, for instance, what *public* the work is intended for and what degree of specialist knowledge the reader is expected to have. This means he will have to decide on the *register* (formal – informal, official – unofficial) and to maintain this register consistently throughout.⁴⁴

3.2.1 – Pressupostos linguísticos e culturais da tradução

A necessária identificação do *público-alvo* atrás mencionada implicará um conhecimento/estudo dos aspectos sociais, culturais, políticos, geográficos e religiosos que distinguem o leitor da língua de partida do leitor da língua de chegada. Implicará ainda um conhecimento de que literatura, que mitos, conceitos, representações e lendas influenciam ou influenciaram esse *público-leitor-alvo* e fazem parte do seu “Capital Cultural”, um conceito original de Pierre Bourdieu, sintetizado por Chris Barker como: “(...) a social relation within a system of exchange that includes the accumulated cultural knowledge that confers power and status”⁴⁵. O próprio Bourdieu faz ainda referência às três formas de existência do capital cultural:

⁴³ SARAMAGO, J. *Cadernos de Lanzarote: Diário V*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998, p. 53.

⁴⁴ DUFF, Alan. *The Third Language*. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1981, p. 7.

⁴⁵ BARKER, C. *The Sage Dictionary of Cultural Studies*. Londres, Nova Deli e Thousand Oaks: Sage Publications, 2004, p. 38.

Cultural capital can exist in three forms: in the embodied state, i.e. in the form of long-lasting dispositions of the mind and body; in the objectified state, in the form of cultural goods (pictures, books, dictionaries, instruments, machines, etc.), which are the trace or realization of theories or critiques of these theories, problematics, etc.; and in the institutionalized state, a form of objectification which [...] it confers entirely original properties on the cultural capital which it is presumed to guarantee.⁴⁶

É precisamente esse conjunto de características que distingue, define e torna único cada contexto cultural e/ou civilizacional, e é nesse mesmo sentido que vão também as seguintes palavras de Octavio Paz:

En el interior de cada civilización renacen las diferencias: las lenguas que nos sirven para comunicarnos también nos encierran en una malla invisible de sonidos y significados, de modo que las naciones son prisioneras de las lenguas que hablan. Dentro de cada lengua se reproducen las divisiones: épocas históricas, clases sociales, generaciones. En cuanto a las relaciones entre individuos aislados y que pertenecen a la misma comunidad: cada uno es un emparedado vivo en su propio yo.⁴⁷

Os excertos traduzidos por João Anglin acabam por obstar, desde logo, à percepção histórica alargada de tudo quanto é narrado. Dá-se, pela forma fragmentada de publicação, a perda do fio condutor histórico da narrativa original. Os excertos revelam ainda uma má avaliação do tradutor relativamente ao tipo de conhecimento que o público-alvo tem, pela inobservância das diferenças culturais e dos respectivos equivalentes, bem como pela ausência de notas explicativas, como adiante se abordará com os devidos exemplos.

Do ponto de vista estrutural ou formal, por via da tradução dá-se também a perda de características de estilo presentes na edição inglesa e que importa não omitir. Registe-se, pois, a exclusão pelo tradutor dos cabeçalhos (títulos) constantes em cada página do original. O título acima da mancha de texto resumia o respectivo conteúdo, um procedimento usual nas obras contemporâneas desta narrativa (séc. XIX).

Antes de partirmos para a análise tradutiva propriamente dita, importa aqui plasmar o conceito de Tradução segundo Susan Bassnett, e que nos acompanha na perspectiva do que é ou deve ser uma eficaz transposição linguística:

⁴⁶ BOURDIEU, P. "The forms of capital", in RICHARDSON J. G. (org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, 1985, p. 243.

⁴⁷ PAZ, Octavio. *Traducción: Literatura y Literalidad*. Barcelona: Tusquets Editores, 1981, p. 12.

(...) transferência de um texto originalmente escrito numa língua, a língua de partida (LP), para uma língua de chegada (LC) por forma a garantir que 1) o significado dos dois textos seja aproximadamente o mesmo que 2) as estruturas da LP sejam preservadas tanto quanto possível, mas não tanto que distorçam gravemente as estruturas da LC.⁴⁸

Assim, do ponto de vista essencialmente linguístico e no cômputo geral da obra, importa ressaltar alguns aspectos presentes na tradução que dificultam a compreensão fluida do texto. A colagem ao original e a tradução à letra são os aspectos que mais saltam à vista. A ordem sintáctica que se mantém inalterada, a colagem ao inglês e a frequente transposição literal sem equivalente e sem a devida contextualização cultural acabam por conferir ao texto traduzido, no seu conjunto, um aspecto e uma sonoridade situada algures entre o português e o inglês sem, na verdade, pertencer a nenhuma destas línguas. Se a isto se somar a imposição de conceitos que não se equivalem nem na *target* nem na *source language*, iremos invariavelmente de encontro, como refere Duff, a uma ‘terceira língua’:

(...) concepts do not cover exactly the same fields of meaning in different languages. And the translator who imposes the concepts of one language on to another is no longer moving freely from one world to another but instead creating a third Word – and a *third language*. It is in this third language that actors become ‘theatre artists’, teachers ‘educational-pedagogical workers’, and travel agents ‘commercial-technical specialists’.⁴⁹

Sobre esta ‘terceira língua’ falaremos com mais pormenor um pouco mais adiante. A excessiva colagem cria também uma ilusão de linguagem arcaizante, simulando uma proximidade desmentida pelos cem anos que medeiam entre o original – de George L. Hodges – e a tradução – de João H. Anglin. Assim gerado, este português arcaizante acaba por funcionar como um obstáculo à comunicação e à já referida fluidez de leitura.

Para as considerações genéricas acima descritas atentemos nos seguintes exemplos práticos. No parágrafo: “The delays which so frequently wait on the execution of contracts, and which have caused it to be said that ‘a contractor has a Fabian Soul’, were no absent on this occasion”⁵⁰, o tradutor traduz a expressão “fabian

⁴⁸ BASSNETT, Susan. *Estudos de Tradução*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 20.

⁴⁹ DUFF, Alan. *The Third Language*. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1981, p. 10.

⁵⁰ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal...* Vol. I, p.3.

soul” por “alma de Fábio”⁵¹, simplificando o respectivo correspondente cultural, optando pela versão clássica do mesmo e não pelo pressuposto da época. Seria no caso “alma fabiana”, expressão de origem romana, inspirada na tática militar contemporizadora do imperador Quinto Fábio Máximo (séc. III a.C.) e usada para situações da mesma índole. O próprio termo *fabiano* (masc. e fem.), tanto substantivo como adjectivo, surge no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* como: “Pessoa indeterminada, indivíduo qualquer, cujo nome se desconhece ou se quer omitir (...) Indivíduo inofensivo (...) Que revela condescendência, transigência, contemporização”⁵². Mas o termo também pode estar relacionado com “fabian society”, *sociedade fabiana*, uma sociedade constituída em Inglaterra no séc. XIX para difundir ideais socialistas⁵³ e que o leitor-alvo do original facilmente reconheceria.

Durante toda a narrativa, Hodges refere-se frequentes vezes às duas principais correntes políticas da Grã-Bretanha: os *Tories* e *Whigs*, respectivamente, Conservadores e Liberais. No entanto, o tradutor, familiarizado ou não com o uso destes dois termos, certo é que ignora ou omite deliberadamente o seu equivalente político-cultural na língua portuguesa. Não houve sequer lugar a nota explicativa, tendo o tradutor decidido manter os termos tal qual o original, pelo que se perdem as implicações possíveis das diferentes orientações políticas em causa. No que diz respeito à transposição de topónimos, por exemplo “Bostello”⁵⁴, Anglin optou por manter inalterada a versão do original. Ora, aquando da tradução, ou seja, em meados do século XX, já a grafia portuguesa consagrava “Bustelo” e não “Bostello”. Com efeito, a Reforma Ortográfica de 1911 havia reduzido substancialmente o uso de consoantes dobradas, geminadas ou duplas como é o caso dos ‘ll’ no meio das palavras (como em *castello*, *villa*, etc.)⁵⁵. Estaremos por isso perante mais uma circunstância exemplificativa da tentativa do tradutor de conferir carácter arcaico ou “arcaizante” à tradução, com o objectivo de a tornar ‘credível’. Ainda no campo da toponímia, torna-se perfeitamente compreensível

⁵¹ ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 10. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1952, p. 2.

⁵² *Op. Cit.* p. 1671.

⁵³ TSCHUMI, A. V. *Princípio da Segurança Coletiva e Manutenção da Paz Internacional*. Curitiba: Juruá, 2007, p. 112.

⁵⁴ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal...* Vol. II, p.10.

⁵⁵ MARQUILHAS, R. “O acento, o hífen e as consoantes mudas nas ortografias antigas portuguesas”, in CASTRO, I., DUARTE, I, e LEIRIA, I. (orgs.). *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987, pp. 103-116.

que o Coronel Hodges, sendo estrangeiro, cometa erros ao escrever os nomes das localidades por onde passa ou das quais ouve falar. Para se referir a Alfena (Valongo), escreve “Alferia”⁵⁶, que por sua vez não existe, sendo de admitir que possa ter ocorrido aqui um erro de má leitura da grafia manuscrita do autor. Por sua vez, o tradutor, desconhecendo a existência do termo apropriado, não parece ter recorrido ao necessário trabalho de investigação, tendo por isso mantido *ipsis verbis* o mesmo erro do original. Admitindo que certos topónimos possam causar dúvidas ou que alguns deles tenham até caído em desuso e mesmo desaparecido, este não é definitivamente o caso. Além disso, Hodges teve o cuidado de o situar geograficamente, não deixando margem para qualquer tipo de dúvidas: “two leagues from Oporto, and about one league to the left of the convent of Formiga”⁵⁷.

Ainda no contexto cultural, e relativamente à necessidade de referências adicionais que por certo corrigiriam imprecisões ou que teriam efeito clarificador de conteúdo, importa sublinhar a metodologia de Anglin no que diz respeito ao uso de notas de tradutor. Levando todavia em conta uma ou outra exceção⁵⁸, João Hickling Anglin optou sobretudo por não fazer uso de adendas contextualizadoras. É certo que, nalgumas partes da narrativa original, é o próprio Hodges quem recorre às anotações, as quais Anglin não deixou de traduzir. Contudo, a forte componente histórica do texto desde logo justificaria algo mais do que isso. As notas de tradutor existentes cingem-se, pois, à clarificação de referências textuais, por exemplo: “Refere-se o autor a D. Miguel”⁵⁹, ou ainda: “Tomás Hickling, fundador e primeiro proprietário do jardim do Tanque, no vale das Furnas, actual Parque Terra Nostra, na Ilha de S. Miguel”⁶⁰ sendo este, de resto, o próprio pai do tradutor. Tudo isto é escasso face ao teor historiográfico que, na verdade, o relato possui. Sublinhe-se que, aliada à falta de texto introdutório, a não inclusão de notas de tradutor explicativas, quer de natureza linguística quer de natureza cultural, agravou a incompreensibilidade do texto

⁵⁶ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal...* Vol. II, p.76

⁵⁷ *Ibid.*, *Idem.*

⁵⁸ O tradutor recorre excepcionalmente à referenciação parentética na pág. 6 de “O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 9. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1951.

⁵⁹ ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 3.

⁶⁰ ANGLIN, João H. “O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 9. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1951, p. 67.

traduzido, assim como do contexto histórico, político e militar em que se desenrolam os acontecimentos narrados.

3.2.2 – Aspectos sintácticos e estilísticos da tradução

Quanto a aspectos de sintaxe, atentemos nos seguintes exemplos. A frase: “These persons were accordingly dismissed, and fresh contracts were made with others”⁶¹ foi traduzida por: “Por tal motivo foram os seus serviços dispensados, fazendo-se novos contratos com outras pessoas”⁶². Mantém-se, em português, o uso da voz passiva numa das orações, optando-se pela voz activa na outra, para evitar a excessiva colagem à língua de partida, que permite um uso muito mais frequente da voz passiva sem que tal possa ser considerado erróneo. No que toca à inversão da ordem sujeito/predicado, comum na ordem sintáctica do português, o mesmo se passa com a frase “The advanced guard of the column appearing at that moment, they made a precipitate retreat, and got out of sight”⁶³ que foi traduzida por “Aparecendo neste momento a guarda avançada da coluna, retiraram-se os guerrilheiros precipitadamente e desapareceram da vista”⁶⁴. Em ambos os casos, no que diz respeito tanto à percepção da melhor ordem sintáctica, como à tradução propriamente dita, não há qualquer “in correcção”.

Porém, veja-se agora o seguinte exemplo: “At this period my attention was drawn towards the town, which I had not as yet entered, by beholding the convent in front of it (which had been captured by the eighteenth infantry) in flames”⁶⁵. Esta passagem foi traduzida por “Nesta ocasião foi atraída a minha atenção para a cidade, onde eu ainda não entrara, ao observar em chamas o convento fronteiro, que fora ocupado por infantaria 18”⁶⁶. Em “foi atraída a minha atenção” dá-se o uso da voz passiva, o que neste caso é incomum em português. Em “ao observar em chamas o convento” dá-se a inversão sintáctica por colagem ao original, devendo por isso ficar “ao observar o convento fronteiro em chamas”. Em “que fora ocupado por infantaria 18” regista-se simplesmente um português incorrecto,

⁶¹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p.3.

⁶² ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 2.

⁶³ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832...* Vol. II, p.7.

⁶⁴ ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - I” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 12. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1954, p. 24.

⁶⁵ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, pp. 13-14.

⁶⁶ ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - I” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. 12. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1954, pp. 27-28.

dado que se optou pela preposição simples “por”, em vez da sua contracção com o artigo definido “a”, ou seja, “pela”. De uma maneira geral, a confusão sintáctica é por demais evidente, não tendo havido sequer respeito pela informação parentética usada pelo autor da obra original. Outros exemplos de colagens à passiva idiomática – como o caso de “(...)whilst bribes were held out to some of the latter (...)”⁶⁷, traduzido por “A alguns destes foram oferecidos subornos”⁶⁸ – são, de resto, frequentes ao longo de toda a tradução.

A ordem das palavras é essencial tanto na língua de partida como na de chegada, pelo que importa adequar o teor da primeira à segunda, sem que haja prejuízo de perda de sentido e de desacerto da estrutura sintáctica após essa mesma transformação. Atentemos na seguinte citação de Bertrand Russel:

In a language like English, in which the order of the words is essential to the meaning of the sentence, we can put the matter of non-symmetrical relations as follows: given a set of words which is capable of forming a sentence, it often happens that it is capable of forming two or more sentences of which one is true while the others are false, these sentences differing as to the order of words. Thus the meaning of a sentence, at any rate in some cases, is not obtainable as an aggregate of the meanings of several words.⁶⁹

A necessidade de obedecer à correcta ordem das palavras é, também no português, essencial à sua compreensão. Porém, como defende Duff, o tradutor não necessita de ter por princípio a completa rejeição da estrutura e da sonoridade da *source language*. O que é imperativo é que o tradutor não se permita a “constrangimentos” e influências resultantes das regras sintácticas da língua de partida: “The translator does not need to make a principle of rejecting the source language structure and tone, but he should not allow himself to be constrained by them”⁷⁰. Deve pois evitar-se aquilo a que o mesmo autor chama “overpowering influence of the source language”⁷¹ e que está na origem da criação de uma ‘terceira língua’. Pela leitura e análise do texto de Anglin se conclui que da sua tradução resultou essa “third language”, um fenómeno contudo recorrente em tradução, já estudado em pormenor por Alan Duff. Esse ‘novo idioma’ nasce após a tradução, não sendo nem o de partida nem, em rigor, o de chegada. A existência

⁶⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol I, p. 13.

⁶⁸ ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 7.

⁶⁹ RUSSELL, Bertrand. *An Inquiry Into Meaning and Truth*. Londres: Penguin, 1973, p. 36.

⁷⁰ DUFF, Alan. *The Third Language*. p. 114.

⁷¹ *Ibid.*, *Idem*.

daquilo que pode ainda ser equiparado ao “translator’s English”⁷² – identificado e assim apelidado por J. B. Phillips – é, na opinião deste, um dos aspectos básicos de tradução a evitar.

Não há qualquer dúvida de que, independentemente da educação, da vivência familiar e dos demais factores externos que possam ter tido influência na prática tradutiva de Anglin, se verificam problemas de transposição linguística que são, de facto, estruturais:

If a word or expression is inappropriate, it is usually because it has been forced out of its customary context. The problem for the translator is that he is dealing with *two* contexts, that of the source language and that of the target language. What is appropriate in the one is not necessarily appropriate in the other.⁷³

Uma outra razão que pode, eventualmente, estar na origem da ‘confusão’ de padrões linguísticos expressa pelo texto traduzido, será o facto de Anglin poder estar fortemente influenciado pela língua inglesa, ou não fosse ele, precisamente, um descendente britânico: “In translation, *mixed structures* frequently occur, either because the translator has been too strongly influenced by the source language or because he has confused his patterns in the target language”⁷⁴. Vejamos como exemplo disso mesmo o seguinte parágrafo:

Original:

The preparations for equipment now commenced. Two influential houses in the City having entered into engagements for a small loan, contracts were made with ship-agents to fit out the vessels, and all the bustle of preparation was visible in their neighborhood.⁷⁵

Tradução de J. H. Anglin:

Deu-se começo ao armamento. Duas firmas influentes da *City* entraram em negociações para um pequeno empréstimo, de que resultaram contratos com agentes de navegação para o aprontamento dos navios, em cujas vizinhanças se observavam a animação e o ruído inerentes a tais preparativos.⁷⁶

Repare-se que na tradução consta “em cujas vizinhanças” como tradução literal de “in their neighbourhood”, quando a solução adequada seria “em torno das quais”

⁷² PHILLIPS, J. B. “Some Personal Reflections on New Testament Translation”. *Bible Translator* 4, pp. 53-9, citado por Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000, p. 133.

⁷³ DUFF, Alan. *The Third Language*, pp. 14-15.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 6.

⁷⁵ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 2.

⁷⁶ ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 2.

ou “nas suas redondezas”. Além de se tratar de um parágrafo exageradamente longo na língua portuguesa – quando se chega a “cujas vizinhanças” o leitor já não sabe a que se refere este “cujas” –, torna-se antes disso confuso por indefinição de sujeito em “de que”.

A desordem sintáctica confere ao texto uma sonoridade estranha ao leitor de língua portuguesa. E tal, como defende Alan Duff, a respeito precisamente da sonoridade na tradução, o principal problema não reside tanto nas palavras ou equivalentes escolhidos, mas sim no facto de eles estarem combinados, obedecendo a uma ordem sintáctica que não respeita a regra gramatical da língua de chegada⁷⁷.

Ao procurar, como dissemos no início deste subcapítulo, a credibilidade histórica e a aproximação temporal pela arcaização do texto, o tradutor foi de encontro à tal “terceira língua”. No entanto, essa busca conduziu-o na prática ao afastamento daquilo que o leitor sempre espera de uma tradução. Ou seja, um texto que o faça alhear-se de que está perante uma tradução, dando-lhe antes a percepção de que está a ler o próprio original.

De uma perspectiva geral do trabalho realizado por Anglin, importa ressaltar uma vez mais o simples facto de essa única tradução portuguesa da narrativa de Hodges datar de meados do século passado. Tal distanciamento impõe desde logo a necessidade de retradução da narrativa, dada a natureza dinâmica da própria língua e a sua mutação natural ao longo dos últimos sessenta anos. Este pressuposto tem em vista uma melhor fluência de leitura e de compreensão da obra por parte do leitor contemporâneo. É neste mesmo sentido que vão as seguintes palavras de Eugene Nida: “(...) live languages are constantly changing and stylistic preferences undergo continual modification. Thus a translation acceptable in one period is often quite unacceptable at a later time”⁷⁸.

Contudo, outros momentos há em que a tradução conseguiu criar um texto fluente e perfeitamente correcto em português. Por uma questão de coerência relativamente ao conteúdo desta dissertação, recuperamos os excertos referidos no início deste subcapítulo (2. “A Narrativa”), sugerindo a nossa própria tradução e confrontando-a com a de João Hickling Anglin. Importa referir que houve, na

⁷⁷ DUFF, Alan. *The Third Language*, p. 1.

⁷⁸ NIDA, Eugene. “Principles of Correspondence” in Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000, p. 131.

nossa versão, uma preocupação central no sentido de respeitar a informação do original, tendo em vista a finalidade que o autor definiu para a sua obra.

Original:

It cannot be too clearly insisted on, that in Portugal, with few exceptions, faction of the worst description, tyranny of the deepest dye, selfish ambition, and mean intrigue, are mingled, as it were, in the very blood of the inhabitants, from the palace to the convent, and are yet farther traceable down to the cottage of the meanest peasant.⁷⁹

Tradução nossa:

Não é demais insistir que em Portugal, salvo raras exceções, o espírito de facção da pior espécie, a mais negra tirania, a ambição egoísta e a baixa intriga correm nas veias, por assim dizer, dos seus habitantes, desde o palácio até o convento, e até ao mais insignificante casebre do mais humilde campónio.

Tradução de Anglin:

Não é exagero insistir que em Portugal, com poucas exceções, o espírito de facção da pior espécie, a mais negra tirania, a ambição egoísta e a baixa intriga se encontram, por assim dizer, na massa do sangue dos habitantes, desde o palácio ao convento, e à cabana do mais humilde campónio.⁸⁰

Original:

It is, I believe, customary with an Englishman, above the native of any other soil, to experience certain twinges of regret, confessed or concealed, on quitting the shores of his own country. I cannot say that I was myself exempt from these sensations, however sanguine I was as to the result of the bold experiment I was about to contribute my humble aid to.⁸¹

Tradução nossa:

Creio que é hábito dos ingleses, mais do que dos nativos de qualquer outra nação, sentir de forma confessada ou dissimulada certa tristeza ao afastar-se da costa do seu próprio país. Não posso dizer que me encontrava imune a tal sentimento, mas sentia-me todavia confiante quanto ao resultado da arrojada empresa à qual estava prestes a dar a minha humilde contribuição.

Tradução de Anglin:

Costuma o Inglês, mais do que os naturais de outros países, sentir, ao deixar a sua terra, certo travor de saudade, confessado ou oculto. Declaro que não fiquei isento de tais sensações, embora confiado nos resultados da arrojada empresa a que eu ia dar o concurso do meu humilde esforço.⁸²

Original:

⁷⁹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 7.

⁸⁰ ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 4.

⁸¹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 39-40.

⁸² ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 19.

It is curious here to observe how much the cavilling and trifling spirit of the Portuguese shewed itself in this re-baptism of the two frigates. At a moment when it is to be presumed that more weighty matters were at least *sharing* their attention, three councils (if so they may be seriously styled) were held in Paris to decide on this momentous question! The young queen and the empress themselves were not absent from the discussion.⁸³

Tradução nossa:

É curioso observar aqui como o espírito sofista e fútil dos portugueses acabou por se manifestar a propósito do novo baptismo das duas fragatas. Naquela altura, quando se presumia que assuntos de maior importância estivessem no centro das atenções, realizaram-se em Paris três assembleias (se assim lhes podemos chamar) para decidir sobre esta solene questão! Nem a jovem rainha nem a própria imperatriz estiveram ausentes do debate.

Tradução de Anglin:

É curioso observar aqui como o espírito caviloso e frívolo dos portugueses se manifestou neste novo baptismo das duas fragatas. Num momento em que parecia que assuntos de maior peso lhes chamavam, em parte, a atenção, realizaram-se em Paris três conselhos (se assim os podemos chamar) para decidir sobre este assunto grave. Até a jovem rainha e a imperatriz não deixaram de assistir á discussão.⁸⁴

Original:

It is well that such traits should be made known, in contradiction of the comparisons that are sometimes ignorantly made between the two brothers by persons who would maintain that their characters run together in a close parallel.⁸⁵

Tradução nossa:

É bom que tais características se tornem conhecidas, por oposição às comparações que por vezes ignorantemente se fazem entre os dois irmãos, designadamente por quem estabelece paralelismos sobre eventuais semelhanças no carácter de ambos.

Tradução de Anglin:

Bom é que tais factos se tornem conhecidos, para combater certos paralelos que às vezes por ignorância estabelecem algumas pessoas entre os dois irmãos, pessoas que afirmam terem eles caracteres muito semelhantes.⁸⁶

Original:

Numerous nests of ecclesiastical hornets infested these little islands, and with the most arbitrary and unrestrained tyranny trampled upon the industrious people, and by degrees reduced them to a state of unbridled superstition, ferocious bigotry, and licentiousness of the most degrading nature. A state of

⁸³ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 29.

⁸⁴ ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores”, p. 14.

⁸⁵ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, p. 121.

⁸⁶ ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - II”, p. 73.

moral depravity to this day exists in the convents and monasteries in the Azores, happily unknown, in its extent, in even the mother country in the Peninsula.⁸⁷

Tradução nossa:

Numerosos ninhos de vespas eclesiásticas infestavam estas pequenas ilhas, e com a mais arbitrária e ilimitada tirania espezinhavam aquela laboriosa população, reduzindo-a a pouco e pouco a um estado de superstição desenfreada, a um feroz fanatismo, e à devassidão da mais degradante espécie. Existe até hoje nos conventos e mosteiros dos Açores um estado de depravação moral, felizmente desconhecido em toda a sua extensão, quer no resto do país quer na Península.

Tradução de Anglin:

Numerosos ninhos de vespas eclesiásticas infestaram estas pequenas ilhas e com a mais arbitrária e ilimitada tirania calcaram aos pés a laboriosa população, reduzindo-a pouco a pouco a um estado de desenfreada superstição, feroz fanatismo e devassidão da mais degradante espécie. Nos conventos e mosteiros dos Açores existe actualmente um estado de depravação moral felizmente desconhecida, na sua extensão, mesmo na mãe-pátria, na Península.⁸⁸

Original:

The immoral habits of these women was a matter of general notoriety; and an Irish physician, who had for some time been medical attendant at the convent, informed me that it was no unusual part of his duty to officiate as accoucheur; and that at that very time several illegitimate children of the nuns were within the walls of the convent. It is a curious fact, that one of these children is quite black, although its reputed mother is altogether fair, and one of the prettiest nuns of the party.⁸⁹

Tradução nossa:

Os hábitos imorais destas mulheres eram bem conhecidos por todos. Um médico irlandês, que prestou ocasionalmente cuidados médicos no convento, contou-me que era não pouco usual ser parte do seu dever servir de parteiro, e que naquele tempo eram vários os filhos ilegítimos das freiras dentro daquelas paredes monásticas. Não deixa de ser um facto curioso, que uma dessas crianças tenha nascido com a pele bastante preta, muito embora a sua suposta mãe tivesse a pele branca e fosse uma das freiras mais bonitas da comunidade.

Tradução de Anglin:

Os hábitos imorais destas mulheres eram coisa conhecida de toda a gente. Um médico irlandês, que por algum tempo fizera também serviço clínico no convento, informou-me que frequentes vezes tivera de exercer funções de parteiro e que nessa época nasceram vários filhos ilegítimos das freiras, a dentro das paredes monacais. Facto curioso foi o de uma destas crianças ser de cor

⁸⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, pp. 134-35.

⁸⁸ ANGLIN, João H. "O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal", p. 5.

⁸⁹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 238.

escura, embora a sua suposta mãe fosse completamente branca e uma das mulheres mais bonitas da comunidade.⁹⁰

Original:

Terceira, which is 40 leagues distant from St. Michael's, is in circumference seven leagues, and in width about three. Its appearance from the sea is very imposing, chiefly through the steep and projecting Monte Brazil, which adjoins the city of Angra, the capital of the Azores. The city itself wears a beautiful aspect from the roads. Its effect is greatly conducted to by the palace and by the convents and public buildings.⁹¹

Tradução nossa:

A Terceira, que dista 40 léguas de S. Miguel, tem sete léguas de circunferência e cerca de três de comprimento. Visto do mar o seu aspecto é de suma imponência, especialmente devido ao íngreme e eminente Monte Brasil, contíguo à cidade de Angra, a capital dos Açores. Quando vista das ruas a cidade propriamente dita afigura-se de belo aspecto. Para essa beleza contribuem sobretudo o palácio, os conventos e os edifícios públicos.

Tradução de Anglin:

A Terceira, que dista 40 léguas de S. Miguel, tem sete léguas de circunferência e cerca de três de largo. É de aspecto imponente, vista do mar, em especial pelo alcantilado e saliente Monte Brasil, adjacente à cidade de Angra, capital dos Açores. Esta, observada da baía, tem formosa aparência, grandemente realçada pelo palácio (outrora residência conventual dos seus edificadores, os jesuítas, e posteriormente sede do governo do vice-rei) e pelos conventos e edifícios públicos.⁹²

Original:

Among the vegetable products of the cliffs of Terceira, there is a peculiar kind of herb, or rather moss, called *Urzála*, which is valuable as a dye. It grows in abundance, and is made an article of export. The commercial dealings in it, which are of considerable amount, are a monopoly in the hands of the Government. It is very plentiful in the Cape de Verd islands, but is rarely found in any other part of the Azores except Terceira.⁹³

Tradução nossa:

Da vegetação que nasce nas encostas da Terceira, há uma espécie peculiar de erva, ou antes, de musgo, denominada Urzela, que é valiosa enquanto corante. Cresce em abundância e tornou-se artigo de exportação. A sua forte comercialização constitui um monopólio nas mãos do governo. Trata-se de uma espécie muito abundante no arquipélago de Cabo Verde, mas que raramente se encontra noutra qualquer parte dos Açores que não na Terceira.

Tradução de Anglin:

⁹⁰ ANGLIN, João H. "A Terceira na época da Expedição Liberal" in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* Vol. 8. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1950, p. 6.

⁹¹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 137-38.

⁹² ANGLIN, João H. "O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal", p. 6.

⁹³ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 188.

Entre as produções vegetais das rochas da Terceira há uma curiosa espécie de erva, ou antes, musgo, chamado urzela, valiosa como corante. Cresce em abundância e é artigo de exportação. O comércio desta planta, que atinge considerável valor, é um monopólio do governo. A urzela abunda largamente nas ilhas de Cabo Verde, raramente se encontrando em qualquer outra parte dos Açores, excepto na Terceira.⁹⁴

Original:

On this point I will aver, that there is no man who possesses the common feelings of our nature that can witness the degradation of a human being, exposed with bare back, tied up to the halberds, in the gaze of a whole regiment, without himself participating in the sentiment of degradation, and turning from the odious sight in disgust. For my own part, I am not ashamed to confess, that on the occasions of such military executions, at which my duty obliged me to attend, I have been so far overcome by the distressful feelings produced by the resort to this punishment, that I have felt myself compelled to quit the parade-ground; and I have known many of the most distinguished officers of the British service who have expressed themselves to the same effect.⁹⁵

Tradução nossa:

Sobre este aspecto, devo dizer, que não há homem algum que havendo-se dos sentimentos próprios da sua natureza, possa testemunhar a degradação de um ser humano exposto, de costas despidas, amarrado às alabardas, na frente de todo um regimento, sem se sentir participante da mesma degradação e sem se afastar com repugnância daquele odioso espectáculo. Pela minha parte, e não tenho pejo em confessar, que na ocasião destas punições às quais o meu dever me obrigou a assistir, de tal forma acometido pela angústia resultante do recurso a tal castigo, me senti impelido a abandonar a praça de armas. E tenho conhecido, no exército britânico, muitos e distintos oficiais que perante tais situações se expressam de igual forma.

Tradução de Anglin:

Afirmo, neste ponto, não haver nenhum homem dotado dos sentimentos elementares da nossa natureza, que possa presenciar a cena aviltante de um ser humano, de tronco nu, amarrado às alabardas, à vista de um regimento inteiro, sem que tal cena provoque ao que a observa um frémito de humilhação que o obriga a afastar-se, com repugnância, do odioso espectáculo. Pelo que me diz respeito, não me envergonho de confessar que na ocasião dessas penalidades militares, a que, por dever do cargo, me tenho visto obrigado a assistir, de tal modo se me apoderam do espírito sentimentos de angústia, provocados pela aplicação do castigo, que me sinto compelido a deixar o local da cena. E sei de muitos oficiais, dos mais distintos do exército britânico, que experimentaram nesses momentos sentimentos idênticos.⁹⁶

Original:

When his Majesty had been received in review order, and had inspected the ranks, I put the battalion through several manoeuvres, at the termination of

⁹⁴ ANGLIN, João H. "O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal", p. 30 (Nota de Rodapé).

⁹⁵ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 143-44.

⁹⁶ ANGLIN, João H. "O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal", p. 9.

which he simply said, - “Très bien: je suis bien content” – words by no means discouraging in themselves, but certainly amounting to no more than faint praise, when contrasted with that which had been just before accorded to the claims of others.⁹⁷

Tradução nossa:

Depois de Sua Majestade ter passado as tropas em revista e inspeccionado a formatura, pus o batalhão a realizar várias manobras, findas as quais D. Pedro disse simplesmente: “Très bien: je suis bien content”. Palavras que em si mesmas não foram de modo algum desencorajadoras, mas que certamente não mais significaram que um ténue elogio, se comparadas com as que foram anteriormente proferidas face a créditos de outros.

Tradução de Anglin:

Tanto que terminou a recepção do Imperador e a revista em ordem de marcha, passada por este, fiz várias evoluções com o Batalhão, findas as quais Sua Majestade disse simplesmente: «Très bien; je suis bien content.», palavras estas não desanimadoras em si mesmas, mas decerto nada mais significando do que frouxo louvor, quando postas em contraste com o que pouco antes se havia dito, de acordo com os desejos de outros.⁹⁸

Original:

Stratagem in war is very little known to the Portuguese. They have neither the ingenuity of thought to devise it, nor the determination of purpose to put it into practice. Procrastination, moreover, is one of their besetting sins. To all propositions for action, or demands the most urgent, “Amanha!” (tomorrow) is their habitual reply.⁹⁹

Tradução nossa:

Os portugueses sabem muito pouco de estratégias de guerra. Não têm nem capacidade para os conceber, nem sequer determinação para os colocar em prática. A procrastinação é, acima de tudo, um dos seus habituais pecados. Face a quaisquer intenções de acção ou a solicitações de maior urgência, a resposta é sempre a mesma: “Amanhã!”.

Tradução de Anglin:

Conhecem os portugueses muito pouco de estratégias de guerra. Não têm nem engenho mental para os inventar nem a decisão de propósito de os pôr em prática. O adiar as coisas é também um dos seus pecados habituais. A todas as propostas de acção e às mais urgentes questões respondem constantemente: «Amanhã!».¹⁰⁰

Original:

There prevailed in the Portuguese army the practice of wearing the beard long, and to behold a Juliet with an awfully black beard gravely receiving the tender compliments of her equally bearded Romeo, was beyond idea comical.¹⁰¹

⁹⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 198.

⁹⁸ ANGLIN, João H. “O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal”, p. 35.

⁹⁹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, pp. 204-05.

¹⁰⁰ ANGLIN, João H. “O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal”, p. 38.

¹⁰¹ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 176-77.

Tradução nossa:

No exército português prevalecia o hábito de se usar barba comprida, e representar-se uma Julieta com uma barba horrivelmente preta, recebendo com ar rude os afectuosos elogios do seu igualmente barbudo Romeo, era sem sombra de dúvidas anedótico.

Tradução de Anglin:

Prevalecia então no exército português o costume de usar barba longa, tornando-se coisa em extremo burlesca o ver uma Julieta de barba terrivelmente negra a receber os ternos galanteios do seu igualmente barbudo Romeo.¹⁰²

Original:

This precious piece of calligraphy, which I scrupulously preserved, stood me in excellent stead by way of a monitor to the aforesaid reluctant lay brother. Upon any refusal of comforts required for the soldiers, I shewed it to that worthy, with the assurance that if the requisition were not immediately complied with, I would forward it for the inspection of the minister of justice. This demonstration on my part had always the happiest effect.¹⁰³

Tradução nossa:

Esta preciosa peça de caligrafia, que preservei escrupulosamente, colocou-me em excelente posição para controlar a relutância do referido irmão leigo. Perante a sua recusa face a qualquer pedido a bem dos soldados, mostrava o letrado ao respeitável frade, assegurando-lhe que se tal exigência não fosse imediatamente satisfeita, o documento seria remetido à inspecção do Ministro da Justiça. Tal prática teve sempre o feliz e desejado efeito.

Tradução de Anglin:

Esta preciosa peça de caligrafia, que escrupulosamente guardei, servia de advertência logo que se tornava necessário chamar à ordem o obstinado leigo. Sempre que era recusada qualquer comodidade aos soldados, mostrava eu a inscrição àquele irmão, assegurando-lhe que, no caso de não ser a requisição imediatamente satisfeita, seria o letrado imediatamente remetido à inspecção do Ministro da Justiça.¹⁰⁴

Original:

The costume, or species of uniform, worn by the armed peasantry whom we met with on our march to Penafiel, was picturesque, as well as becoming. It consisted of a short white jacket and trowsers, a waist belt, in which they carried their ammunition, pistols, and bayonet, and a large straw-hat begirt with ribbons of the national colours, dark blue and red. A long knife (a customary weapon with the Portuguese) was secreted near the breast. Those did not carry muskets had a long pole with a sharp-pointed spear at the end of it.¹⁰⁵

Tradução nossa:

¹⁰² ANGLIN, João H. "O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal", p. 24-25.

¹⁰³ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. I, p. 315.

¹⁰⁴ ANGLIN, João H. "Dos Açores às praias de Portugal - I", p. 13.

¹⁰⁵ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, p. 6-7 (Nota de Rodapé).

O traje, ou espécie de farda, usado pelos camponeses armados que encontrámos na nossa marcha sobre Penafiel era pitoresco e apropriado. Consistia numa camisa curta de cor branca, e calças, um cinturão no qual prendiam pistolas, munições e baionetas, e na cabeça um grande chapéu de palha orlado de fitas com as cores nacionais: azul-escuro e vermelho. Uma longa faca (arma típica dos portugueses) era secretamente guardada junto ao peito. Aqueles que não tinham arcabuzes, traziam consigo uma comprida vara com um agulhão pontiagudo numa das extremidades.

Tradução de Anglin:

O traje, espécie de uniforme, usado pelos camponeses armados que encontrámos na marcha para Penafiel, era pitoresco e cómodo. Consistia em uma jaqueta curta, branca, e calças, um cinturão, para as munições, pistola e baioneta e grande chapéu de palha debruado de fitas com as cores da bandeira nacional, azul escuro e vermelho. Longa faca, arma muito usada pelos portugueses, ocultava-se sobre o peito. Os que não tinham arcabuzes, andavam munidos de longa vara com agulhão pontiagudo numa das extremidades.¹⁰⁶

Original:

For the details of my Narrative subsequently to the period of my own departure from the scene of operations, I have drawn principally on the communications I have received regularly from my friends and correspondents at Oporto. The facts I have verified, as far as possible, by public documents; independently of which, my readers may rest assured, that the reports made to me have been from sources whose respectability affords the best guarantee for their impartiality and accuracy.¹⁰⁷

Tradução nossa:

Para a exposição dos pormenores desta narrativa acerca do período subsequente à minha partida do teatro de operações, recorri sobretudo às comunicações que regularmente fui recebendo de amigos e correspondentes da cidade do Porto. Pude confirmar os factos, tanto quanto possível, por via de documentos públicos. Independentemente disso, podem os meus leitores estar certos de que os relatos que me foram chegando advêm de fontes cuja respeitabilidade se me oferece a maior garantia de imparcialidade e rigor.

Tradução de Anglin:

Os pormenores desta Narrativa posteriores à época da minha partida do teatro de operações, colhi-os principalmente dos comunicados que tenho recebido com regularidade dos meus amigos e correspondentes no Porto. Os factos, comprovei-os tanto quanto possível, pelos documentos públicos. Independentemente disso, podem os meus leitores ficar certos de que as informações que recebi, foram bebidas em fontes cuja respeitabilidade é a melhor garantia da sua imparcialidade e exactidão.¹⁰⁸

¹⁰⁶ ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - I”, p. 24 (Nota de Rodapé).

¹⁰⁷ HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal*, Vol. II, pp. 245-46.

¹⁰⁸ ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - II”, p. 292.

Como é possível inferir da nossa tradução destes excertos, houve uma maior e propositada aproximação aos escritos do autor original, colocando-se o tradutor na pele de um personagem imbuído da superioridade irónica, crítica, militar, anti-clerical e anti-católica que, como vimos, preenche a personalidade e idiosincrasia de Hodges. Importou-nos ainda dar atenção redobrada ao carácter descritivo do original e manter a sua objectividade, por se tratar de uma prática, a nosso ver, de relevada importância numa época em que não havia, da forma massificada como há hoje, qualquer outro tipo de representação visual dos quadros, das paisagens, das pessoas e locais a retratar. Com isto, foi nossa pretensão aproximar ainda mais a tradução do original, sem interferências de permeio, respeitando a informação primeira, tendo em vista, como atrás já referimos, a sua finalidade informativa e cientes da intencionalidade do autor.

Cap. IV – Contributos da tradução para a historiografia portuguesa

A tradução encontra-se entre as formas de comunicação que desde há muito os povos de diferentes culturas estabeleceram entre si, com o intuito de fomentar o relacionamento, a interação ou o intercâmbio social e cultural.

O impacto que a transposição linguística teve no curso da História europeia e mundial, pode ser verificado pela forma como contribuiu para a popularização ou massificação de publicações de diversa índole (religiosa, científica, literária), até aos séc. XVII-XVIII exclusivamente reservadas ao domínio das elites letradas e versadas na língua franca que era o Latim.

Além da marca indelevelmente deixada na História, a tradução tomou também parte na sua escrita, ou seja, na Historiografia. Em Portugal, a tradução surge inclusivamente ligada ao aparecimento ou fundação da escola historiográfica portuguesa (séc. XIII) que, herdeira e seguidora da escola afonsina, viria a traduzir para o galego-português várias publicações cronísticas, sendo que a mais antiga das crónicas até aqui conhecidas nada mais é ela própria do que uma tradução.

Depois da produção cronística, seguiu-se a desintegração da perspectiva peninsular da escrita da História, ganhando a historiografia portuguesa uma orientação e produção própria que, fortalecida pelo crescimento do sentimento patriótico e independentista (séc. XIV), se afastou da necessidade ou da vontade de traduzir obras do castelhano para o idioma vulgarmente falado aquém-fronteiras. Regista-se assim um afastamento progressivo e cada vez mais longo entre a tradução e a historiografia portuguesa, sendo de registar porém, embora muito mais tarde (séc. XVIII), aquela que terá sido a primeira *História de Portugal*, originalmente escrita em inglês e traduzida em 1788 para o idioma de Camões.

No séc. XIX a tradução acompanhou o movimento romântico, registando-se no nosso país um grande número de obras estrangeiras traduzidas. Foi também a centúria das Invasões Napoleónicas e, pouco depois, da Guerra Civil entre liberais e absolutistas, que após o triunfo dos primeiros marcou uma viragem profunda na História de Portugal: o chamado fim do “Antigo Regime” e a entrada numa nova era social, cultural e política. Numa época em que as narrativas de viagem, essencialmente lúdicas, constituíam moda literária um pouco por toda a Europa, os viajantes, neste caso oficiais britânicos e franceses participantes na contenda referida, conferiram às suas narrações um carácter testemunhal e directo dos acontecimentos, por isso de suma importância para o panorama historiográfico. O historiador Oliveira Martins, por exemplo, recorreu a esses mesmos escritos quer para a

sua *História de Portugal* (1879), quer para *Portugal Contemporâneo* (1881), esta última obra na continuidade da primeira. No entanto, não houve, nem mesmo nesta altura de “estado de graça” do liberalismo, grande preocupação em traduzir essas narrativas para a língua portuguesa, pelo que seria necessário esperar até ao séc. XX para que fosse dada maior atenção aos relatos dos oficiais estrangeiros que estiveram em Portugal ao serviço das causas em confronto.

Ao liberalismo vitorioso seguiram-se dois contextos politicamente adversos, mesmo censuradores, à propagação de ideias monárquicas e liberais ou liberalizantes (I República e Estado Novo), o que contribuiu para a obliteração, omissão ou até mesmo proibição da produção viajeira e bélica relacionada com os acontecimentos de 1828-1834.

A narrativa do Coronel George Lloyd Hodges, britânico ao serviço da causa liberal, é um exemplo dessa produção diegética subsequente à Guerra Civil, e nela expressa o autor o seu ponto de vista muito marcado pela idiossincrasia vitoriana – orgulhosa, ativa, etnocêntrica, essencialista, anti-clerical – mas que foi, todavia, alvo de tradução e em plena vigência do Estado Novo. Não obstante o seu fácil encaixe no conjunto de características político-ideológicas que exigiriam a censura oficial e conseqüente obliteração, a obra foi contudo discretamente traduzida por João Hickling Anglin, dividida em excertos com novos títulos, numa restrita e muito pouco conhecida publicação de âmbito local e científico. Essa tradução, realizada nos anos 50 do séc. XX, exhibe certas limitações, como a falta de paratexto, a não tradução do prefácio, a escassez de notas de rodapé, entre outras. O tradutor procurou a credibilidade histórica e a aproximação temporal ao original por via da arcaização do texto, o que acabou por conduzi-lo ao encontro de uma “terceira língua” que não a de partida nem a de chegada, e ao afastamento daquilo que um leitor sempre espera de uma tradução, principalmente de um texto de carácter informativo: alhear-se de que está perante uma tradução e ter a impressão regular, do princípio ao fim da obra, de estar a ler o próprio original.

Numa perspectiva geral, as narrativas bélicas e as poucas traduções que delas existem encontram-se dispersas ou até ignoradas, como é o caso quer do original de Hodges quer da tradução de Anglin. Importa por isso contribuir para a criação de um todo documental, um conjunto de fontes que sirva e facilite a pesquisa e a investigação, designadamente e neste caso específico, a futura produção historiográfica portuguesa relacionada com a Guerra Civil (1828-1834). Pretende-se assim conferir o máximo de fontes às lacunas historiográficas que porventura possam existir.

Para que tal aconteça, para que uma diegese possa efectivamente assumir o seu papel enquanto fonte, impõe-se o atendimento a determinados parâmetros. De um modo geral, o relato de viagens não pode desde logo ser encarado sem que se tenha em consideração que o que é descrito pelo autor pode efectivamente não corresponder à realidade por ele vivida, sobretudo por interferência de expectativas ou de preconceitos anteriormente criados. Disto decorre a necessidade de analisar profundamente o texto, o seu enquadramento, as circunstâncias históricas, sociais e políticas em que foi redigido, a biografia e os interesses do autor, de forma a interpretar o conteúdo o mais fidedignamente possível. O não atendimento destes pressupostos, inerentes de resto à tarefa pré-editorial ou pré-tradutiva (em caso de tradução), acabará por isolar a narrativa no tempo e no espaço, perdendo-se a sua origem, o seu significado e a razão pela qual foi concebida.

Tratando-se efectivamente de narrativas originalmente escritas noutra língua que não o português, tratando-se também de obras de relativa antiguidade e de acesso limitado, sem reedição física no nosso país, será de grande utilidade a conjugação de uma nova edição com uma tradução eficaz, contextualizada do ponto de vista histórico, político e social, e obedecendo a uma metodologia coerente.

Enquanto exercício de pré-tradução, há que atender e procurar compreender desde logo a mundividência e a idiossincrasia dos respectivos autores, advindos de realidades distintas, e cuja percepção pessoal da realidade acaba por se reflectir nas suas palavras, decisões, juízos ou opiniões ao longo de toda a obra. A identificação e correcta interpretação da posição do autor, bem como do seu relacionamento com os demais intervenientes na narrativa, permitirá identificar os padrões linguísticos, retóricos e estilísticos da mesma, criando assim uma base interpretativa geral que, ao facilitar o entendimento da obra no seu todo, auxiliará eficazmente o processo tradutivo.

Estes relatos bélicos são inseparáveis do contexto que os desencadeou, que é próximo para o autor e distante para o leitor. É pois fundamental, enquanto trabalho de para-tradução, a contextualização quer a nível introdutório quer paralelo ao desenrolar da própria história narrada, no sentido de facilitar ao leitor tanto o enquadramento espaço-temporal dos acontecimentos descritos, como o entendimento específico das circunstâncias, das referências linguísticas interculturais, da identificação de personagens, dos contextos e locais identificados ou aos quais o autor directa ou indirectamente possa aludir.

Cada narrativa – como esta de George Lloyd Hodges – constitui uma interpretação do próprio autor, que reúne um conjunto de personagens complexas e contraditórias, de descrições por vezes sinestésicas e minuciosas, e com a mais-valia de se tratar de um

testemunho na primeira pessoa de um conjunto de factos históricos. Declarado ou não pelo seu autor, tendo sido essa ou não a sua intenção, tais escritos testemunham eventos passados a gerações futuras, havendo assim uma clara função historiográfica, uma função de memória histórica, de episódios marcantes da História de Portugal.

Creemos que reunida esta conjugação de factores linguísticos e históricos, nesta emergente oportunidade de relação interdisciplinar que promete ser, hoje como no passado, frutuosa, entre a Tradução e a História, haverá as necessárias condições para servir de forma científica, credível e eficaz a historiografia portuguesa, designadamente, aquela que trata ou tratará futuramente o período histórico da Guerra Civil em Portugal, entre 1828 e 1834.

Este relacionamento interdisciplinar tornará ainda mais próximas as figuras do historiador e do tradutor que, no âmbito da especificidade das suas funções, acabam por ter um *modus operandi* muito semelhante. Ao historiador compete, genericamente, interpretar os factos do passado, transpondo para o presente o teor ou significado dos mesmos, sendo certo que essa transposição deverá resultar inteligível ao leitor actual. Por sua vez, ao tradutor compete interpretar a língua e cultura de partida, a sua *fonte*, transpondo o seu significado para a língua e cultura de chegada, que normalmente é a sua, de forma a que o leitor apreenda a fiel substância do original. Assim, historiador e tradutor funcionam ambos como uma ‘ponte’ comunicacional entre dois contextos ou realidades distintas, duas ‘margens’ separadas, uma no tempo – de âmbito histórico/social – outra no espaço – de âmbito cultural/linguístico.

Conclusão

Ao realizarmos esta dissertação, quisemos sobretudo estabelecer uma ponte entre duas áreas disciplinares: a Tradução – no âmbito deste Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas em que ela se insere – e a História, uma das áreas da nossa preferência, conhecimento e interesse.

Primeiramente, fomos ao encontro da necessidade de, no âmbito dos Estudos de Tradução contemporâneos de cunho interdisciplinar, identificarmos o impacto da Tradução na História, e não da História da Tradução, sobre a qual abundam já frequentes estudos e publicações. Neste sentido, identificámos as mudanças históricas influenciadas directa ou indirectamente pela tradução, desde a transposição linguística de textos ocidentais para os países orientais, passando pelas traduções da época renascentista e das convulsões religiosas que desencadearam, até aos séculos XVIII e XIX, épocas em que se popularizaram as narrativas de viagem, amplamente traduzidas por toda a Europa. Identificámos ainda as marcas da tradução na historiografia portuguesa, procurando perceber até que ponto as narrativas bélicas de autoria estrangeira sobre a Guerra Civil portuguesa (1828-1834) – narrativas de uma peculiar forma de viagem com finalidades muito específicas e que constituem o objecto deste nosso estudo – estiveram ou não presentes nas obras historiográficas sobre este período histórico e seu contexto sócio-político.

Foi-nos possível concluir que a tradução fez sempre parte quer da História, quer da historiografia, e que nesta última se integram como fonte os relatos diegéticos de oficiais britânicos que, no âmbito da guerra civil, deixaram um testemunho directo dos acontecimentos vivenciados na primeira pessoa.

Para entendermos o período específico a que se reportam esses mesmos relatos, realizámos a necessária contextualização histórica, e vimos como no âmbito de uma presença motivada pela guerra civil, Portugal e os portugueses foram descritos, observados e qualificados por estrangeiros, em obediência aos respectivos sistemas de valores, idiosincrasias e diferentes ‘capitais culturais’. Analisámos concretamente duas obras sobre a guerra civil – *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha: O Coronel Owen* de Hugh Owen (1915) e *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel* de Charles Napier (2005) –, ambas com as suas especificidades e critérios tradutivos, que reflectem, no primeiro caso, a rara atenção dada no início do séc. XX, a este tipo de relatos e, no segundo, o critério editorial

de que foi alvo no séc. XXI (2005) a reedição da tradução de uma narrativa realizada no mesmo contexto social e político.

A análise desses dois exemplos levou-nos ao caso de estudo central desta dissertação, a *Narrativa da Expedição a Portugal em 1832*, da autoria do coronel George Lloyd Hodges, oficial britânico ao serviço do exército liberal, comandado por D. Pedro IV, duque de Bragança e defensor do reino em nome da sua legítima herdeira, D. Maria II.

Procurámos identificar os traços biográficos do seu autor, bem como conhecer a fundo esta fonte de informação histórica, isto é, a narrativa que o próprio decidiu escrever, com o objectivo de fixar os acontecimentos por si vivenciados e desta forma expressar o seu reconhecimento pelo desempenho heróico dos britânicos que, como ele, integraram a Expedição defendendo a causa liberal.

Vimos as características principais do discurso de Hodges e como as marcas da sua cultura, do pensamento ‘vitoriano’ que ele representa, acabam por se reflectir na apreciação e representação dos demais e da cultura do “Outro” com quem se confronta. Vimos ainda como a identificação, análise e percepção clara dos padrões linguísticos, retóricos e estilísticos presentes no discurso se assumem indispensáveis no que concerne à tarefa tradutiva, designadamente enquanto exercício de pré e de para-tradução. Neste âmbito, ressalvamos a necessidade de contextualização introdutória e paratextual da obra de Hodges, justificada pela sua natureza histórica, social e cultural.

Identificámos e analisámos os pressupostos linguísticos, culturais, sintácticos e estilísticos daquela que é a única tradução portuguesa da *Narrativa da Expedição a Portugal em 1832* realizada por João Hickling Anglin, sob a forma de publicação fragmentada, em meados do século passado. Com as suas limitações e características físicas, que obstam ao bom aproveitamento do original enquanto fonte capaz de servir a historiografia portuguesa sobre a Guerra Civil – e que é um dos objectivos centrais deste trabalho –, concluímos ser necessária uma nova edição e uma tradução que tenha presentes aspectos determinantes quer do foro linguístico, quer do foro histórico-cultural. Ao longo desta dissertação, relevámos essas características fundamentais enquanto, uma vez mais, exercício de pré e de para-tradução.

Numa tentativa de produção teórica original, o capítulo IV, “Contributos da tradução para a historiografia portuguesa”, procurou inferir conceitos genéricos, passíveis de serem transpostos para outros objectos de estudo e utilizados noutros trabalhos (particularmente sobre narrativas homólogas, mas não só), trabalhos esses que também associem Tradução e História.

Assim, após profunda análise ao contexto e à narrativa de Hodges e estabelecida a ponte interdisciplinar entre História e Tradução, cremos a partir de agora estar mais aptos a cumprir o papel a que nos propusemos na Introdução, e que é o de realizar uma tradução integral da referida obra, que corresponda às exigências modernas da transposição linguística e que, simultaneamente, com a devida inclusão paratextual, possa constituir um contributo importante para a historiografia portuguesa, particularmente da que trata da Guerra Civil de 1828 – 1834. Será esse o mote da etapa seguinte, o Doutoramento, na sequência deste Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas.

Bibliografia Primária:

- ANGLIN, João H. “A Terceira na época da Expedição Liberal” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* Vol. 8. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1950.
- ANGLIN, João H. “De Belle-Isle aos Açores” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 10. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1952.
- ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - I” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 12. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1954.
- ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - II” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 13. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1956.
- ANGLIN, João H. “Dos Açores às praias de Portugal - III” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 14. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1956.
- ANGLIN, João H. “O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. 9. Angra do Heroísmo: Tipografia Trindade, 1951.
- BRANDÃO, Raul (Prefácio e Notas). *O Cerco do Porto contado por uma Testemunha: O Coronel Owen*. Porto: Renascença Portuguesa, 1915.
- HODGES, George Lloyd. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, Under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Bragança*. Volumes I e II. Londres: James Fraser, 1833.
- NAPIER, Carlos (Charles). *Guerra da Sucessão em Portugal pelo Almirante Carlos Napier, Conde do Cabo de S. Vicente*. Manoel J. P. Codina (trad.). Lisboa: Typographia Commercial, 1841.
- NAPIER, Charles. *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*. Manoel Joaquim Pedro Codina (trad.). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.
- NAPIER, Charles. *An account of the war in Portugal between Don Pedro and Don Miguel*. Londres: T. & W. Boone, 1836.

Fontes impressas anteriores a 1900:

- ALEXANDER, J. E. *Sketches in Portugal, During the Civil War of 1834*. Londres: James Cochrane and Co., 1835.
- BADCOCK, L. *Rough Leaves from a Journal Kept in Spain and Portugal During the Year 1832, 1833 & 1834*. Londres: Richard Bentley, 1835.
- BOID, E. *A Description of the Azores or Western Islands from Personal Observation*. Londres: Edward Churton, 1835.
- KNIGHT, T. *The British Battalion at Oporto: with Anecdotes, and Exploits in Holland, at Waterloo and in the Expedition to Portugal*. Londres, Edimburgo e Glasgow: Effingham Wilson, Waugh and Innes, Thomas Murray, 1834.
- MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. [1881] 3ª ed. Lisboa: Livraria de António Mª Pereira, 1895.
- MINS, P. *A Narrative of the Naval Part of the Expedition to Portugal*. Londres: Sherwood, Gilbert and Piper, 1833.
- OWEN, Hugh. *A Guerra Civil em Portugal, o Sítio do Porto e a Morte de Don Pedro por Hum Estrangeiro*. Londres: 1836.
- OWEN, Hugh. *The Civil War in Portugal and the Siege of Oporto*. Londres: Edward Moxon, 1836.
- SAINT-PARDOUX, Barão de. *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834*. Lisboa: Typographia de J. P. F. Telles, 1836.
- SAINT-PARDOUX, Baron de. *Campagnes de Portugal en 1833 et 1834: relation des principaux événements et des opérations militaires de cette guerre, par un officier français attaché au service de dom Miguel*. Paris: Boudon, 1835.
- SHAW, C. *Personal Memoirs and Correspondence of Colonel Charles Shaw*. Londres: Henry Colburn, 1837.
- YOUNG, W. *Narrative of the persecution and imprisonment in Portugal of William Young*. Londres: Henri Colburn, 1833.

Bibliografia Secundária:

- AFONSO, João. *Açores: Vistos por Quem os Visitou*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais do Instituto Açoriano da Cultura, 1989.
- ALEXANDER, J. E. *Um Esboço de Portugal Durante a Guerra Civil de 1834*. COELHO, Teresa P. (trad.). Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- AZEVEDO, C. *Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- BARKER, C. *The Sage Dictionary of Cultural Studies*. Londres, Nova Deli e Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.
- BASSNETT, S. *Estudos de Tradução*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- BASSNETT, Susan. *Estudos de Tradução: Fundamentos de uma Disciplina*. Viviana de Campos Figueiredo (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BASSNETT, Susan. *Translation Studies*. Revised edition. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991.
- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.
- BERNARDO, Ana Maria. “A História Literária Sob o Signo da Tradução: Focalização Cultural Sobre a Literatura Traduzida” in SERUYA, Teresa (org.). *Estudos de Tradução em Portugal: Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica, 2001, pp. 123-135.
- BOID, E. “Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais”. João H. Anglin (trad.), in *Insulana*. Ponta Delgada, 1949.
- BOURDIEU, P. “The forms of capital”, in RICHARDSON, G. J. (org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, 1985.
- BURKE, P., HSIA R. P. (edit.). *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CAPELA, José. *Escravidão: A Empresa de Saque, o Abolicionismo: 1810-1875*. Porto: Afrontamento, 1974.
- CHAVES, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*. Col. Biblioteca Breve nº15. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.
- COELHO, Teresa Pinto. *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil vistos por um inglês*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- DIAS, F. Sequeira. *Os Açores na História de Portugal: Séc. XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- DUFF, Alan. *The Third Language*. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1981.
- DUNCAN, James; GREGORY, Derek. “Introduction”. *Writes of Passage: Reading Travel Writing*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999.
- FERRO, A. *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1993.
- GARCIA, M. G. *I Guerra Mundial: Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional*. Bibliografias BN. Lisboa: BNP, 2004.
- GENETTE, G. *Discursos de Narrativa*. Maria Alzira Seixo (orient.) Fernando C. Martins (trad.). Lisboa: Vega Universidade, 1996.
- GENETTE, G. *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GENTZLER, Edwin. *Contemporary Translation Theories* (Revised 2nd Edition). Clevedon: Multilingual Matters, 2001 [1993].
- GOUADEC, D. *Translation as a Profession*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins, 2007.
- GRIFFIN, S. M. *Anti-Catholicism and Nineteenth-Century Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HOWELL, M.; PREVENIER, W. *From Reliable Sources: An Introduction to Historical Methods*. Ithaca e Londres: Cornell University, 2001.
- LAGES, S. K. *Walter Benjamin : Tradução e Melancolia*. São Paulo: EDUSP, 2007 [2002].
- LAMONACA, M. *Masked Atheism: Catholicism and the Secular Victorian Home*. Ohio: Ohion University Press, 2008.

- KRYSINSKI, Wladimir. "Discours de Voyage et sens de L' Altérité" in SEIXO, M. Alzira (coord.). *A Viagem na Literatura*. Mem Martins: Europa-América, 1997.
- MACAULAY, Rose. *Inglêses em Portugal*. Maria F. Gonçalves e António A. Dória (trad.). Porto: Livraria Civilização, 1950.
- MARQUILHAS, R. "O acento, o hífen e as consoantes mudas nas ortografias antigas portuguesas" in CASTRO, I.; DUARTE, I. e LEIRIA, I. (orgs.) *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1987, pp. 103-116.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. [1879] Lisboa: Guimaráes & Cia. Editores, 1977.
- MARX, K. *O Capital: Livro I*. J. Teixeira Martins e Vital Moreira (trad. e intr.) Coimbra: Centelha - Produção do Livro SARL, 1974.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*. Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998.
- MUELLER-VOLLMER, Kurt. IRMSCHER, Michael. *Translating Literatures Translating Cultures: New Vistas and Approaches in Literary Studies*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- NIDA, Eugene. "Principles of Correspondence" in Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000.
- PALMA-FERREIRA, João. *Subsídios para uma Bibliografia do Memorialismo Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- PAVLOWITCH, Steven K. *Anglo-Russian Rivalry in Serbia, 1837-1839: The Mission of Colonel Hodges*. Paris: Mouton & Co., 1961.
- PAZ, Octavio. *Traducción: Literatura y Literalidad*. Barcelona: Tusquets Editores, 1981.
- PEREIRA, D. C. *Nova Educação na Nova Ciência para a Nova Sociedade: Fundamentos de uma Pedagogia Científica Contemporânea*. Porto: Universidade do Porto, 2007.
- PHILLIPS, J. B. "Some Personal Reflections on New Testament Translation" in *Bible Translator 4: 53-9* citado por Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000.
- PINILLA, José António Sabio; SÁNCHEZ, María Manuela Fernández. *O Discurso sobre a Tradução em Portugal: o Proveito, o Ensino e a Crítica*. Lisboa: Edições Colibri, Dezembro de 1998.
- RODRIGUES, A. A. G. *A Tradução em Portugal: Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- RODRIGUES, A. A. G. *A Tradução em Portugal*. Vol. II – 1835/1850. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa-Min. da Educação, 1992.
- RODRIGUES, A. A. G. *A Tradução em Portugal*. Vol. III – 1851/1870. Lisboa: ISLA, 1993.
- RODRIGUES, A. A. G. *A Tradução em Portugal*. Vol. IV – 1871/1900. Lisboa: ISLA, 1994.
- RODRIGUES, A. A. G. *A Tradução em Portugal*. Vol. V – 1901/1930. Lisboa: ISLA, 1999.
- RUSSELL, Bertrand. *An Inquiry Into Meaning and Truth*. Londres: Penguin, 1973.
- SAINT-PARDOUX, Barão de. *A Guerra Civil em Portugal: 1833 – 1834*. VENTURA, A. (Introd.) Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007.
- SANCHES, M. Ribeiro. "Viagens: da Certeza de Si à Reflexividade Etnográfica. Os relatos de La Pérouse e de Chamisso sobre a Califórnia" in BUESCO, Helena C. e DUARTE, João F. (coord.). *Narrativas da Modernidade: a Construção do Outro*. Lisboa: Colibri, 2001.
- SARAMAGO, J. *Cadernos de Lanzarote: Diário V*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998.
- SCHAFFNER, C. "Programme at Undergraduate Level" in SCHAFFNER, C. ADAB, B. (edit.) *Developing Translation Competence*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins, 2000.
- SCHIFFER, R. *Oriental Panorama: British Travelers in 19th Century Turkey*. Amsterdam-Atlanta: Rodopi B.V., 1999.
- SCHULTE, R.; BIGUENET, J. (eds.). *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- SENA, J. de. *A Literatura Inglesa: Ensaio de Interpretação e de História*. Lisboa: Cotovia, 1989 [1963].

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1962.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971-78.
- SERUYA, Teresa (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009.
- SORIANO, Luz. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866 – 1884.
- SORIANO, Luz. *História do Cerco do Porto: Precedida de uma Extensa Notícia sobre as Diferentes Fases Políticas da Monarquia*. Volumes I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849.
- SOUSA, Fernando de. *O Porto e a Revolta de 31 de Janeiro*. Athena, 1977.
- VENUTI, Lawrence. *The Translator's Invisibility*. Londres: Routledge, 1995.
- VENUTI, Lawrence (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000.
- VILARIÑO, X. M. G. “Texto e Paratexto. Tradución e Paratradución” in *VICEVERSA: Revista Galega de Traducción*, nº9-10. Vigo: Universidade de Vigo, 2003-04.
- WEBSTER, J. W. “A Ilha de S. Miguel em 1821” in *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: 1983.

Obras de Referência

- COELHO, J. P. (dir.) *et al. Dicionário de Literatura* (4ª ed.). Porto: Figueirinhas, 1989.
- COELHO, J. P. (dir.) *et al. Dicionário de Literatura* (Actual. do 2º vol.). Porto: Figueirinhas, 2003.
- *DICIONÁRIO de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia de Ciências/Verbo, 2001.
- *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica.
- REIS C., LOPES, A. C (dir.). *Dicionário de Narratologia* (2ª ed.). Coimbra: Almedina, 1990.

Webgrafia

- Biblioteca Digital da FLUP. <http://ler.letras.up.pt/> (Último acesso: 20 Jan. 2010)
- Biblioteca Nacional de Portugal. <http://www.bnportugal.pt/> (Último acesso: 15 Fev. 2010)
- Bodleian Libraries/Oxford. <http://www.bodleian.ox.ac.uk/> (Último acesso: 8 Abr. 2010)
- Cambridge University Library. <http://www.lib.cam.ac.uk/> (Último acesso: 9 Abr. 2010)
- Google Books. <http://books.google.com> (Último acesso: 1 Ago. 2010)
- Government Art Collection. <http://www.gac.culture.gov.uk> (Último acesso: 17 Mar. 2010)
- Infopédia (Porto Editora). <http://www.infopedia.pt/> (Último acesso: 8 Abr. 2010)
- Library of Congress. <http://www.loc.gov> e <http://catalog.loc.gov/> (Último acesso: 15 Jan 2010)
- PORBASE – BNDB. <http://porbase.bnportugal.pt/> (Último acesso: 11 Ago. 2010)
- Project Gutenberg. <http://www.gutenberg.org/catalog/> (Último acesso: 19 Jul. 2010)
- The British Library. <http://www.bl.uk/> e <http://catalogue.bl.uk> (Último acesso: 26 Jun. 2010)